

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA ENSINO E NARRATIVAS**

FLÁVIA SANTOS GOMES

EDUCAÇÃO E SALVAÇÃO: a concepção do modelo de cristão perfeito segundo Ramon Lull (século XIII)

São Luís
2017

FLÁVIA SANTOS GOMES

EDUCAÇÃO E SALVAÇÃO: a concepção do modelo de cristão perfeito segundo Ramon Llull
(século XIII)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional de História, Ensino e Narrativas da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
para à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria de
Souza Zierer

São Luís
2017

Gomes, Flávia Santos.

Educação e salvação: a concepção do modelo de cristão perfeito segundo Ramon Llull (século XIII) / Flávia Santos Gomes. – São Luís, 2017.

123 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dr^a Adriana Maria de Souza Zierer.

1. Ensino. 2. Ramon Llull. 3. Cristão ideal. 5. Memória. I. Título.

CDU: 2-754

FLÁVIA SANTOS GOMES

EDUCAÇÃO E SALVAÇÃO: a concepção do modelo de cristão perfeito segundo Ramon Llull
(século XIII)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional de História, Ensino e Narrativas da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
para à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Souza Zierer (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof.^a Dr.^a Ana Livia Bonfim Vieira
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof. Dr. Marcus Baccega
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ao Artur, meu amor maior.
Em memória do meu amado pai,
meu maior torcedor e incentivador

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor, meu Deus, por ser meu suporte, meu descanso e meu consolo de todos os momentos.

Ao Artur, por em sua inocência, dar-me a alegria de ser sua mãe, por me proporcionar fugir das obrigações e me dedicar a ele e, especialmente, por ser meu estímulo para “fazer mais letras”.

Ao meu amado pai (em memória), meu eterno amor, meu herói, que me deixou no meio desta caminhada, mas a quem todo orgulho sempre me dediquei a dar. Você continua vivendo em mim pai, e tudo o que queria ao fim desta trajetória era ter seu sempre terno abraço. Obrigada por confiar, por brigar com o mundo por mim, por ser meu apoio, enfim, por ser tudo o que um pai, no mais pleno conceito da palavra, pode ser.

A minha mãe e meus irmãos e minha linda e ‘doce’ sobrinha (rs.), dos quais sempre tive o apoio necessário para perseverar.

Aos demais familiares, presentes de Deus em minha vida e para os quais sei que sempre poderei voltar.

A minha querida orientadora Dra. Adriana Zierer, pela persistência e paciência de estar comigo por tanto tempo, por amparar-me como filha e ter sempre palavras afáveis a compartilhar. Ao Mariano, pelo estímulo, pela torcida e pela disponibilidade em me trazer calma nos momentos difíceis.

Aos meus companheiros da turma PPGHEN 2015 e principalmente Amigos da Memória que tornaram minha caminhada menos cansativa e com os quais dividi as alegrias e os desesperos do mestrado. Não poderia deixar de agradecer em especial a Clécia Assunção e Ilma Santos, que me mostraram que amizades de infância se constroem em todas as fases da vida, obrigada meninas pela dedicação e companheirismo.

Aos mestres que comigo estiveram durante minha formação, especialmente à professora Dra. Terezinha Oliveira, que há muito me acompanha e de quem sempre recebi contribuições essenciais ao meu desenvolvimento como profissional e pessoa.

À professora Dra. Ana Livia pelas contribuições e disponibilidade para participar das bancas pelas quais já passei.

Aos professores Dr. Marcos Baccega e Fábio Monteiro por si disporem a integrar a banca de defesa.

Aos amigos que a vida me trouxe, especialmente Geovana, Fernanda e Elaine, das quais o tempo e a distância física não podem me separar.

Por fim, ao motivo dos meus sorrisos mais fáceis, ao companheiro de todos os momentos, obrigada meu menino lindo, meu amor, meu comandante por me mostrar que em meio ao caos que a felicidade me foi reservada, obrigada por me fazer achar o caminho em direção ao Pai, obrigada por viver em mim e me fazer viver em ti.

Possuir algo que ao ser dado não se esgota e não o repartir com os outros não é possuir como convém.

Santo Agostinho

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar principalmente as obras *Félix*, *O Livro das Maravilhas* (1288-1289) e *O Livro dos Mil Provérbios* (1302) do filósofo catalão Ramon Llull (1232-1316). Por meio destas obras buscamos compreender a concepção do autor de modelo humano pretendido no período, o cristão. O modelo ideal por excelência descrito na obra é o do clérigo, em especial do eremita, que, dedicado à vida de contemplação, estaria mais próximo do conhecimento de Deus e por consequência mais fortemente poderia amá-lo e segui-lo. A conduta dos estratos mais altos da sociedade, a exemplo dos clérigos e nobres, inclusive o rei, deveria servir de exemplo de conduta e, assim, orientar os demais membros da sociedade medieval. Para tanto, utilizamos os conceitos de memória e identidade, essenciais na pesquisa, uma vez que a concepção educacional do autor se baseava na capacidade dos homens em reter os conhecimentos, por meio da memorização, e assim forjar a identidade pretendida no período, a do cristão. Compreendemos, portanto, a obra de Llull como elaboradora de um projeto pedagógico no qual a finalidade era dar aos homens o conhecimento necessário para o bom ordenamento da sociedade medieval do século XIII e especialmente a condução de suas almas à salvação no pós-morte. Para tanto fazia-se necessária a prática das virtudes, o afastamento dos vícios e o exercício dos dogmas cristãos instituídos pela Igreja.

Palavras-chave: Ensino. Ramon Llull. Cristão ideal. Memória

ABSTRACT

This work aims to analyze mainly works *Felix*, *The Book of Wonders* (1288-1289) and *The Book of a Thousand Proverbs* (1302) by the Catalan philosopher Ramon Llull (1232-1316). Through these works we seek to understand the conception of the author of the human model intended in the period, the Christian. The ideal model par excellence described in the work is that of the cleric, especially the hermit, who, dedicated to the life of contemplation, would be closer to the knowledge of God and consequently could more strongly love and follow Him. The conduct of the highest strata of society, like the clerics and nobles, including the king, should serve as an example of conduct and thus guide the other members of medieval society. In order to do so, we used the concepts of memory and identity that are essential in research, since the author's educational conception was based on the capacity of men to retain knowledge through memorization and thus forge the desired identity in the period, Christian. We therefore understand Llull's work as the designer of a pedagogical project in which the purpose was to give men the knowledge necessary for the proper organization of medieval society of the thirteenth century and especially the conduction of their souls to salvation in the aftermath. In order to do so, it was necessary to practice the virtues, the removal of vices and the exercise of Christian dogmas instituted by the Church.

Key-words: Teaching. Ramon Llull. Ideal Christian. Memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1	
1. MEMÓRIA E IDENTIDADE: Conceitos necessários à pesquisa em Educação na Idade Média nas obras de Ramon Llull	17
1.1.RAMON LLULL: uma breve biografia.....	27
1.2.EDUCAÇÃO: lugar de memória e identidade nas obras de Ramon Llull	31
Capítulo 2	
2. EDUCAÇÃO, VIRTUDES E VÍCIOS NO PENSAMENTO DE RAMON LLULL (SÉCULO XIII)	38
2.1.Renascimento Urbano e transformações sociais no século XIII.....	38
2.2.Educação medieval: o caminho para a salvação dos homens	47
2.2.1. Das sete virtudes que são caminho para a salvação	53
2.2.1.1.Fé	54
2.2.1.2.Esperança.....	55
2.2.1.3.Caridade	58
2.2.1.4.Justiça	59
2.2.1.5.Prudência	60
2.2.1.6.Fortaleza	61
2.2.1.7.Temperança.....	62
2.2.2. Dos vícios que são caminho para a danação dos homens	63
2.2.2.1.Gluttonia	66
2.2.2.2.Luxúria.....	67
2.2.2.3.Avareza	69
2.2.2.4.Acídia.....	70
2.2.2.5.Soberba	71
2.2.2.6.Inveja	73
2.2.2.7.Ira.....	82
Capítulo 3	
3. ENTRE O ESCRITO E O ORAL: provérbios e <i>exemplum</i>, dois estilos a serviço da salvação em Ramon Llull. ENTRE O ESCRITO E O ORAL: provérbios e <i>exemplum</i>, dois estilos a serviço da salvação em Ramon Llull	76
3.1. <i>O Livro dos Mil Provérbios</i>	79
3.2.O <i>exemplum</i> e sua função educativa em <i>Félix, O Livro das Maravilhas</i> (1288-1289) ..	85

3.2.1. Félix e o modelo do homem medieval	87
3.2.2. Do Prelado: a função educativa do clérigo na obra llulliana.....	97
3.2.3. O cavaleiro e a manutenção da Ordem da Cavalaria.....	101
3.2.4. O príncipe e a orientação para a salvação dos seus súditos	109
3.2.5. A mulher: a escolhida para a salvação dos homens	111
3.2.6. O mercador: um modelo a ser educado na obra llulliana	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIA	122

INTRODUÇÃO

No contexto da renovação historiográfica que se seguiu ao longo do último século, a Idade Média alcançou uma posição de destaque na produção e no desenvolvimento História. Este destaque pode ser notado pelo crescimento nas publicações, a quantidade de historiadores que tem se dedicado ao estudo deste período, o interesse das mídias sobre a época, dentre outros aspectos.

Chegou-se mesmo a se defender uma “nova Idade Média”, apresentada em obras célebres de autores como George Duby e Jacques Le Goff, obras estas que denotam uma “Idade Média das profundezas, dos fundamentos, das estruturas, ressuscitada” (AMALVI, 2002, p. 547).

Nesta perspectiva, Franco Jr. afirma que “[...] o medievalismo se tornou uma espécie de carro-chefe da historiografia contemporânea, ao propor temas, experimentar métodos, rever conceitos, dialogar intimamente com outras ciências humanas” (FRANCO JR. 2001, p. 12). Percebemos assim que o espaço ocupado pelos estudos medievalistas tem se mostrado um campo profícuo da História, especialmente por meio da relação com outras ciências sociais como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia.

Neste período, de em média mil anos, que se denominou Idade Média percebem-se mudanças pontuais que levaram os especialistas a defenderem não uma Idade Média, mas, Idades Médias, nas quais se acentuam mudanças, fato que nos demonstra uma dinamicidade própria do período (AMALVI, 2002).

Este trabalho remete-se, temporalmente, à Baixa Idade Média, uma vez que as obras que nos propomos analisar, compostas por Ramon Llull, foram produzidas entre 1271 e 1311, período marcado por intensas mudanças em todas as estruturas do mundo medieval, como por exemplo, o ‘renascimento urbano’, o surgimento das universidades e o processo de centralização política.

Mesmo com as intensas mudanças ocorridas ao longo da Idade Média Ocidental, um elemento é constante em todas estas fases acima descritas, a religiosidade. Esta estrutura permeia todas as demais existentes no universo medieval. O Cristianismo é assim o meio que transpassa todos os outros no medievo.

Buscamos assim, analisar as obras do filósofo catalão medieval Ramon Llull, ele viveu entre 1232 e 1316. Com uma extensa produção, das quais 250 chegaram aos nossos dias, sendo estas produzidas nos campos da Filosofia, Teologia e ao nosso ver, especialmente no campo da Educação (COSTA, 2000).

Percebemos a produção llulliana com uma forte função educativa, constituindo-se como um projeto educacional-catequético no qual o filósofo visa promover o ordenamento da sociedade medieval em torno de uma proposta pedagógica que possuía como base as concepções cristãs, como, o cumprimento dos dogmas da Igreja, o exercício das virtudes e o afastamento dos vícios.

Embora este projeto pedagógico visasse, como afirmamos anteriormente, o ordenamento da sociedade medieval, ele estava em consonância com um projeto que na mentalidade medieval revelava-se maior, o projeto de salvação.

Vigorava na Idade Média a concepção que os homens estavam em vida passando por provações que seriam recompensadas ou sofridas, dependendo das ações de cada homem e da sociedade, após a morte, com a salvação ou a danação das almas.

Assim, entre as finalidades da obra de Ramon Llull destaca-se a de condução da humanidade, por meio de seus atos, a cogitar no pós-morte gozar eternamente das glórias do Paraíso, no qual os homens desfrutariam da presença de Deus.

A fim de cumprir o propósito de conduzir os homens ao convívio com Deus, dando-lhes conhecimento de como cogitar as glórias do Paraíso, o filósofo traça no decorrer de suas obras modelos humanos que deveriam ser seguidos ou evitados pelos homens para que fossem merecedores das ‘glórias’ da salvação.

Para tanto utilizamos especialmente as obras: *Félix, O Livro das Maravilhas* (1288-1289), novela de cunho reformista, construída como uso de *exempla*, textos curtos de caráter sapiencial amplamente utilizados ao longo do século XIII, especialmente na região mediterrânea com função educativa; e *O Livro dos Mil Provérbios* (1302), que sintetiza o pensamento llulliano, reunindo os principais elementos da *Arte* de Llull e propondo os modelos humanos pretendidos para a época.

No entanto, fez-se necessário buscarmos conceitos específicos na obra llulliana, para melhor prover o entendimento de tais conceitos, são elas: *Vida Coetânea* (1311), autobiografia do autor que nos fornece elementos para compreendermos sua produção, a intencionalidade de sua obra além de nos levar a melhor entender as particularidades deste pensador; *Doutrina para Crianças* (1274-1276), manual educacional-catequético dedicado à formação de seu filho, de quem Llull se afastara a fim de cumprir seus propósitos; *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283), manual que visava orientar os cavaleiros quanto à sua função no corpo social medieval.

Em todas essas obras podemos identificar o projeto pedagógico llulliano de ordenação da sociedade perfeita baseada na vivência dos dogmas cristãos, no exercício das

virtudes (fé, esperança, caridade, justiça, prudência, fortaleza e temperança) que levariam o homem à salvação eterna e o afastamento dos vícios (gluttonia, luxúria, acídia, avareza, soberba, inveja e ira) que os condenariam à danação.

Estas obras voltam-se tanto para a educação em um caráter universal, uma vez que que propõem uma completa reforma social – que entre os cristãos dar-se-ia por meio da educação cristã e entre os ‘infieis’ (muçulmanos, judeus e gentios) por meio da conversão – a fim de direcioná-la ao caminho para o qual foi criada para amar, adorar e glorificar a Deus, segundo o filósofo.

No primeiro capítulo, apresentamos os conceitos que estão sendo utilizados no desenvolvimento da pesquisa, tais como memória e identidade, buscando relacioná-los com o objeto do nosso estudo, a educação na Idade Média dos séculos XIII e XIV nas obras de Ramon Llull. Elaboramos também uma biografia do autor, a fim de conhecer as suas particularidades enquanto homem do referido período e assim compreender suas concepções filosóficas, teológicas e educativas.

No segundo capítulo, discutimos o contexto das mudanças ocorridas no Ocidente Medieval, a partir do século XII e mais precisamente no século XIII, relacionando-as com as obras do filósofo, buscando compreender suas condições de produção. Além de traçarmos as bases para a educação salvística proposta por Llull, que visava o ordenamento da sociedade a fim de promover entre os homens o alcance da salvação.

No terceiro capítulo, caracterizamos os modelos humanos pretendidos como ideais e que deveriam ser seguidos pelos homens medievais, utilizando especialmente as obras *Félix*, *O Livro das Maravilhas* (1288-1289) e *O Livro dos Mil Provérbios* (1302). Uma vez que nelas encontramos as pretensões de Ramon Llull de quais seriam os modelos humanos perfeitos para a sociedade de seu tempo.

Nossa prioridade na proposição e no desenvolvimento da pesquisa foi compreender a educação enquanto elemento construído socialmente, tendo como finalidade a condução dos grupos humanos a o que o mundo medieval pensava como bem comum, a salvação.

Nesta perspectiva, situamos nosso recorte metodológico no campo da História Social uma vez que ao nos propormos a caracterizar e analisar os modelos humanos propostos por Llull, temos como objeto máximo da análise o homem e suas relações com os demais, com o meio, seja ele real ou imaginado, e com as estruturas que o cercam.

Segundo Castro, “a história social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais” (CASTRO, 1997, p. 81). Deste modo, buscamos

analisar, frente às transformações históricas do século XIII, os comportamentos humanos pretendidos ou refutados pelo filósofo catalão Ramon Llull, a fim de regulamentar as relações entre os vários grupos sociais do período, que entretanto deveriam convergir para o ‘bem’ da sociedade, que seria baseado nos cumprimento dos preceitos cristãos, na defesa da prática das virtudes e no afastamento dos vícios, condição essencial para que os homens pudessem cogitar desfrutar as glórias do Paraíso, interesse maior dos agentes humanos do Ocidente Medieval.

1 MEMÓRIA E IDENTIDADE: conceitos necessários à pesquisa em Educação na Idade Média nas obras de Ramon Llull.

As “reviravoltas” nas concepções históricas iniciadas no século passado, em especial a partir de 1929, com o lançamento da *Revista dos Annales*, promoveram uma intensa discussão acerca dos objetivos, métodos, conteúdos e uso de fontes que se utilizariam para a elaboração do que se configurou chamar de *Nova História*.

A amplitude da concepção dos documentos que servem como fonte para a produção histórica, indo para além dos documentos oficiais e considerando toda a produção material, mental, imagética e simbólica, entre outras, levou a História como ciência à análise do homem enquanto ser social, não mais atrelado unicamente às questões políticas, mas como integrante de um *corpus* que se afirma no decorrer do tempo.

Assim, a História tem caminhado, na concepção de alguns pensadores como Jacques Le Goff, no sentido de ser vista como a forma científica das memórias coletivas produzidas pela humanidade e que por sua vez se apresenta a análise sob duas formas materiais, “os *documentos* e os *monumentos*”, caracterizados respectivamente como “escolha do historiador” e “heranças do passado: “[...] tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar recordações (voluntárias ou involuntárias), por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 2003, p. 525-526)

A transformação na concepção de documento, segundo Le Goff, inicia-se ainda em fins do século XIX, o autor cita que Fustel de Coulanges pronunciou na Universidade de Estrasburgo: “Onde faltam os documentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas [...]. Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação [...]. Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca de sua vida e de sua inteligência, aí está a história” (COULANGES apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Especialmente a mudança de olhar, outrora voltado para os ‘grandes homens’, as batalhas, as decisões políticas, enfim, o fato, e a partir dos *Annales* voltando-se aos homens, em um sentido mais universal, na sua vivência e relação com os demais e com o tempo, como propôs Marc Bloch, e ainda com o meio em que vivem, como posteriormente expôs Braudel.

A revista dos *Annales* criada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, trazia assim à tona uma nova forma de pensar e de produzir a história, criticando o positivismo, acusando-o de “só visitar a superfície factual” os membros dos *Annales* promovem o que se caracterizou como uma revolução historiográfica, pois contrariando-se à história tradicional

Os dos *Annales* pretendem descer aos porões da história recusando o elitismo dos assuntos e a prioridade dos acontecimentos. A partir de então, tudo é permitido para quebrar as barreiras disciplinares, para diversificar suportes e assuntos de pesquisas. A extensão da curiosidade historiadora não tem mais limiar. A ambição dos *Annales* é procurar um eixo unificador que permita integrar todas as riquezas das ciências sociais e da história, na arte de “fazer história” e, partindo desse conhecimento, tentar desembaraçar o emaranhado do tempo social, fragmentado por uma infinita complexidade, em si, mas também porque “cada progresso realizado coloca problemas novos” (F. Braudel) [...] (TÉTART, 2000, p. 109-110).

Construíra-se assim o alargamento do campo da História, pretendendo-se uma “história problema”, distante da factual que imperava até então, propondo o diálogo com outras ciências e a utilização de todo o conjunto de documentos (escritos, materiais e orais) deixados pelo homem como memória de um tempo, História esta que se pretende total e que se transformou no decorrer do século XX, expondo novas concepções para uma História que se pretende ‘Nova’.

É sobre esta variedade de possibilidades de documentos e abordagens que repousa o presente trabalho, visando analisar a concepção educativa estabelecida por Ramon Llull (1232-1316) em suas obras, que ao nosso ver compõem um projeto pedagógico universalista para os séculos XIII-XIV, que visava promover o ordenamento da sociedade a partir da padronização do comportamento humano, em conformidade com os preceitos cristãos.

As fontes que nos propomos analisar são tratados sobre a educação, mas que estão à margem da oficialidade; transmitem as ideias sobre a formação dos modelos que se pretendiam para esse tempo.

Ao discutir a análise documental pelo historiador medievalista, Jacques Le Goff adverte:

O medievalista (e poder-se-ia acrescentar, o historiador) que procura uma história total deve repensar a própria noção de documento. A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade de sua época e de sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos neutra do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que a produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou sendo manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias [...]. Produto (o documento) de um centro

de poder [...] deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, espiritual, mas sobretudo, enquanto instrumento de poder. (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Percebemos que a intencionalidade da obra llulliana se faz em torno da elaboração de um projeto pedagógico, que no seio das transformações ocorridas no período de sua composição (séculos XIII-XIV) – tais como o ‘renascimento urbano’, a desintegração das estruturas feudais, o surgimento de uma sociedade mais complexa, que a divisão tripartite (*oratores, bellatores e laboratores*) já não comporta mais, o surgimento das universidades, o processo de centralização política – visava manter a harmonia e o ordenamento social, com o pleno cumprimento, por parte de cada ordem, de suas funções a fim de que esta sociedade, plena em vida, alcançasse no pós-morte, o que se configurou como principal elemento do desejo e da vida dos homens medievais, a salvação. Ou seja, este projeto educativo tinha por intenção agregar todos os componentes do corpo social medieval sob a égide do Cristianismo.

As obras de Ramon Llull constituem-se assim como documentos/monumentos por meio dos quais podemos perceber as particularidades da política, do cotidiano, da mentalidade, da estrutura social e especialmente dos modelos educativos pretendidos para o período em questão pelo autor e nos possibilitam compreender os padrões pretendidos pelos homens da época.

Utilizamos no nosso estudo as seguintes obras: *Vida Coetânea* (1311), autobiografia do filósofo na qual encontramos elementos para compreendê-lo como homem de seu tempo e perceber os propósitos estabelecidos pelas demais produções; *Doutrina para Crianças* (1274-1276) por entendemo-la como um manual prático para a condução do comportamento do homem medieval pretendido como ideal por Llull, uma vez que explicita os conhecimentos necessários aos homens para que estes cogitem a salvação; *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283) na qual buscamos aporte para discutirmos um dos modelos ideais recorrentes nas obras do catalão, o de cavaleiro. Mas, especialmente discutimos as obras *O Livro dos Mil Provérbios* (1302) e *Félix, O Livro da Maravilhas* (1288-1289) por nelas encontrarmos os vários modelos humanos pretendidos por Ramon Llull para o período, objeto de estudo deste trabalho.

O Livro dos Mil Provérbios (1302) é uma obra que demonstra ser um breviário da *Arte llulliana*, contendo as principais concepções do autor sobre as condições humanas e as ações que devem ser executadas pelos homens a fim de que alcancem a salvação. Utiliza o gênero proverbial para que os indivíduos tenham conhecimento das formas como devem agir para que possam ser merecedores de serem conduzidos à vida no Paraíso no pós-morte.

Félix, O Livro da Maravilhas (1288-1289) é uma novela composta com o propósito de conscientizar os homens dos desvios de suas ações, vistas como diferentes das pretendidas por Deus no momento da Criação. Para Llull a finalidade da Criação seria o homem “conhecer, amar e glorificar a Deus”, o que o autor denomina de *Primeira Intenção*.

O conceito de *intenção* perpassa toda a produção llulliana. Para o autor, as ações dos homens devem dirigir-se para a intenção de conhecer, amar e servir a Deus por Seu merecimento e grandiosidade de virtudes; tal finalidade convergiria para a segunda intenção que é desfrutar das glórias de Deus. Assim, a primeira intenção constitui-se como a base do sistema educacional llulliano, que buscava orientar os homens sobre a forma como cogitar as glórias do Paraíso.

Entendemos estas obras como documentos que contribuem para o entendimento das pretensões formativas dos homens no período, assim, constituem-se como documentos, resquícios da memória dos homens no tempo, que para além da visão tradicionalista, contribuem para a compreensão das relações sociais, políticas, ideológicas e educativas no medievo.

Partindo, pois, do pressuposto destacado por Jacques Le Goff na obra *História e Memória* acerca do crescente interesse dos historiadores em analisar as relações estabelecidas entre História e Memória, tendo a primeira como versão científica da segunda, destacamos que tal discussão acentuou-se a partir da relação da História com outras Ciências Humanas, como, a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia (LE GOFF, 2013).

A sociologia representou um estímulo para explorar este novo conceito, assim como para o conceito de tempo. Em 1950, Maurice Halbwachs publicou o seu livro sobre memórias coletivas. A psicologia social, na medida em que esta memória está ligada ao comportamento, às mentalidades, novo objeto da nova história, traz sua colaboração. A antropologia, na medida em que o termo “memória” lhe oferece um conceito bem adaptado às realidades das sociedades oferece um conceito bem mais adaptado às realidades das sociedades “selvagens” que esta estuda do que o termo “história”, acolheu a noção e explora-a com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história, ou antropologia histórica, que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica (LE GOFF, 2013, p. 414).

Assim, o diálogo da História com as demais ciências sociais, tem sofrido transformações intensas, associadas às contribuições e utilizações de conceitos, como o de memória, nestas ciências pela História, que ainda segundo o autor, pretendendo-se uma Nova História que visa “criar uma história científica a partir da memória coletiva” (LE GOFF, 2013).

A memória tem ocupado um lugar privilegiado nas produções históricas, em especial ao ponto que a entendemos como produto da construção humana. No entanto, faz-se necessário destacar que a memória a qual nos reportamos, é uma memória histórica, que não está sendo aqui adotada numa perspectiva individual, trata-se, pois, de uma memória coletiva.

O termo *memória coletiva* foi inaugurado por Maurice Halbwachs na obra e *Les Cadres Sociaux de la Memoire* publicada em 1925, a partir de então as discussões acerca da relação História-Memória tornaram-se profícuas. Ainda em 1925 Marc Bloch publica uma resenha da obra caracterizando-a como “obra extremamente rica e sugestiva” (CASADEI, 2010, p. 154-156).

Ao analisar a relação entre memórias individuais e memória coletiva, expressa na obra de Halbwachs, e principalmente a existência da primeira ou sua submissão à segunda, Duviganaud afirma:

certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social *atual*, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (DUVIGANAUD, 1990, p. 14).

Assim, a memória individual constitui-se como elemento fundado nas construções da memória coletiva, a primeira busca na segunda seus meios de legitimação, produzindo uma cadeia social da qual a memória se configura como elo, como elemento de coesão.

Em *A Memória Coletiva*, Halbwachs nega a possibilidade de se ter uma memória puramente individual uma vez que elas estão continuamente permeadas por códigos e representações construídos, em sociedade, como podemos perceber no fragmento abaixo:

quando um homem está em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo “esteve só”, segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve só senão na aparência, posto que mesmos nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 37).

Assim, por mais que a lembrança se constitua como um ato pessoal ela está permeada das construções, dos códigos e das linguagens que as sociedades construíram no decorrer do tempo, inexistindo, portanto, a possibilidade de uma memória puramente individual, pois esta encontra-se perpetuamente relacionada a construções que são feitas pelos indivíduos em sociedade.

Da mesma forma que a lembrança nos remete a uma teia social, o afastamento, ou o que Halbwachs chamou de “desapego de um grupo” está associada ao distanciamento dos grupos que no passado o indivíduo se constituiu como parte.

Outra questão relevante no estudo é a mutabilidade e a inconstância das memórias, elas não se apresentam ou materializam conforme a sucessão dos acontecimentos. Para o autor, as “construções artificiais” que se reproduzem em imagens do passado estão suscetíveis às transformações ocorridas no indivíduo e em seu meio.

A relação entre memória e corpo social defendida por Halbwachs e a negação de uma memória puramente individual, por estar permeada e justificada pela memória coletiva leva o autor a constatar a inexistência de construção da memória pessoal na primeira infância, quando os homens ainda não são seres sociais. Para ele as lembranças deste tempo se constroem a partir das narrativas que nos são passadas, constituindo-se lembranças indiretas.

Halbwachs destaca ainda que, por serem constituídas em sociedade, as memórias que subsistem são aquelas que convergem ao maior número de indivíduos de um mesmo grupo e que as memórias dos grupos menores acabam assumindo segundo plano dentro da organização do que se concebe como identidade, formada essencialmente por meio da coletividade das memórias, fato que leva o sujeito a sentir-se pertencente à um meio.

Halbwachs distingue, num campo mais amplo, dois tipos de memória, a primeira amparada nas vivências pessoais que são construídas em grupo, a esta chama de *memória autobiográfica*. A segunda, constitui uma *memória histórica* remonta à um passado mais amplo, para além das experiências individuais, mas que se perpetuam em um grupo legitimando sua coesão.

Os escritos Ilulianos constituem-se como obras carregadas das memórias individuais do autor, fortemente arraigadas das memórias que se pretendiam cristalizar no período, a fim de formar uma *memória histórica*, na qual o Cristianismo seria a estrutura orientadora das demais esferas do Ocidente Medieval.

Sobre como a história, que não fora vivida pelo indivíduo, mas que por ele foi aprendida, ela se apropria da *memória histórica* o autor afirma: “Por história aprendida é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 1990, p. 60).

Assim, para o autor as memórias vividas comporiam um quadro bem mais detalhado nas lembranças produzidas no corpo social, enquanto a História mostra-se

incompleta, parcial, trazendo à luz da discussão aquilo que é geral em cada tempo e sociedade, sem, portanto, nos oferecer um quadro completo destas memórias e do vivido.

Segundo Raimundo Moreira, na tradição mítica da Antiguidade grega, a História era uma musa, filha de *Mnemosine* (Memória) e Zeus (MOREIRA, 2005), a estreita relação entre História e Memória típica desse período, perdurou durante toda a Idade Média e foi elemento constitutivo da história nacional no decorrer da Modernidade. Este estreitamento tem sofrido sucessivas cisões, principalmente no que tange às críticas feitas à visão tradicional da dicotômica relação entre Memória e História, que via esta como a guardiã das lembranças de uma sociedade.

Ao discutir a utilização da memória nas sociedades, Le Goff instaura uma divisão entre sua função nas sociedades sem sistemas de escrita e suas ressignificações nas sociedades nas quais já foram desenvolvidas a escrita, entretanto, destaca que há uma linguagem anterior à oral e à escrita e que tal linguagem se armazena na memória (LE GOFF, 2013, p.).

Para o autor, nas sociedades ágrafas emerge uma memória ‘étnica’ “[...] que assegura a reprodução e o comportamento nas sociedades humanas” (LE GOFF, 2013, p. 389) e constituem-se como elementos de educação e de formação da identidade destes grupos, nos quais as lembranças são ‘preservadas’ e recontadas – sem, no entanto, ter a necessidade de assim serem de forma imutável e invariável, uma vez que não se trata de um simples ato decorar as bases das organização da sociedade, mas de fornecer por meio da lembrança elementos que se amparem na tradição deste povo e do qual deve preservar-se uma lição, um ensinamento – a fim de manter a coesão desta sociedade.

Tal coesão era exercida pelo o que o autor designou de “guardiões da memória e do esquecimento” responsáveis por resguardar as bases ideológicas, culturais e mentais de cada sociedade e que por assumirem tal função são preservadores das lembranças e “preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 390). Assim, a memória constitui-se também como preservadora e legitimadora do poder de um grupo dentro do corpo social.

O desenvolvimento da escrita na Antiguidade configura-se, para o autor, como o elemento que transforma a memória em História uma vez que o documento escrito exerce as funções de armazenar informações e assegurar a passagem do escrito para o oral através do tempo.

Na Idade Média o autor afirma haver uma simbiose entre o escrito e o oral, tendo como principal estrutura aglutinadora a religião cristã, a memória no período exerce uma função cotidiana, ideológica, social e espiritual. Le Goff afirma ser o Cristianismo, assim como o

Judaísmo, religiões tipicamente amparadas no ato de lembrar, nomeando-as de ‘religiões das recordações’ (LE GOFF, 2003).

Nesta sociedade, é necessário que se lembre cotidianamente da necessidade de redimir-se de um pecado com o qual já se nasce, o pecado original. É imprescindível também que se lembre qual destino se pretende alcançar, uma vez que na concepção medieval a vida é somente uma passagem por meio da qual os homens se tornam merecedores de sua sentença final: a salvação ou a danação.

O ato litúrgico, o tempo cíclico dos rituais, a necessidade de manutenção de uma ordem pré-estabelecida, não pelos homens, mas, segundo a concepção medieval, por Deus, tudo na sociedade medieval remete ao ato de rememorar.

Seguindo à uma concepção dual de formação do homem, composto pelo corpo e pela alma – a primeira destas, material, entretanto, temporária, mortal, passageira; a segunda espiritual, eterna, perene – típica da mentalidade medieval, ambas remetem o homem ao ato de lembrar, quer pelos sentidos, quer pelo intelecto, como defendia Santo Agostinho.

Estabelecendo a alma como ‘palácio da memória’, nele coexistem as experiências e os sentimentos humanos não em forma de objeto, mas como imagem, representações do que um dia se viveu. Agostinho afirma:

lá (na memória) se conservam distintas e classificadas todas as sensações que entram pela sua porta. Por exemplo, a luz, as cores e as formas dos corpos penetram pelos olhos; todas as espécies de sons, pelos ouvidos; todos os cheiros, pelo nariz; todos os sabores, pela boca. Enfim, pelo tato entra tudo o que é duro, mole, quente, frio, brando ou áspero, pesado ou leve, tanto extrínseco como intrínseco ao corpo (AGOSTINHO, 1999, p. 267).

Assim, as sensações corpóreas se fixam na memória, construindo nos homens um ‘arquivo’ ao qual pode acessar sempre que necessário, frente às necessidades. No entanto, mais do que um lugar onde são guardadas as experiências, a memória é antes onde se forma a própria concepção de homem:

É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que me recordo, apreendidos pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem. Deste conjunto de ideias, tiro analogias de coisas por mim experimentadas, ou em que acreditei apoiado em experiências anteriores. Teço umas e outras com as passadas. Medito as ações futuras, os acontecimentos e as esperanças, reflito em tudo como se me estivesse presente. [...] É grande esta força da memória, imensamente grande, ó meu Deus. É um santuário infinitamente amplo. Quem pode me sondar até o fundo? Ora, esta

potência é própria do meu espírito, e pertence à minha natureza (AGOSTINHO, 1999, p. 268).

Agostinho põe assim o homem como fruto das experiências que vive e que guarda na memória, e remete a ele uma relação entre o passado, situações já vividas, e o futuro, esperanças do que virá a ser, atribuindo-lhe um caráter histórico.

Em uma perspectiva avessa às discutidas anteriormente, que promovem um elo, uma dependência entre História e Memória, Nora institui uma separação entre elas a partir da negação da existência de uma memória que se quer ‘verdadeira’ ele introduz à discussão o termo ‘lugares de memória’, que segundo o autor são “os lugares onde a memória se cristaliza e refugia” (NORA, 1993, p. 6).

Nora afirma que os fenômenos de ‘mundialização’, ‘democratização’, ‘massificação’ e ‘mediatificação’ típicos dos dias atuais têm promovido o fim das ‘sociedades-memória’, que gradativamente vem “substituindo uma memória voltada para herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 7), antagonizando história e memória, o autor afirma:

aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenam ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pelas mudanças. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo diferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio e trilha. (NORA, 1993, p. 8).

Assim, a história não seria, como pretendia a Historiografia Tradicional, transportadora da memória, mas sua destruidora. O Nora opõe memória à história, onde a primeira seria ‘vida’, suscetível a ‘evolução’, ‘efetiva e mágica’, ‘absoluta’, enfim, ‘árvore’. A segunda ‘casca, “sempre (representação) problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 8), ancorada na relatividade.

Jacques Le Goff, por sua vez, promove a conciliação entre História e Memória. Buscando a produção de uma historiografia da memória, o autor discute a função desta nas sociedades no decorrer do tempo, distinguindo a análise da memória em relação ao surgimento da escrita (LE GOFF, 2013).

Para Le Goff, o ato de memorização está associado à função de aprendizagem, portanto à educação, é por meio da memória, ou melhor, da ‘memória coletiva’ que o homem

apreende os códigos, práticas, os sentidos dados por uma sociedade ao meio que a rodeia, ela ‘conserva as informações’ tidas como importantes para os sujeitos (LE GOFF, 2010).

Neste ponto, percebemos a aproximação entre a memória coletiva e identidade, uma vez que por meio da apreensão (memorização) dos valores exaltados ou repelidos por uma determinada sociedade. A memória seria assim elemento de coerência entre os indivíduos, dando-lhes a sensação de pertencimento à um determinado grupo social.

Michael Pollack, em *Memória e Identidade Social*, ressalta a ‘ligação estreita’ entre memória e identidade, conceituando esta última como sentido que os homens constroem para si e para o seu meio social. Para o autor a identidade está em constante processo de reconstrução, assim, a imagem que os indivíduos produzem sobre si tendem a gerar nos outros sentimentos de aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade, tornando assim os sujeitos membros de uma mesma cadeia, que continuamente se reconstrói e se ressignifica.

Halbwachs também ressalta esta relação entre memória e identidade, para ele, na ‘primeira infância’ não constituímos memória por meio de uma ‘lembrança direta’, mas uma imagem formulada de acordo com o que me foi narrado, isto se deve ao fato de que nesta fase os indivíduos ainda não participam ‘conscientemente’ do meio social, não possuindo assim, as capacidades de memorização e identificação, que só se constituem no âmbito da coletividade (HALBWACHS, 1990).

No verbete **Identidade** do *Dicionário de Termos Históricos*, Silva e Silva destacam as diferentes formas de identidade (identidade pessoal, social, cultural, nacional) ressaltando que a problemática acerca da discussão deste termo tem-se intensificado principalmente devido aos debates em torno da pós-modernidade (SILVA e SILVA, 2009).

Inserido na produção que relaciona identidade e pós-modernidade, Stuart Hall discute as concepções de identidade presente no ‘sujeito do Iluminismo’, ‘sujeito sociológico’ e ‘sujeito pós-moderno, destacando as características destes sujeitos no decorrer do tempo (HALL, 2006).

Situamo-nos, pois, entre a construção do termo memória coletiva por Halbwachs e o total esfacelamento da memória pela História constituído por Nora. A discussão do presente trabalho situa-se no campo da reminiscência, das heranças que nos chegam por meio da memória e da História e que nos permite remontar um quadro que não se encontra ‘morto’, mas que passou ao longo do tempo por diversas ressignificações compondo assim a identidade sociocultural de uma determinada sociedade e tempo.

1.1 RAMON LLULL: uma breve biografia

Para traçarmos uma breve biografia de Ramon Llull, tomamos como fonte a obra autobiográfica *Vida Coetânea* (1311) relacionando-a com estudos de pesquisadores sobre a vida do autor, a fim de obter maiores informações sobre o pensador e assim compreender o contexto da produção de sua *Arte*.

O conjunto de obras escritas por Ramon Llull é por ele denominada *Arte* uma vez que esta seria fruto de ilustração divina recebida pelo autor, que serviam especialmente ao propósito de converter os infiéis, de honrar a Deus e fazer prosperar a fé católica.

Llull nasceu em Maiorca (Catalunha) em 1232, sua família gozava de considerável *status* na corte de Jaime I, pois havia participado das lutas de reconquistas da Catalunha em 1229 contra os muçulmanos. Por tal feito a família de Llull recebeu concessões territoriais, integrando a nobreza maiorquina.

Pouco se sabe da vida de Ramon Llull antes dos 30 anos, em sua autobiografia ele cita apenas servir como “senescal e majordomo do superilustre senhor rei de Maiorca” (LLULL, Ramon, 1311, p. 2) e que “na plenitude de sua juventude era afeito na arte de trovar e compor canções e ditados das loucuras deste mundo” (LLULL, Ramon. 1311, p. 2). Por tais informações podemos sugerir que Llull fazia parte da baixa nobreza catalã e que era trovador.

Esta brevidade em falar de sua vida antes da iluminação pode ser vista como um silenciamento, uma vez que o autor buscou colocar a sua trajetória como exemplo da sociedade medieval. Deste modo, ressaltar práticas dissonantes das cristãs iria contra o propósito da conversão ao qual dedicou sua obra.

Segundo Jordi Gayá, estudioso da obra de Llull, o maiorquino casou-se em 1257 com Blanca Picany com quem teve dois filhos, Madalena e Domingos (GAYÁ, 1972, p.1).

Em muitas de suas obras, Llull faz menção ao fato de que na juventude levava uma vida de pecado. Na *Vida Coetânea* o autor narra o motivo que o teria levado a uma mudança de vivência.

Estava uma noite diante de sua câmara sobre o arquibanco de seu leito, imaginando e pensando uma vã canção, e escrevendo aquela em (língua) vulgar para uma namorada, a qual naquele momento amava com um amor vil e feiticeiro. Com seu entendimento aceso e ocupado em ditar aquela vã canção, mirando com insistência à parte direita viu Nosso Senhor Deus Jesus Cristo suspenso com os braços na cruz, muito dolorido e apaixonado. Após tê-lo visto, com um grande temor, deixou todas aquelas coisas que tinha entre suas mãos, meteu-se em seu leito e cobriu-se.

E no dia seguinte de manhã levantou-se e, sem tomar conhecimento da visão que na noite passada havia tido, tornou a ditar aquela vã e tola canção que havia começado, e, como da outra vez, naquela hora e naquele mesmo lugar tornou a escrever e a ditar aquela mesma canção, outra vez Nosso Senhor lhe apareceu com os braços em cruz daquela mesma forma, visão da qual ele muito mais espantado que da primeira (vez), deixou todas as coisas e meteu-se em seu leito. Não obstante, ele não deixou aquela louca vontade, pelo contrário, pouco depois de manhãzinha tornou a concluir aquela canção sem tomar conhecimento daquelas visões maravilhosas que lhe apareceram na terceira, na quarta e na quinta (vez) (LLULL, 1311).

Esta passagem nos fornece algumas informações necessárias para entender o momento de ‘iluminação’ pelo qual Llull afirma ter passado. O termo “amava com um amor vil e feiticeiro”, referindo-se ao sentimento suprido por uma “namorada”, nos remete a um ato de adultério, uma vez que, como já foi afirmado ele era casado. Já quanto à passagem “vã e tola canção” leva-nos a perceber que, após a iluminação, Llull teria tomado consciência da prática de um ato pecaminoso.

A partir desta experiência mística dá-se em *Vida Coetânea* uma descrição mais minuciosa da vida de Llull, desde então dedicada à causa cristã. Interpretando tais visões como um chamado divino, Llull formula três propósitos para o cumprimento do seu desígnio:

1. Doar-se a servidão do “Nosso Senhor Deus Jesus Cristo” (LLULL, Ramon, 1311, p.4).
2. Fazer livros, “uns bons outros melhores, sucessivamente contra os erros dos infiéis” (LLULL, Ramon, 1311, p. 6).
3. “Partir ao santo papa e aos príncipes dos cristãos para impetrar que fizessem diversos monastérios, onde homens sábios e literatos estudassem e aprendessem a língua árabe e de todos os outros infiéis para poderem pregar e manifestar entre eles a verdade da santa fé católica” (LLULL, Ramon, 1311, p. 7).

A partir de então até sua morte, podemos dividir a vida de Llull em cinco etapas, são elas (GOMES, 2007, p. 16-24):

1. Martírio e Peregrinação – Nesta fase percebemos a busca de Llull pela purificação de sua alma, por meio do martírio do corpo, um momento de mudanças de hábitos e total abandono da vida de pecado anterior. Esta prática é muito recorrente na Idade Média. Para tanto Llull visita o santuário mariano de Rocamadour, no sul da França, e Santiago de Compostela.
2. Formação e composição da *Arte* – período que durou por volta de nove anos nos quais Llull se dedica à formulação de um método lógico que provasse a existência de Deus e

da Trindade e as verdades da fé católica. Durante este período Llull adquiri um escravo mouro, a fim de aprender o idioma árabe que o habilitaria a trabalhar na conversão dos infiéis (muçulmanos), além de dedicar-se ao estudo de latim e especialmente às artes do *Trivium*.

3. A divulgação da *Arte* na Universidade de Paris – Em 1287, Llull tenta obter do papado apoio ao cumprimento de seu propósito de construir mosteiro, momento que coincide com a morte do Papa Honório IV. O filósofo resolve então seguir à corte francesa na primeira tentativa de divulgação de sua *Arte* que é recebida com críticas na Universidade de Paris principalmente no que tange à complexidade de seu método, este fato que o leva a promover a revisão de sua obra e frustra fortemente o filósofo, pois Paris é, neste momento, considerada um centro de desenvolvimento intelectual do mundo ocidental.

4. As incursões ao mundo muçulmano – Na tentativa de promover sua *Arte* e de levar o que para o filósofo era a verdadeira fé, a cristã, ao mundo islâmico e seguindo um modelo de apóstolo viajante, ideal de homem santo no século XIII (VAUCHEZ, 1994), Llull se dedica à tentativa de conversão dos muçulmanos visitando cidades como Túnis, Nápoles, Chipre e Famagusta, onde lê suas obras publicamente na tentativa de provar a verdade da fé cristã e narra em *Vida Coetânea* ter vivido perigo de morte. Assim, as viagens de Llull às terras mouras, mostram uma forte busca pelo martírio, no período visto como uma das formas de obtenção da Salvação.

5. Segunda visita às Cortes Romana e Parisiense – Já no fim de sua vida, Llull retorna às cortes romanas e parisienses, mais uma vez na tentativa de obter apoio para o cumprimento de seus propósitos, no entanto suas ideias, mais uma vez, não são bem aceitas. Por esse motivo, muitas das obras do autor a partir de então são carregadas de lamento para com os homens de poder, um exemplo disto é o *Desconsolo*, escrito em 1295).

Após a segunda recusa da sua *Arte*, Llull retira-se no Mosteiro de Miramar, único fundado por ele para servir ao propósito de ensinar aos clérigos a língua moura, para que trabalhassem na conversão dos infiéis. É também este mosteiro o possível local de morte de Ramon Llull em 1316.

Na obra *Vida Coetânea* percebemos a intensa preocupação de Ramon Llull com a questão educacional, que se revela tanto na formulação dos seus propósitos – afinal dois dos três por ele elaborados relacionam-se diretamente com a formação intelectual, logo, com a questão educacional – quanto na própria ideia de se colocar como modelo a ser seguido.

A divulgação de seus atos está carregada da intencionalidade de que sua vida sirva de inspiração aos demais homens no que se refere à busca de formação, do sacrifício, e da transformação da sociedade em que vive, uma vez que Llull demonstra no final da obra um

lamento para com os homens de seu tempo, pois acredita que estes não estariam seguindo ao propósito para o qual foram criados: Amar, adorar e servir a Deus.

Como entendemos educação não só como instrução científica, mas como formação da identidade de um sujeito ético, um modelo que se pretende construir para uma determinada época. Vemos, não só em *Vida Coetânea*, mas em muitas das obras de Llull, a preocupação contínua de dar exemplo ao homem de como alcançar o ideal perfeito que se pretende neste período, o cristão.

1.2 EDUCAÇÃO: lugar de memória e identidade nas obras de Ramon Llull

Neste trabalho buscamos por meio das obras de Llull investigar o projeto educacional por ele proposto, relacionando-a com o meio em que viveu, buscando suas influências e concepções metodológicas, a fim de identificar os modelos humanos de cristão perfeito por ele proposto para a efetivação de uma sociedade perfeita.

As fontes utilizadas são tomadas a partir da concepção de que estas compõem a memória de um povo – cristão – em uma determinada época – a segunda metade do século XIII.

Para discutirmos a questão identitária na Idade Média faz-se necessário buscarmos maiores contribuições acerca de que é o sujeito medieval. Segundo Jacques Le Goff “poucas épocas tiveram, como a Idade Média cristã ocidental dos séculos XI-XV, a convicção da existência universal e eterna de um modelo humano”, para o autor, este homem medieval está impregnado da religiosidade (LE GOFF, 1989, 10-11).

Assim, mesmo num universo heterogêneo de grupos humanos – que variam de acordo com suas funções sociais – como era o medievo, o cristianismo funcionava como esfera unificadora dos homens no Ocidente compondo uma parcela significativa, da identidade dos homens na Idade Média.

Em seus escritos, Llull propõe o ordenamento da sociedade tendo como base a vivência efetiva dos preceitos cristãos por meio dos quais os homens alcançariam o que para ele, e para a sociedade da época, é o bem maior, a salvação da alma e o gozo do Paraíso após a morte.

A educação tem destaque significativo nas obras de Ramon Llull, nelas o filósofo propõe mais que um projeto pedagógico, indica um projeto de reforma social por meio do ensino, que serviria tanto à Cristandade – a começar pelo príncipe – quanto aos denominados infieis (gentios, judeus e muçulmanos).

Llull defendia que por meio da conversão dos infiéis e da educação religiosa no mundo cristão os homens poderiam servir à finalidade para qual foram criados, conhecer, amar, servir e glorificar a Deus, que ele chama de ‘Primeira Intenção’.

Percebemos que entre os elementos constitutivos da ‘primeira intenção’, o maiorquino coloca o ato de conhecer como o primeiro. Toda a produção llulliana é concebida numa perspectiva ordenada. Assim, o fato do autor colocar o conhecimento como primeiro elemento, na principal base de sua *Arte*, no cumprimento da primeira intenção, nos explicita o lugar de destaque que a ciência, neste caso, a ciência que vem de Deus e serve aos seus propósitos, ocupa dentro da sua produção.

Na obra *Félix, O Livro das Maravilhas* explicita-se essa relação entre conhecimento e salvação. Partindo do pressuposto que para cogitar as glórias do Paraíso os homens deveriam expiar seus pecados, por meio da penitência, do martírio e da oração e afastar-se dos vícios, na visão do autor, os quais emporcalhavam o corpo e a alma e afastavam os homens de Deus. Ao exercitar as virtudes e seguir os dogmas da Igreja, Llull expõe também o ato de conhecer a Deus por meio do estudo da Filosofia e da Teologia como caminho para alcançar a salvação.

Para o autor, o homem que conhece a Deus tem mais possibilidade de amá-Lo, servi-Lo e glorificá-lo. Por meio do conhecimento, o homem aprende a valorizar a Deus e a sua Criação, aproximando-se Dele com o qual se encontram os eleitos.

Em seu conceito sobre o que é o homem, que segue à concepção agostiniana, o filósofo afirma ser este feito de três coisas: “o corpo, o espírito, e a conjunção, pela qual o corpo e o espírito se ajustam e formam um animal, isto é, o homem” (LLULL, 2009, p. 54). Sendo o corpo a conjunção de matéria e forma e o espírito ou alma, composto por memória, entendimento e vontade, mesma composição dos anjos, seres que mais se aproximam de Deus e por não possuírem corpo não possuem obstáculos para conhecer Deus.

A seguir, temos um fragmento da obra *Félix, O Livro das Maravilhas* no qual podemos perceber a forma pela qual os elementos que constituem a alma, em especial a memória, são capazes de conduzir os homens à danação ou à salvação.

Um santo religioso estava em oração quando o demônio o tentou com a luxúria. Aquele santo homem se **lembrava** de uma senhora muito bela que se confessara com ele do pecado da luxúria. Ele sentiu o aquecimento de sua carne ao lembrar as palavras que a senhora lhe dissera. A **vontade** daquele religioso teve prazer com aquilo que a **memória relembra**, até que o **entendimento** teve consciência daquela lembrança, daquela vontade e daquele calor. Pela grande consciência do **entendimento**, a vontade se transformou em desamor e a **memória** esqueceu os prazeres da luxúria. Assim, o santo homem conheceu a maneira pela qual o **entendimento** fala

espiritualmente com a **memória** e a **vontade**, mesmo que o **entendimento**, a **memória** e a **vontade** não possuam boca, língua, nem movam ar (LLULL, 2009, 113 grifos nossos).

Nota-se que o ato de lembrar, integrante da alma, leva o santo religioso à condição de pecado. Esta lembrança interferiu na vontade do homem, que deveria voltar-se exclusivamente para conhecer, amar e servir a Deus. No entanto, por meio do entendimento o santo homem retoma a condição de santidade, ao desviar-se da lembrança do pecado.

Os três componentes da alma – memória, vontade e entendimento – são aqui expostos como elementos que se relacionam entre si, educando os homens, e conduzindo-os no caminho da salvação. Por meio da memória, o homem deve lembrar do que é bom, ou seja, de Deus e assim voltar sua vontade ao serviço Dele, para que então possa exaltar seu entendimento.

Assim como para Santo Agostinho, para Ramon Llull o processo de aquisição de conhecimento é estabelecido na alma, que é eterna, antagonicamente ao corpo. A ciência seria assim armazenada no espírito por meio da memória. Para além da valorização do conhecimento tido por racional no período, caberia ao homem, a caminho da salvação, o contínuo ato da lembrança dos bons costumes, ou seja, da prática das virtudes. Os vícios por sua vez destruiriam o ‘lembrar’, o ‘entender’ e o amar, ou seja, a alma, conduzindo esta à danação.

A composição do homem e de toda a Criação segue um esquema trinário, por refletirem a imagem e semelhança de Deus, que na concepção cristã é Uno e Trino, composto pelas pessoas do Pai, Filho e Espírito Santo. Da mesma forma, os frutos da Criação possuem as virtudes e as essências que Deus.

Na percepção medieval o corpo seria a porta de entrada dos vícios que corromperiam a alma e conduziriam o homem à danação eterna, assim sendo, o homem, para alcançar a salvação deveria viver em estado de purificação do corpo e, por consequência, da alma.

As obras de Ramon Llull constituem um projeto que visava a constituição da identidade do homem medieval, por meio da universalização da memória cristã. Entre os infiéis tal propósito se cumpriria por meio da conversão, do diálogo inter-religioso que comprovaria a verdade da fé cristã frente às demais religiões por meio de argumentos racionais. Entre os cristãos, cumprir-se-ia através da educação moral, da catequização, da instrução aos fiéis da forma como cumprir o propósito da Criação.

Em geral suas obras têm caráter educacional-catequético com finalidade de converter os infiéis e guiar os cristãos a uma boa conduta que contribuiria para a existência de um mundo ideal e que conduzisse o homem a alcançar a salvação.

Compreendemos a educação llulliana a partir de uma perspectiva salvística, ou seja, embora seu ponto de partida seja a composição de uma sociedade perfeita, ponto no qual compreendemos desenvolver seu projeto educativo, esta serviria a um propósito para ele maior, a Salvação.

Podemos visualizar a dedicação de Ramon Llull com a questão educativa especialmente na obra *Doutrina para Crianças* (1274-1276) que Ramon Llull dedica à educação de seu filho Domingos, na qual elabora uma forma para que ele “mais rapidamente possa entrar na ciência com a qual saiba conhecer, amar e servir seu glorioso Deus”, levando-o a aprender

os quatorze artigos da Santa Fé Católica, os dez mandamentos que o Nosso Senhor deu a Moisés no Monte Sinai, os sete sacramentos da Igreja” e mostrando “como cogitar as glórias do Paraíso e as penas infernais”, conduzindo-o a amar e temer a Deus, conforme os bons ensinamentos (LLULL, 1274-1276, p. 5).

Esta obra é tida como a primeira grande síntese do pensamento llulliano e uma das principais escritas em língua vulgar, voltada para a educação infantil no período. Quando Llull escreve esta obra seu filho tem por volta de oito anos.

Llull pretende, nesta obra, dar ciência ao seu filho e conseqüentemente a todos os que entrassem em contato com esta obra, no sentido de levá-lo a conhecer o que para o autor é a verdade. Segundo a sua concepção, esta só poderia ser alcançada pelo Espírito Santo, uma vez que considera qualquer outro conhecimento que não tenha tal inspiração como loucura deste mundo. Para Ramon Llull, o conhecimento de Deus é dado ao homem para que este O ame mais que a todas as coisas e assim seja conduzido à salvação. Assim, o homem que tem mais conhecimento de Deus e age condizentemente a este e terá maior glória.

Destacamos a princípio o capítulo intitulado “Da maneira segundo a qual o homem deve educar seu filho”, no qual o maiorquino expõe as bases do que entende por educação: “A educação é acostumar o outro ao hábito mais próprio à obra natural” (LLULL, 2010, p. 75).

Assim, o ato de educar em Ramon Llull está relacionado a acostumar os homens às boas obras. No capítulo o autor discute questões diversas relacionadas à educação, adverte sobre, por exemplo, como alimentar e vestir as crianças. Entretanto, destaca que há duas formas de educar um filho: por meio do corpo, ou seja, dos sentidos, e por meio do espírito.

A educação do espírito é privilegiada, partindo da ideia já discutida de composição da alma, novamente nesta obra utilizada pelo autor, quando ele afirma:

Acostumar tua criança a recordar, entender Deus e amar a Igreja é acostumar sua vontade em amar Deus, seu pai e sua mãe. A memória que lembra, o entendimento que entende e o temor que envergonhado engendra a vontade que desama as faltas e ama as virtudes.

Deseja educar bem teu filho? Acostuma sua memória e seu entendimento a cogitarem nobres feitos para que a vontade ame a companhia de bons homens. E desejas educar o entendimento do teu filho, para ser exaltado e elevar seu entendimento? Mostra-lhe a ciência divina e a natural. E desejas que ele tenha um elevado entendimento para entender sutilmente? Mostra-lhe a *Ars de atrobat verital* e o *Libre de deffinitions e de comensamentes e de question*. E deseja que teu filho ame muito a Deus? Faz-lhe lembrar e entender a vileza deste mundo e a bondade, a eternidade, o poder, a sabedoria, o amor e as outras virtudes de Deus (LLULL, 2010, p. 77).

O projeto pedagógico llulliano servia basicamente ao princípio de levar o homem a amar a Deus. Percebemos mais fortemente nesta obra a preocupação educacional de Llull, e a entendemos como uma proposta educacional-catequética que tem como finalidade a formação do sujeito que vivesse de acordo com os preceitos cristãos, tidos pelo autor como verdadeiros, a fim de que após a morte o homem pudesse usufruir das glórias do Paraíso.

Embora haja o privilégio da educação espiritual, como citamos anteriormente, o conhecimento científico não é negligenciado pelo autor, que defendia o estudo das artes liberais (Gramática, Lógica e Retórica, Geometria, Aritmética, Música e Astronomia) que seriam preparatórias para o estudo das quatro ciências (Teologia, Direito, Ciência da Natureza, Medicina); no entanto, todo conhecimento deveria convergir para a Primeira Intenção.

Llull dedica-se ainda a falar a seu filho das artes mecânicas, conceituando-a como “a ciência lucrativa manual para dar sustentação à vida corporal”. Muitas vezes visto com desprezo, pois estariam relegadas aos grupos sociais inferiores, os trabalhos manuais são bem vistos na obra de Llull, que aconselha que as crianças devem ser educadas para trabalharem (LLULL, 2010, p. 5).

O filósofo chega a fazer uma alusão aos sarracenos por sempre possuírem conhecimento sobre uma arte mecânica, e defende que todos os pais devem ensinar a seus filhos um destes ofícios, para que esses possam com seu trabalho sobreviver a qualquer adversidade. Assim, acredita ser mais conveniente aos pais deixarem ensinamentos que pudessem dar fortuna aos seus filhos. Isto demonstra a preocupação de Llull com um projeto pedagógico que conduzisse os homens medievais a uma vivência harmônica, em que cada grupo cumpre as suas funções.

Quanto à concepção de deixar aos filhos conhecimento que os conduzisse a possuir fortuna, destacamos que Llull, após a ‘iluminação’, seguindo o modelo franciscano vende parte

de seus bens, deixando apenas o necessário para o sustento de sua família, não deixando, portanto, bens aos seus filhos.

Assim explica-se a preocupação de Llull em instruir seu filho em uma forma de possuir riqueza, por meio da qual pudesse manter-se. No entanto Llull adverte seu filho que não se utilizasse destas práticas para tornar-se um burguês, pois o exercício da burguesia seria o mais danoso e de pouca duração de todos os ofícios (voltaremos a discutir a visão sobre a burguesia nos próximos capítulos). Isto porque visava o lucro e estava permeado pelos vícios.

A atenção que Llull dedica às artes mecânicas não é tão comum entre os autores medievais, uma vez que estas eram vistas como atividades menores. Isto acontece na obra de Llull, por conta de sua forte influência islâmica, uma vez que entre estes homens não havia a visão pessimista sobre os trabalhos manuais, que se encontra entre os pensadores ocidentais. Outro ponto crucial para entender a obra como fonte de formação do sujeito moral e ético é por meio da relação que Llull estabelece entre a vivência humana, a prática das virtudes, criadas para ajudar o homem a alcançar a salvação, e o afastamento dos vícios que levam à Danação eterna.

O autor apresenta em *Doutrina para Crianças* um modo pelo qual seu filho possa viver em conformidade com a Primeira Intenção, vivenciando os dogmas católicos, buscando ter ciência, praticando as virtudes e afastando-se dos vícios, a fim de alcançar a finalidade maior da vida, um pós-morte no Paraíso.

Nas pesquisas sobre educação na Idade Média, as discussões acerca da memória são imensamente relevantes, se considerarmos, o processo educativo como meio imbuído da preservação das memórias coletivas e formulador da identidade de um povo.

As obras de Ramon Llull aqui estudadas, são exemplos da memória dos cristãos no século XIII, que o autor tenta resguardar frente as mudanças deste tempo. A concepção universalista da pedagogia llulliana, vislumbrada em no projeto de conversão dos infiéis ao cristianismo e fortalecimento das concepções cristãs no mundo ocidental, nos remete, claramente, qual a identidade pretendida por Llull.

Consideramos a *Arte llulliana* universalista pois percebe-se a preocupação do filósofo com a submissão de todos os homens à fé cristã. Seguindo uma concepção tipicamente apostólica, Llull inclui em seus propósitos a missão dada por Jesus aos seus discípulos: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos” (BÍBLIA, Mt. 28, 18-20).

Deste modo, a concepção religiosa de Ramon Llull mostra-se global, uma vez que visava a conversão de todos os povos à mesma fé, a cristã, por meio da qual, todos os homens alcançariam a salvação, finalidade maior da educação llulliana

Cabe destacar que o século XIII, que Le Goff designa como século das cidades, é entendido por Llull como um período de crise da identidade cristã, uma vez que se demonstra um período de intensas mudanças nas estruturas sociais, políticas, cotidianas e religiosas.

Estas obras podem ser entendidas como uma tentativa de preservação e fortalecimento dos dogmas cristãos, configurados sob o principal propósito defendido nas obras de Llull: levar os homens às práticas cristãs, a fim de conduzi-los à vida eterna no Paraíso.

2 Educação, Virtudes e Vícios no pensamento de Ramon Llull (século XIII)

2.1 Renascimento Urbano e transformações sociais no século XIII

Nosso objetivo neste capítulo é discutir as características estruturais ocorridas no decorrer do século XIII, tendo em vista que parte significativa da produção llulliana fora composta neste período, sendo que os primeiros escritos de Ramon Llull datam dos anos de 1271 a 1274 (GOMES, 2007) e o autor morre no início do século XIV (1317).

Consideramos, pois, que as principais influências sofridas pelo autor se concentram no século XIII. Período de intensas transformações no ocidente medieval propiciadas especialmente pelo que Le Goff (2007) considerou como êxitos do período: o do crescimento urbano, da renovação do comércio, do saber e das ordens mendicantes.

Dentre estes, o referido autor atribui ao renascimento urbano a força catalizadora das mudanças ocorridas como o surgimento das universidades, as modificações no cenário político, econômico, social, cultural e mental.

Segundo Jacques Le Goff, estes foram “tempos vertiginosos em que giravam vertiginosamente um mundo do passado em crise e o mundo de uma nova Idade Média” (LE GOFF, 1989, p. 9), concentrando, pois, características do mundo feudal, essencialmente rural, e do universo citadino, ainda em formação.

Estes dois mundos que por vezes parecem paradoxos, no ocidente medieval do século XIII estão constantemente ligados, pois,

o campo, muito próximo, é dominado pela propriedade e pelos capitais citadinos e, aqui e ali, há residências de burgueses; os seus habitantes vêm regularmente ao mercado, cruzam-se no caminho com os agricultores, que são sempre em grande número nas metrópoles, atravessam, *intra muros*, jardins e vinhedos e, ao passar afugentam aves e porcos iguais aos de sua aldeia. (ROSSIAUD, 1989, p. 101).

Assim, há uma estreita relação entre o campo, das tradições feudais, e as cidades, que constroem gradativamente suas relações. Vale ressaltar que o século XIII, mesmo tendo sido o período do ‘apogeu’ da cidade medieval, em torno de 20% da população vivia nas cidades (FRANCO JR., 2001, p. 25).

Rossiaud, por sua vez, caracteriza as cidades medieval como as “vastas necrópoles do mundo rural” (ROSSIAUD, 1989, p. 99), atribuindo a esta as transformações ocorridas nas mais variadas estruturas do medievo e conferindo suas influências para muito além da expansão

demográfica que intensificou a partir do século XI e que alcança maiores proporções nos séculos XII e XIII.

[...] a sua influência ultrapassa, estranhamente, a sua consistência demográfica: aí se criam escolas, se instalam os mendigos, os príncipes fazem delas suas capitais [...]. A cidade é o centro do desenvolvimento de uma sociedade complexa que se adapta ao sistema senhorial e à sua ideologia, mas cria as suas próprias hierarquias. (ROSSIAUD, 1989, p. 100).

Comumente o crescimento demográfico das cidades medievais está associado às ondas migratórias, responsáveis pela “atração” que os centros urbanos exerciam sobre os camponeses que buscavam “uma nova condição social e econômica”. (FRANCO JR., 2001, p. 25)

Considerando o período entre meados do século XII e 1340 como o ápice da cristandade latina, Le Goff afirma serem as cidades “uma das principais manifestações e um dos motores essenciais dessa culminação medieval” (1992, p. 1). Percebe-se assim, a relevância dos centros urbanos para as concepções de mundo do homem medieval, dentre eles, Ramon Llull.

Sendo a Idade Média essencialmente marcada pela ação da Igreja, a cidade medieval não escapa às influências desta instituição que dita o ritmo das relações. Este espaço razoavelmente novo no século XIII, adquire e internaliza os dogmas cristãos.

A Igreja se põe, assim, frente as mudanças, como elo entre a tradição do feudalismo e a modernidade que se gesta, pois, segundo Baschet, “seria imprudente pensar a cidades medieval sem a Igreja” (2006, p. 214).

No seio das relações em transformação no século XIII estão as relações sociais, que se modificam no meio citadino. A vida na cidade modifica-se, e transformam-se também os homens e a sociedade que eles integram. Fazem-se, portanto, necessárias práticas frente a este mundo em mutação. Segundo Oliveira:

na medida em que os homens principiaram, em fins do século XI e ao longo dos séculos XII e XIII, a construir e habitar espaços urbanos, seus hábitos e costumes também se modificaram, pois, quando viviam somente nos feudos, em geral o contato social entre os indivíduos era restrito ao grupo pertencente a este próprio universo. No entanto, quando passaram a viver nas cidades, as relações sociais assumiram contornos mais complexos, conduzindo os homens a adotar novos comportamentos e, acima de tudo, novas leis que os permitissem a vida em comum em um novo ambiente, sem passar pelos ditames dos senhores feudais tradicionalmente envolvidos em interesses pessoais (OLIVEIRA, 2012, p. 85).

As relações sociais características da Idade Média, baseada na ideia de uma sociedade tripartida, caracterizada pelo bispo Aldebaron de Laon no século XI que a dividia entre os que oram, os que guerreiam e os que trabalham (LE GOFF, 1995), característica típica da organização feudal, ganha tons mais diversificados com o desenvolvimento das cidades. Diversas atividades, que já não se enquadram à análise do referido bispo, surgem frente à inovação do espaço medieval. Segundo define Jacques Le Goff, passa-se da sociedade das três ordens para a dos “estados do mundo”. Esta mudança fora assim “acompanhada de uma destruição do esquema tripartido que corresponde a uma evolução capital da própria sociedade medieval” (LE GOFF, 2005, p. 263)

A título de exemplo, aqui nos serve ressaltar modelos humanos que são, essencialmente, fruto do espaço urbano: o intelectual¹ e o mercador. Para Le Goff (2005, p. 265) “o canteiro urbano é o cadinho em que se dissolve a sociedade tripartida e onde se elabora uma nova imagem”, mais complexa e diversificada, em que os agentes cruzam-se mutuamente, independente das diferenças intrínsecas a cada grupo.

Mesmo frente às ressalvas feitas por Brocchieri (1989) quanto ao uso do termo intelectual para caracterizar um grupo marcado pelo domínio da erudição, tal denominação é cristalizada na célebre obra de Jacques Le Goff, *Os intelectuais na Idade Média* (2006) que os define como:

erudito e professor, pensador por ofício, o intelectual também costuma ser definido por alguns traços psicológicos que podem se projetar sobre o espírito, por algumas dobras do caráter que podem se tornar rígidas, transformar-se em hábitos, manias. Argumentador, o intelectual arrisca-se a cair na raciocinação. Científico, a securo o espreita. Crítico, não irá ele destruir por princípio, denegrir por sistema? (LE GOFF, 2006, p. 25-26).

Le Goff (2005) defende que é no âmbito da cidade que surge o modelo do intelectual, associado à evolução das escolas entre os séculos X e XIII, como consequência imediata da efervescência urbana.

Entretanto, para o intelectual medieval, a cidade, embora o geste, é também um espaço de conflito. Não obstante de uma visão de mundo cristianizada, ele a vê antagonicamente ora como a Babilônia, lugar de pecado e queda, “a grande mãe das prostitutas e das abominações da terra (BÍBLIA, Ap. 17,5), ora como a Jerusalém, lugar de glória e salvação, a Cidade Santa.

¹ Utilizamos aqui o termo ‘intelectuais’ adotado por Jacques Le Goff na obra *Os intelectuais na Idade Média* (2006). Em *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII* (2001) Jacques Verger opta por utilizar o termo ‘homens de saber’. Em *Félix, o livro das maravilhas* este homem é caracterizado como ‘sábio’ ou ‘filósofo’.

Vejamos a seguir uma descrição da cidade de Londres para Richard Devize, monge de Winchester:

esta cidade não me agrada. Há pessoas de todos os géneros, vindos de todos os países possíveis; cada raça traz consigo os seus vícios e seus costumes. Ninguém pode viver aqui sem se manchar com um qualquer delito. Os bairros estão repletos de obscenidades revoltantes [...]. Quanto mais velhaco é o homem, mais considerado é. Não se misturem com a gentilha das hospedarias [...]. Aí os parasitas são infinitos. Actores, bobos, jovens efeminados, mouros, aduladores, efebos, pederastas, bailarinas especializadas na dança do ventre, feiticeiros, charlatães, raparigas que cantam e dançam, extorsionários, noctívagos, magos, mimos, mendigos: eis o género das pessoas que enchem as casas. Por isso não quereis conviver com malfeitores, não venham viver para Londres. Não digo nada contra pessoas instruídas; contra os religiosos ou os judeus. Considero, todavia, que vivendo no meio dos patifes, serão também menos perfeitos do que em qualquer outro lugar. (DEVIZE *apud* ROSSIAUD, 1989, p. 99).

Associando a cidade ao pecado e ao contato com esta a aproximação com a imperfeição humana, Devize adverte quanto à necessidade de afastamento deste espaço a fim de manter o corpo e a alma puros e assim aproximar-se mais de Deus, que o mundo medieval é a fonte maior do conhecimento verdadeiro.

Esta visão dicotômica é também ressaltada por Ramon Llull. Em *Félix, O Livro das Maravilhas* a cidade é também um espaço de pecado, perigoso àqueles que buscam santidade, mas, em contrapartida, é também o lugar onde se adquire conhecimentos, caracterizando a cidade como o local onde há “muitos costumes contra Deus, contra a justiça e contra o regimento do príncipe” (LLULL, 2009, p. 48)

Em *O Livro da Intenção* Ramon Llull adverte ao seu filho que a cidade é um dos elementos responsáveis pelo afastamento dos homens da intenção de sua criação, como podemos ver no texto abaixo:

amável filho, [...] em tudo que cogitares, falares e fizeres, esforça-te para teres a intenção ordenada e verdadeira, e não sejas injurioso nem desobediente, porque nem o ouro nem a prata, os castelos, **as cidades**, os impérios e os reinos, os parentes, os honramentos, a vida e as delicadezas valem tanto quanto faz a verdadeira, devota e ordenada intenção, fortificada no coração humano com a deliberação do livre-arbítrio na lembrança, na vontade e no entendimento justificados (LLULL, 2010, p. 3 grifo nosso).

Segundo Costa (2009, p. 49), Llull “era antipático às profundas mudanças ocorridas em seu tempo”, com profunda crítica à sociedade medieval do século XIII, a obra *Félix, O Livro das Maravilhas* exalta uma sociedade que remete aos princípios do mundo cristão.

Para Llull o mundo está em desordem, essencialmente porque já não existiria, na concepção do autor, “o fervor e a devoção que costumava existir nos tempos dos apóstolos e dos mártires” (LLULL, 2009, p. 30). Llull aproxima-se assim da descrição feitas por Le Goff sobre Jacques Vitry, um “pregador moralista e pessimista, inclinado a tornar negra a realidade” (LE GOFF, 2007, p. 47)

Neste mundo em desordem, a cidade era, para Llull, o local do pecado, pois esta afastaria os homens do propósito da Criação – “conhecer, amar e servir a Deus”. Em um *exemplum* Llull narra a retirada de um nobre cavaleiro do ambiente citadino. Sendo este questionado por seu escudeiro por tal feito, o cavaleiro responde que se retira da cidade em direção a um bosque para “contemplar e conhecer Seu criador através das obras das plantas, porque a honraria, seus amigos e as bem-aventuranças que tinha a cidade o impediam de entender o significado que as plantas dão ao Seu criador” (LLULL, 2009, p. 150)

Assim, o ambiente citadino, construção humana, seria por si só um empecilho para que o homem se aproximasse de Deus, enquanto os ambientes naturais, a exemplo do bosque citado no *exemplum*, produziria o maior contato entre Deus e o homem, possibilitando, assim, o maior conhecimento do divino e maior possibilidade de salvação.

Nos *exempla* a seguir, Llull compara a vida urbana à vida eremítica e sua importância para os homens:

- Senhor, disse Félix, em uma cidade havia um nobre burguês que tinha dois filhos que eram grandes clérigos em Teologia e em Filosofia. Um deles escolheu a vida eremita para contemplar a Deus, segunda a ciência que havia aprendido. O outro filho estava em uma cidade, e lecionava e ensinava e pregava de tal maneira que as gentes eram induzidas a conhecer e amar Deus. Aconteceu então uma grande questão entre os dois sábios a respeito da qual tinha escolhido o melhor caminho.

O filósofo respondeu a Félix e disse estas palavras:

- Em uma cidade havia um filósofo que era grande mestre na arte da Filosofia. Há muito tempo ele lecionava a arte da filosofia naquela cidade. Os discípulos daquele mestre não aproveitavam a ciência tão fortemente como o mestre desejava, pois eram homens mundanos e estimavam pouca a ciência da Filosofia. O mestre daqueles discípulos trabalhava muito nas lições que ensinava, e estava muito descontente, porque os discípulos não desejavam aprender de maneira aplicada. E pelo grande trabalho que suportava, o mestre desejou deixar a cidade e ir para um bosque para ali recriar sua alma e seu corpo contemplando a Deus. Por isso, o mestre amou mais estar na companhia das bestas selvagens e das árvores do que em companhia de homens malvados e pecadores (LLULL, 2009, p. 149-150).

No fragmento acima, especialmente no primeiro *exemplum* citado, são expostos dois modelos de sábios, o que se retira em contemplação em busca do maior conhecimento de

Deus – modelo este caracterizado como eremita – e o que se dispõe a missão de educar, de mostrar aos homens a forma de adquirir o conhecimento de Deus e assim aproximar-se Dele.

Entretanto, frente ao desinteresse ou frente às dificuldades de, em um mundo em pecado, voltarem seus olhos a Deus, estes homens, objeto da educação do sábio, desprestigia o conhecimento compartilhado.

Perceba-se que os homens acima referidos são caracterizados no texto como “malvados e pecadores” e sua companhia é menosprezada frente à das bestas. Isso se dá porque, na concepção de Llull, enquanto os homens são corruptíveis, passíveis à queda e a afastarem-se do propósito de sua criação – amar, conhecer e adorar a Deus – as bestas mantêm-se no propósito da sua criação

No segundo *exemplum* do fragmento anterior Llull prioriza a ação do sábio eremita, principal modelo de homem que segue ao modelo de santidade que Llull defende como ideal e o que busca seguir. Llull, assim como o protagonista da obra aqui abordada – Félix – é um homem em busca de conhecimento do mundo e de Deus.

Afeito ao modelo franciscano, Llull divide sua vida após a experiência mística entre momentos de vida eremita, nos quais se retira em busca de conhecimento e de fortalecimento da sua fé, e momentos em que se dedica à pregação, como em suas incursões pelo mundo árabe, ou ainda os momentos que expõe sua *Arte* na Universidade de Paris.

O sábio descrito por Llull é um homem que vive a dicotomia imposta pela cidade, ele necessita dela para que a salvação seja possível a todos por meio da instrução pela fé, mas, concomitantemente, ele precisa afastar-se dela para aproximar-se de Deus e por consequência adquirir sua própria salvação.

Esta também é a dualidade enfrentada por Llull, dividido entre a necessidade de conduzir os homens à salvação, por meio da pregação e da ação em sociedade, e a vida retirada, em contemplação, por meio da qual alcançaria sua própria salvação, a partir de seu maior conhecimento sobre Deus.

Pouco, porém, serviria a disposição do sábio do *exemplum* em ensinar aos homens da cidade, uma vez que estes se mantinham afastados de Deus e imersos em pecados. Entretanto, era necessário orientar este novo espaço que crescia em número e em importância política no século XIII.

Segundo Rossiaud, na cidade, “espaço de encontro e de multidões, o contágio pode ser mental” (1989, p. 102) e este “contágio” estava também relacionado ao pecado. A proximidade e o contato com os mais diversos grupos sociais, fazia dos centros urbanos medievais um lugar para a proliferação dos vícios.

Por sua vez, o mercador, diferente do intelectual, é uma figura geralmente associada ao pecado, visto como ladrão, ele é acometido pelo pecado da usura, considerado um dos grandes problemas do século XIII. Segundo Le Goff, o usurário é

Vampiro duplamente terrível da sociedade cristã, porque esse sugador de dinheiro é frequentemente assimilado ao judeu, deícida, infanticida e profanador da hóstia. Num mundo em que o dinheiro (*nummus* em latim, *denier* em francês) é Deus [...]; em que a *avaritia*, a “cupidez”, pecado burguês do qual a usura de certa forma é filha, derruba do primeiro lugar entre os sete pecados capitais a *supervia*, o “orgulho”, pecado feudal – o usurário, especialista do empréstimo a juros, torna-se um homem necessário e detestado, poderoso e fraco (LE GOFF, 2007, p. 12).

A prática da usura entre os judeus fora, de certa forma, negligenciada pela Igreja, uma vez que este estava à margem da sociedade cristã. O usurário torna-se, pois, um problema, especialmente quando passa a ser uma prática entre os cristãos (LE GOFF, 2007).

Para Ramon Llull, a avareza, vício que ao qual pertence a usura, seria condição de entrada para outros vícios, advertindo: “amável filho, o avaro junta dinheiros, em sua casa e possessões na terra onde se encontra, expulsando de si a caridade, a esperança, a largueza a justiça e outras virtudes” (LLULL, 2010, p. 46). Afeito às práticas das ordens mendicantes, Llull caracteriza o avaro como aquele que “junta as coisas que são supérfluas ao homem e necessárias aos pobres” (LLULL, 2010, p. 46).

Esta imagem é essencialmente fruto dos séculos XII e XIII, uma vez que segundo Monnet,

o Ocidente certamente conheceu a existência de mercadores em todas as épocas, porém mais particularmente no fim da Idade Média. De fato, desde o início do século XI e sobretudo no século XII, em conexão com o crescimento demográfico mais sustentado e com a formação de construções políticas mais estruturadas, uma inegável agitação animou, na terra e no mar, a produção, o consumo e a circulação de gêneros e de moedas, principalmente nas cidades e entre cidades cujo crescimento e multiplicação acompanham esse movimento e dele se alimentam. Encontramos então em maior número mercadores cada vez mais especializados no transporte, venda e compra de produtos de luxo e de primeira necessidade, intervindo em mercados bem mais organizados e pagando com instrumentos financeiros mais diversificados e mais elaborados. (MONNET, 2002, p. 183).

Existindo assim em toda a Idade Média, a atividade comercial passa a ser vista, ao longo dos séculos XII e XIII, como atividade imprópria ao cristão. Sendo os elementos que compõem a alma, na visão llulliana, a lembrança, o entendimento e a vontade, o mercador, usurário, avaro, alguém que esquece do propósito da Criação, fato que o “faz estar na maldição de Deus (LLULL, 2010, p. 47).

O mercador, em essência, é visto como aquele que não produz, ocioso ele comercializa a produção de outrem e em uma visão ainda mais negativa, obtém lucros pelo comércio do tempo, que pertenceria a Deus (LE GOFF, 2007).

Segundo Le Goff, o usurário é “um dos heróis favoritos” dos *exempla* medievais, em *Félix, O Livro das Maravilhas*, este é também um personagem de relevância, dividindo com os clérigos, os sábios e os reis a maior quantidade dos *exempla*.

No *exemplum* llulliano, o burguês, como é denominado o mercador está em danação, entretanto este pode ser redimido se abdicar dos seus bens, como podemos perceber no fragmento a seguir:

um cristão era usurário e tinha mulher e filhos. No dia de sua morte, seu confessor lhe disse que não poderia se salvar caso não devolvesse tudo o que tinha ganhado com usura. Aquele malvado usurário respondeu que mais amaria ser danado que restituir o que procedia da usura, pois assim sua mulher e seus filhos ficariam pobres (LLULL, p. 2009, p. 95).

Entretanto, apegado aos bens materiais, ele nega-se a possibilidade de salvação, sendo seu amor ao dinheiro maior que o amor a Deus e por consequência sendo este indigno de desfrutar das glórias do paraíso.

Retomando a questão referente ao conflito que se estabelece sobre a visão da cidade no Ocidente Medieval, o mercador destaca-se frente à queda da Babilônia, os escritos bíblicos ressaltam este personagem entre os que choram a destruição da cidade impura.

Os mercadores destes produtos, que se enriqueceram graças a ela, postar-se-ão à distância, por medo do seu tormento; e chorando e enlutando-se, dirão: “Ai, ai, ó grande cidade vestia linho puro, púrpura e escarlata, e te adornavas com ouro, pedras preciosas e pérolas: numa só hora tanta riqueza foi reduzida a nada” (BÍBLIA, Ap. 18, 15-17).

Assim como na Babilônia descrita no Apocalipse, eram também os mercadores que alimentavam a cidade do pecado, imersos no amor aos bens materiais que esta lhe proporcionava, estes homens eram impedidos de cumprir o propósito de sua criação.

Entretanto, na obra também encontramos *exempla* em que o burguês é redimido de seus pecados, todavia, isto somente acontece quando ele abre mão de todos os seus bens, que em geral, nos *exempla* llullianos, não lhes atribui satisfação.

Em uma cidade havia um nobre burguês que tinha mulher, filhos e grande riquezas. Aquele burguês desejava muito fortemente ser um servidor de Deus, e não desejava ter em seu coração outro amor, somente o amor de Deus. Mas por causa de sua mulher, de seus filhos, das honrarias e riquezas que tinha ele

não podia amar a Deus da forma que desejava. Aquele burguês rompeu com sua mulher, que o autorizou, e ele deu a ela e seus filhos tudo o que tinha, exceto um albergue e uma vinha que reteve para as necessidades do seu corpo. Assim, o burguês pode muito mais contemplar a Deus, e pode cogitar mais em Deus do que antes, mas o albergue e a vinha que possuía algumas vezes o impediam de cogitar em Deus. Então o burguês deu o albergue e a vinha que possuía, por amor a Deus, e pôde cogitar mais em Deus do que antes. Mas seus filhos e parentes ainda impediam suas cogitações, e o burguês não podia satisfazer sua vontade de amar a Deus. Até que ele foi a uma terra estranha, e ficou tão pobre que não tinha mais nada, mas teve Deus inteiramente em sua vontade, e nada mais o impediu de amar a Deus. (LLULL, 2009, p. 132)

O termo “nobre burguês” do início do *exemplum* já nos remete ao fato de tal personagem buscar viver em consonância com os dogmas cristãos, abdicando de todos os seus bens e seguindo o ideal mendicante, característico do século XIII. O burguês deste *exemplum* era um modelo que serviria a educação dos demais, sendo suas práticas modelos a serem seguidos por todos aqueles que pretendiam cogitar as glórias do paraíso.

Nota-se que, no fragmento, o burguês percebe a sua incapacidade em servir a Deus, e que seus familiares, esposa e filhos, e a vida de honraria que recebia o impediam de viver o amor a Deus, conforme este desejava. Tal amor só pôde ser pleno quando o “nobre burguês” abdicou de todos os seus bens e mesmo da companhia dos seus, uma vez que a narrativa nos revela que este fora a uma “terra distante”, para então conseguir ter sua vontade completamente voltada ao Senhor.

Mais uma vez percebemos o ideal mendicante proposto por Llull como um ideal, um modelo a ser exercido e propagados pelos homens medievais, modelo este também seguido por Llull.

Como afirmamos anteriormente, o intelectual e o burguês são exemplos de grupos que surgem no interior da dinâmica do renascimento urbano, como tal, são grupos ainda em formação ao longo do século XIII. Na obra de Ramon Llull, em especial na que nos propomos analisar – *Félix, O Livro das Maravilhas* – o autor se propõe a elaborar, ora pela crítica, ora pelo enaltecimento dos atos praticados, um manual de comportamento para os novos homens medievais, devendo estes estarem pautados especialmente no seguimento dos preceitos cristãos definidos pela Igreja.

Assim como estes grupos, vários outros emergem no referido período e espaço, fazendo-se assim, necessário educar a cidade, conduzindo os cidadãos à uma vida de vivência dos dogmas cristãos para o propósito maior da vivência humana: alcançar as glórias da salvação no pós-morte.

Eis o conflito enfrentado por Llull, preso a um tradicionalismo, vê o mundo em transformação como desordenado, especialmente pelo novo grupo social que se estabelece com o renascimento urbano, a burguesia, tentando construir uma sociedade ordenada e harmônica sob a égide dos preceitos do cristianismo.

2.2 Educação medieval: o caminho para a salvação dos homens

Em nossa sociedade, falar em educação remete imediatamente ao espaço escolar, ao currículo ou às políticas públicas relacionadas à esta área. Entretanto, em outras sociedades e em outros tempos a educação denotou circunstâncias diversas.

Segundo Machado e Oliveira, “cada sociedade teve, em cada época e em dadas circunstâncias, uma maneira própria de educar seus filhos. Nem sempre se tratou de uma maneira formal, porém, independentemente disso, sempre buscou por meio da educação, alcançar determinados objetivos” (MACHADO, OLIVEIRA, 2008, p. 9).

Assim sendo, falar em educação, em especial no período medieval nos leva a pensar: o que era priorizado pelos homens deste tempo enquanto conhecimento válido? Como já afirmamos, o homem medieval vivia uma relação de intensa proximidade com o religioso, no Ocidente o religioso é essencialmente o Cristianismo. Por conseguinte, educar para o medievo era formar o cristão.

É este o caráter educacional ao qual nos referimos, sem, entretanto, negarmos a existência e um currículo educacional e de ciências eleitas pelo período como dignas de investigação, entretanto, é à educação do homem e especialmente do cristão à qual aqui nos reportamos.

Em um mundo em conflito, como o medieval do século XIII, a educação era também integrar as relações dos homens com o seu meio e com os outros homens. Frente às mudanças, anteriormente descritas, fazia-se necessário normatizar as condutas humanas em torno de um projeto que visasse o bem comum.

Segundo Oliveira,

É preciso observar que a vida em comum não era um fato ‘natural’ aos homens do século XIII. A vida cidadina principiava a ganhar forma, pois, tudo que circundava a cidade era o mundo do feudo, no qual as relações sociais eram limitadas, hierarquizadas, restritas aos senhores, seus séquitos, ao pároco local e aos servos. Nelas cada homem conhecia o seu lugar (OLIVEIRA, 2010, p. 80-81).

Como dissemos anteriormente, frente às transformações era necessário educar o homem a cidade, ambientá-lo com o seu meio, ainda em construção, e habilitá-lo a relacionar-se com o outro, com o qual se estabelecia uma relação de dependência, e especialmente com a sensação de liberdade típicas das cidades.

Ao discorrer sobre os homens que têm o domínio do saber na Idade Média, Verger (1999) destaca que se na Alta Idade Média o erudito era o que “sabia ler e escrever em latim de maneira mais ou menos correta” e que tal conhecimento restringia-se aos clérigos, sendo os leigos iletrados, nos séculos XII e XIII, período em que se ambienta esta pesquisa, há um substancial aumento no número de “laicos *litterati*”, ou seja, que dominavam a leitura e a escrita, e que não estavam tão somente à serviço da Igreja, mas das novas instituições e relações de poderes que emergem, assim como há também, no referido período, “um aumento geral nos níveis de conhecimento” (VERGER, 1999, p. 16).

A diminuição dos índices de analfabetismo dever-se-ia em especial ao que Le Goff (2010) caracterizou como êxito escolar e universitário no século XIII. Principiado no século XII, favorecidas pelos burgueses com a propagação das escolas primárias e secundárias, base das escolas superiores, que são as universidades medievais.

Os saberes instituídos na Idade Média eram regulamentados pela Igreja, articulados ao que Verger denominou de “universalismo cristão” (VERGER, 2001, p. 12). A educação, tanto no sentido formal do ensino, quanto no sentido que aqui adotamos, de instrução do homem como um ser ‘total’, que Costa caracteriza como “de cunho ético-integral” (COSTA, 2003, p. 100) ambientado com o seu meio e em especial com o propósito de sua existência, cabia no Ocidente medieval aos membros da Igreja.

No que concerne à educação formal, especialmente escrita, esta estava restrita à uma pequena parcela da sociedade, Verger a qualifica como “muito restrita e elitista” (VERGER, 2001, p. 12). Não tratamos com descrédito a educação formal, entretanto, visamos vislumbrar aqui uma educação com maior alcance.

Para Ricardo da Costa (2010, p. 101), “o estudo era utilizado principalmente para o desenvolvimento da vida do espírito, para a elevação espiritual”, assim, mesmo o estudo formal seria uma maneira de conduzir o homem à formação integral do espírito, que conduziria o homem à salvação.

Tentaremos, pois, analisar a educação em um sentido mais amplo, buscando-a como elemento que alcançava a todos os homens da Idade Média e que estava à margem da institucionalização do saber, associada à oralidade, uma vez que os altos índices de

analfabetismo, relegavam à “palavra oral, frequentemente acompanhada de um gestual codificado” (VERGER, 2001, p. 10) um caráter predominante na pedagogia medieval.

Entretanto, nosso objetivo não é nos atermos às instituições de ensino da Europa medieval do século XIII, mas, discutir quais os saberes eram regulamentados a fim de que os homens cumprissem o propósito da sua criação e alcançassem o fim maior de sua existência: a salvação.

Segundo Lauand, no período medieval, “a Pedagogia deve ensinar essa arte de viver” (LAUAND, 1998, p. 260). Assim sendo, o homem medieval que via sua vida como uma viagem, que segundo suas práticas e seus méritos, o levariam após a morte, à salvação ou à danação (PAYEN, 1996).

A pedagogia medieval tinha assim por finalidade conduzir o homem às boas práticas, para que este fosse merecedor da glória da salvação. Neste sentido, a Igreja era a instituição regulamentadora da educação dos homens.

No decorrer da Idade Média, a maior parte das escolas e das universidades do Ocidente foram instituições eclesiásticas ou controladas pela Igreja. Note-se que, não somente nas faculdades de teologia, mas também nas escolas de artes e de direito canônico, a proporção de padre e religiosos era elevada e, de qualquer modo, estudantes e professores, que tivessem ou não recebido as ordens sagradas, portavam a tonsura e seu estatuto era correspondentemente, notadamente no plano fiscal e judiciário, àqueles clérigos. Não surpreende que até o final da Idade Média tenha sido no seio da Igreja que a maioria dos homens de saber puderam fazer carreira. (VERGER, 1999, p 144).

Assim, os saberes instituídos e as instituições que os legitimavam e os propagavam estavam sob a égide da Igreja.

Bernardo de Claraval (1090-1153), caracterizado por Iogna-Prat (2013, p. 160) como “figura de proa no monacato medieval”, em seu célebre *Sermão sobre o conhecimento e a ignorância*, o desconhecimento de si e de Deus levaria à perdição. No entanto ele ressalta que nem toda ignorância leva a danação, segundo o autor:

Discutiremos se toda ignorância é condenável. Parece-me que não, pois nem toda ignorância produz perdição: há muitas e mesmo inúmeras coisas que se podem ignorar sem problema algum para a salvação. Se alguém, por exemplo desconhece artes mecânicas, como carpintaria, a arte de edificações e outras que são exercidas para utilidade da vida neste mundo, acaso tal ignorância constitui obstáculo para salvação? [...] Cisto não foi buscar Pedro, André, os filhos de Zebedeu e todos os outros discípulos, entre os filósofos; nem em escola de retórica e, no entanto, valeu-se deles para fazer a salvação na terra (CLARAVAL *apud* LAUAND, 1998, p. 263).

Percebemos a preocupação de Claraval com a educação que edifique o homem enquanto cristão, essencialmente, como bom cristão, ou seja, aquele que na lógica da religiosidade medieval seguia fielmente a doutrina cristã, por meio do exercício cotidiano das virtudes e o afastamento dos vícios.

Segundo a perspectiva agostiniana, a educação era caracterizada como:

[...] uma longa e exaustiva caminhada de purificação moral e exercitação intelectual, que conduzia progressivamente o aluno a se identificar com a Sabedoria, a Bondade, a Beleza e a Felicidade supremas que se relacionam com Deus, fonte de todo o Bem. [...] para Santo Agostinho, Deus era o único mestre, quanto aos professores, na verdade nada ensinavam, a não ser provocar nos alunos a busca do conhecimento (MELO, 2008, p. 67).

Deste modo, na concepção agostiniana, base de orientação do pensamento educacional medieval, para formar o homem no seu caráter espiritual e conduzi-lo a conhecer as formas pelas quais, independente das diferenças existentes entre eles, estes possam cogitar no pós-morte ocupar um bom lugar. Ao educador caberia a função de nortear os aprendizes no caminho do conhecimento que tinha como principal finalidade o pleno exercício das virtudes, uma vez que tal entendimento convergiria para a maior finalidade dos homens no pensamento medieval, conhecer a Deus e por meio Dele, visto como maior dos mestres alcançar a sabedoria por meio da qual os homens cogitariam a salvação.

O homem medieval crê na infinidade, para eles a vida é a constante espera e em alguns casos a busca pela morte, a relação com esta é, portanto, constante no cotidiano do medievo. Segundo Baschet:

Não se pode compreender o homem medieval, sua vida em sociedade, suas crenças e seus atos sem considerar o inverso do mundo dos vivos, o domínio dos mortos [...] aqui embaixo não é concebido sem o além [...] o além lhe confere seu verdadeiro sentido e lhe traça sua verdadeira perspectiva. O medo do inferno e a esperança do paraíso devem guiar o comportamento de cada um; e a própria organização da sociedade é fundada sobre a importância do outro mundo, pois a posição dominante dos clérigos se justifica, em última instância, pela missão que lhes incube de conduzir os fiéis à salvação (BASCHET, 2006, p. 374).

Espaço que habita o imaginário medieval, mas que se torna real nas relações entre os homens e especialmente entre este e a Igreja, o Além é vivido e esperado no medievo. A certeza da morte e a certeza na infinitude da alma, que seria conduzida ao lugar que lhe era de direito após a morte, nortavam todas as práticas humanas, convergindo para um modelo educacional pautado no medo da danação, crença esta que orientava o comportamento dos homens a fim de formar uma sociedade pretensamente harmônica.

Assim, toda a concepção de mundo dos homens medievais, suas relações cotidianas e de poder estariam permeadas pela presença substancial da crença no pós-morte. O projeto educacional forjado para o período seguiu também à esta lógica. Tratava-se essencialmente de uma educação para a salvação.

Jacques Le Goff nos relata um perene conflito entre o bem e o mal no cotidiano dos homens medievais, segundo o autor:

A vida aqui em baixo é um combate, um combate pela salvação, por uma vida eterna; o mundo é um campo de batalha onde o homem se bate contra o Diabo, quer dizer, em realidade, contra si mesmo. Pois herdeiro do Pecado Original, o homem está arriscado a se deixar tentar, a cometer o mal e a se danar. Confrontando-se neles o vício e a virtude, pondo em jogo o seu destino eterno. [...] sobre esse campo de batalha de vida ou morte que é o mundo, o homem tem por aliados Deus, a Virgem, os santos, os anjos e a Igreja, e sobretudo, a sua fé e suas virtudes; mas tem também inimigos: Satã, os demônios, os heréticos e, sobretudo, seus vícios e a vulnerabilidade advinda do Pecado Original (LE GOFF, 2002, 22).

A salvação para os homens medievais dependia principalmente de suas condutas em vida. Assim, a vida humana era o momento em que os homens comprovariam o merecimento da salvação ou danação, tal merecimento dar-se-ia em função dos seus atos no decorrer da vida.

O homem medieval precisava ser vigilante quanto ao afastamento dos vícios e à prática das virtudes, atos que os propiciariam usufruir da salvação. Os sofrimentos dos danados e as glórias dos eleitos eram costumeiramente expostos por meio de *exempla*, pregações dos clérigos e viagens ao além, que eram viagens aos espaços do além, de maneira geral conduzidas por um ser angelical, nas quais os homens presenciavam as glórias do paraíso ou as penas do inferno, tais viagens tinham um forte caráter educativo, uma vez que promoviam o medo e, portanto, a cautela dos homens frente às suas próprias ações (LE GOFF, 2002).

O filósofo catalão medieval, Ramon Llull, transparece em seus escritos esta preocupação com a formação humana, ele constantemente se refere a um mundo que está em desordem e que precisa ser orientado, educado, conduzido à fim de que os homens alcancem a salvação, sendo esta vista como maior ideal entre os homens medievais, atrelados à pregação cristã.

O próprio Llull se põe como exemplo a ser seguido pelos homens medievais, em sua autobiografia, *Vida Coetânea* (1311), expõe como sua vida partiu do pecado para a purificação do corpo. O autor que a princípio se caracteriza como indigno de servir a Deus e

que, tomando consciência do chamado de Cristo à uma vida de servidão, o autor se propõe busca por conhecimento.

Percebemos assim que a educação tem uma relevância primordial na *Arte Ilulliana*. Ao estabelecer os propósitos pelos quais poderia melhor servir a Deus Llull estabelece três objetivos: 1- “colocar sua vida para a honra de Jesus Cristo”, 2- “fazer livros, uns bons e outros melhores, sucessivamente contra os erros dos infiéis” e 3- “fazer construir e edificar diversos mosteiros, onde homens sábios e literatos estudassem e aprendessem a língua moura e de todos os outros infiéis, para que pudessem pregar e manifestar entre eles a verdade da santa fé católica.

Entre os três propósitos estabelecidos por Llull, dois estão diretamente associados à questão educacional. Nota-se também que neles Llull demonstra uma intensa preocupação com a conversão dos infiéis, especialmente os árabes. Este interesse deve-se ao fato de Llull nascer e crescer em, Maiorca, região ocupada pelos muçulmanos durante a expansão islâmica. A família de Llull, que fazia parte da corte de Jaime I, participou da retomada deste território, entre 1229 e 1231 (COSTA, 2001, 3).

Assim, os livros que Ramon Llull pretendia fazer, os mosteiros que deveriam ser edificadas para a formação de homens sábios serviriam ao propósito da conversão dos infiéis, especialmente dos muçulmanos.

A educação formal também é vislumbrada na *Arte Ilulliana*, e exemplo disto, em *Doutrina para crianças (1274-1276)*, obra que Llull dedica à educação do seu filho, Domingos, na qual expõe ao filho a forma de adquirir conhecimento, por meio do qual ele cogitaria alcançar a salvação. Nesta obra, Llull aconselha seu filho a conhecer as artes liberais² e as ciências³.

O filósofo propõe um projeto pedagógico universalista que compreendia a conversão dos infiéis, especialmente os mouros, e a educação do mundo cristão, este visto como corrompido em pecado, que deveria começar pelo príncipe a fim de que fosse restituída a primeira intenção da criação do mundo por Deus (COSTA, 2006).

² A base da educação medieval eram as sete artes liberais, vistas como “únicas dignas dos homens livres” divididas em duas categorias: “as artes das palavras e do signo (gramática, retórica e dialética) no *trivium* e as artes dos números e das coisas (geometria, aritmética, astronomia e música) no *quadrivium*” (VERGER, 2001, p. 74)

³ Llull elege como ciência, o conhecimento em Teologia, Direito, Natureza e Medicina. Em *Doutrina para Crianças* Llull conceitua cada uma destas ciências, sendo a Teologia “a ciência e falar de Deus [...] é mais nobre que todas as outras” (LLULL, 2010 p. 57), o Direito “dividido em duas partes: Direito canônico e Direito civil [...] o Direito canônico é o Direito divino e o Direito civil é o direito terreno, do costume, e pertence ao uso dos príncipes para que mantenham a justiça” (LLULL, 2010 p. 57), a Natureza “princípio de alguma coisa e a ocasião para existir a coisa natural” (LLULL, 2010 p. 58) e Medicina “ciência que une o que é natural para conservar a natureza e retorná-la aquilo no qual estava frequentemente no corpo animado” (LLULL, 2010 p. 61). Para conhecimentos legítimos e marginais na Idade Média ver *Homens e saber na Idade média* de Jacques Verger.

A obra *Félix, O Livro das Maravilhas* é inserida na proposta de educação e ordenamento do mundo cristão. Tal propósito seria alcançado por meio do cumprimento dos dogmas cristãos, o exercício contínuo das virtudes e o afastamento dos vícios.

Enquanto na *Doutrina para Crianças (c. 1274-1276)*, é possível compreender os conceitos do autor através de uma explicação didática de cada uma das virtudes e vícios humanos, no *Félix, O Livro das Maravilhas (1288-1289)*, percebemos, por meio dos *exempla*, a sua aplicabilidade. Com isso, Llull pretendia ensinar o ser humano a evitar os erros e se aproximar da salvação.

2.2.1 Das sete virtudes que são caminho para a salvação

As virtudes a serem praticadas continuamente pelos homens medievais a fim de alcançarem a salvação de suas almas são: fé, esperança, caridade, justiça, prudência, fortaleza e temperança. Sendo as três primeiras as virtudes teologais e as quatro restantes as virtudes cardeais.

As virtudes teologais seriam necessárias a todos os homens independente de seu estamento, enquanto as cardeais eram atribuídas, com maior ou menor importância, dependendo da ordem social à qual pertenciam os indivíduos.

Ao discutir sobre a origem das virtudes, Baschet afirma: “As primeiras (cardeais) são tomadas de empréstimo de Platão e Cícero, enquanto as últimas (teologais) são criações especificamente cristãs” (BASCHET, 2006, p. 137). O exercício das virtudes e afastamento dos vícios permeia toda a concepção de mundo do homem medieval, para o qual a maior finalidade da vida é a busca pela salvação, alcançada, necessariamente, por meio de tais práticas.

As virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança) deveriam tornar-se habituais na vivência humana, pois seriam essencialmente relativas às capacidades morais dos homens, enquanto as virtudes teologais (fé, esperança e caridade) são incitados por São Paulo seriam a base do pensamento cristão (COSTA, 2004)

Segundo Ricardo da Costa (2004), a virtude seria a força que tornava o homem que a exerce merecedor de admiração, um ser melhor intelecto e moralmente, e que, segundo o pensamento aristotélico, cristianizado em especial por Tomás de Aquino, seria responsável por tornar o homem bom, característica que no medievo assume contornos cristãos, o homem bom, virtuoso, no pensamento medieval, era aquele que por meio do exercício das virtudes tornava-se um bom cristão, que buscava continuamente viver em perfeição carnal e espiritual a fim de alcançar a santidade, condição o conduziria à salvação.

2.2.1.1 Fé

Ao explicar ao seu filho o fundamento da fé, especificamente a fé católica, Llull afirma ser “crer verdadeiras as coisas invisíveis”, caracterizando-a como “a luz da graça”, pela qual o homem alcança a salvação, pois pela fé o homem acredita no que sua razão é incapaz de provar (LLULL, 2010, p. 39).

Percebe-se que Llull sobrepõe a fé ao entendimento, aqui associado ao pensamento racional, já que Ramon Llull faz parte de um grupo de pensadores, como Tomás de Aquino, que buscavam explicar racionalmente os dogmas da fé.

Segundo o autor, “a fé vê Deus sem intermediário, e o entendimento não pode se elevar a Deus sem a demonstração de outras coisas” (LLULL, 2010, p. 39), assim, a salvação dos homens dar-se-ia, *a priori*, pelo exercício da fé.

No *exemplum* a seguir percebemos a Fé como personagem que busca persuadir um rei contra a Descrença:

Havia um príncipe muito poderoso a quem Deus fizera muita honra neste mundo. Aquele príncipe estava um dia em uma caça perseguindo um javali. Enquanto caçava o javali, ele se encontrou com a Fé e a Descrença, que discutiam. “Oh, tu, príncipe, que caça as bestas selvagens que são criaturas de Deus! Ajuda-me contra a Descrença, que me faz tão desonrada, menosprezada e tão pouca entre os homens! Deixa a besta selvagem que estás caçando e vem honrar a mim, porque para mim és cristão, foste feito príncipe para me honrar, e sem mim não poder ter salvação! [...]”. A Fé disse essas palavras e muitas outras ao príncipe que caçava, mas o príncipe deu pouco valor às suas palavras, e continuou a correr atrás do porco. **A Fé chorou e a Descrença a escarneceu, jactando-se que ela tinha mais servidores que a Fé.** A Fé respondeu que a Descrença recompensa muito mal a seus servidores (LLULL, 2009, p. 94-95, grifos nossos).

Tendo como personagem inicial um príncipe, Llull expõe um duelo entre a Fé e a Descrença no qual demonstra sua concepção de um mundo em queda. A virtude e o vício personificados tentam convencer ao príncipe a segui-los, o príncipe por sua vez, distante do cumprimento da intenção da criação, tende ao comportamento vicioso. A Fé, exposta como condição primária para o alcance da salvação chora o seu não seguimento entre os homens, denotando uma visão pessimista da sociedade por Ramon Llull, que via a humanidade imersa em pecado, especialmente em descrença. Deste, na ausência da fé, as demais virtudes não poderiam ser praticadas sem o exercício da fé.

Outra questão relevante no *exemplum* é o príncipe como personagem, tal fato expõe que toda a sociedade, a começar pelos mais altos estamentos deveriam passar por um processo educativo que convergisse para a prática das virtudes, ideia base da pedagogia llulliana.

O choro da Fé e o escárnio da Descrença denotam um mundo em que as forças infernais estão em desvantagem, havendo a necessidade de se reordenar a sociedade. Assim como no *exemplum* a Fé é condição para a salvação, a Descrença é posta como caminho de perdição, uma vez que “recompensa muito mal seus servidores”, ou seja, condena-os à danação eterna.

2.2.1.2 Esperança

A esperança exposta por Llull é a esperança da salvação. Em *Doutrina para Crianças* o autor afirma: “Deus deu ao homem a esperança para que, **fazendo boas obras**, tenha esperança na justiça de Deus” (LLULL, 2010, p. 39, grifo nosso). Neste fragmento fica claro que para Llull, a salvação depende, além do exercício da fé católica, as boas obras levariam os homens à salvação.

Inserido numa perspectiva educacional salvística, e tentando conduzir o mundo à um ordenamento, orientado pela doutrina cristã, Llull destaca no *exemplum* a seguir como um homem pode se redimir da falta de esperança e do pecado.

[...] um homem era muito pecador, porque todos os sete pecados mortais estavam nele. Um dia aconteceu dele considerar seu pecado e entender que era muito pecador. Enquanto assim considerava, ele se desesperou da misericórdia de Deus e disse a si mesmo que era tão pecador que a misericórdia de Deus não poderia perdoá-lo, nem devia. Muito se maravilhou consigo mesmo por se desesperar da misericórdia de Deus, que é maior que seu pecado. Estando em tal maravilha, ele, em divina graça, entendeu que se desesperava porque amava o pecado no qual estava, pois, o pecado e o amor o pecado têm concordância. Então aquele homem desamou o pecado e prontamente foi filho da esperança e se confiou à misericórdia de Deus. Quando esse homem se libertou da servidão da desesperança e colocou-se na guarda da esperança, sentiu uma imensa alegria em seu coração, e maravilhou-se como o homem que está em pecado pode acreditar que seja salvo [...] pensou então que aquilo não era esperança, pelo contrário, era uma falsa crença e uma falsa opinião, coisas que os homens têm porque amam desordenadamente a salvação e temem a danação. (LLULL, 2009, p. 99).

No texto, um homem conhecedor de seus pecados clama a Deus, na esperança que Ele o redima de seus erros, por meio desta virtude o personagem este homem passa a cogitar

sua salvação, fato que o alegra. É primordial entendermos que o ato consciente de remissão do pecado é essencial para a recondução dos homens à condição de salvação.

Como percebemos no *exemplum*, o homem caracterizado como pecador encontra remissão e esperança na salvação quando toma consciência de seu pecado e confiante na misericórdia de Deus põe-se a servidão da esperança ao desamar a queda. Consideremos a condição inicial de Llull em *Vida Coetânea*, ele se caracteriza como pecador e sua vida desde a experiência mística que vivera pauta-se na busca pela absolvição de seus atos contra Deus.

Llull também adverte quanto ao homem que se mantém em pecado e confia na esperança de Deus. As virtudes expostas por Llull são de origem divina e refletidas no homem, uma vem que este fora feito à imagem e semelhança de Deus. Logo, o autor contrapõe a esperança, dos homens que vivem em pecado, na salvação, atribuindo-lhes vier em engano, uma vez que a esperança na salvação não pode se contrapor à justiça de Deus.

Ponto característico da *Arte* llulliana é comprovar a verdade da fé cristã frente às demais, no *exemplum* a seguir Llull expõe como a esperança é virtude que existe maior e mais fortemente no cristão que em qualquer outro homem de outra fé.

Uma vez aconteceu que um cristão e um sarraceno andavam por um deserto quando encontraram um judeu que levava muitos dinheiros. Eles mataram o judeu para ter os dinheiros que ele carregava. Após muito tempo, o sarraceno esteve em morte, e viu que era um pecador tão grande por ter matado o judeu que se desesperou da misericórdia de Deus. O cristão também esteve à morte, e se **confessou do pecado que havia cometido** na morte do judeu, quando disse que era certo que a lei dos cristãos concordava melhor com a grandeza da esperança que qualquer outra lei. Muito se maravilharam aqueles que estavam na presença do cristão com as palavras que ele dizia enquanto morria, e pediram que as expusesse melhor, porque desejavam entender a razão pela qual ele dizia que na fé dos cristãos podia existir maior esperança que em qualquer outra lei. [...] Como o cristão acredita que Deus encarnou por amor ao homem, para salvá-lo, e foi morto pelo homem, e nenhum judeu acredita nisso, pode ter mais esperança em Deus que qualquer outro homem. (LLULL, 2009, 85)

O *exemplum*, que tem como personagens homens de religiões diferentes (Cristianismo, Islamismo e Judaísmo) busca ressaltar a fé cristã como a única capaz de promover a redenção dos pecadores. Mesmo em estado de danação, por descumprir dois mandamentos⁴, no momento da morte o cristão, ao se redimir do seu pecado, por meio da confissão, ato de admitir o pecado e arrepende-se dele.

⁴ Os mandamentos descumpridos são: “Não cometerás homicídio” e “não matarás”. Para mandamentos ver Bíblia Sagrada Êxodo 20.

Para Llull, a remissão do pecado por meio da confissão é de prática exclusiva da Igreja. Em *Doutrina para Crianças* o autor afirma:

Naquele tempo em que Nosso Senhor Jesus Cristo estava neste mundo e andava com os apóstolos, deu pessoalmente as chaves da penitência a São Pedro, na pessoa de Nossa Mãe, a Santa Igreja, e disse que tudo o que São Pedro, através da virtude de Deus, ligasse ou desligasse na Terra seria unido ou desligado no Céu.

Filho, através do poder que deus deu a São Pedro, o santo pai apóstolo ocupa o lugar de São Pedro (**isto é, o Papa**) tem os presbíteros, que estão no lugar dos apóstolos e que têm poder de darem penitência, e por isso as gentes vão se confessar com os presbíteros e pedir-lhes penitência (LLULL, 2010, p. 23 grifo nosso).

De acordo com o pensamento cristão, a Igreja foi fundada por São Pedro e seria a legítima herdeira do poder de redimir os pecadores por meio da atribuição de penitências aos pecadores, que por meio delas seriam assim perdoados.

Seria, pois, de exclusividade da Igreja absolver os homens de suas faltas. A instituição por meio de práticas como esta regulamentava a vida humana, exercendo um forte domínio sobre o cotidiano dos homens medievais.

Assim, a fé cristã é posta na *arte* llulliana como mais verdadeira, uma vez que é a única capaz de reconduzir os homens em queda, por meio do arrependimento, da confissão e da penitência os homens à salvação.

A esperança é posta também como um exercício contínuo, cotidiano. O homem deve viver a esperança e não a certeza da salvação ou estariam cometendo o pecado da soberba.

2.2.1.2 Caridade

Llull conceitua caridade como “virtude que origina a amizade ente Deus e o homem” (LLULL, 2009, p. 101) ou ainda “é amar a Deus e seu próximo”. A sociedade medieval é caracterizada pelas relações de “parentesco espiritual”, que unificava os homens, essencialmente por meio do batismo, que marca o nascimento do cristão e sua acolhida no seio da Igreja. Esta relação é permeada pela ideia de auxílio mútuo (BASCHET, 2006).

Os cristãos, como parte de uma teia social, estariam assim unidos, por meio da filiação de Deus, e por consequência, deveriam exercer a caridade, virtude esta que garantiria a harmonia social.

Percebemos no *exemplum* a seguir a função social da caridade defendida por Ramon Llull. Para o autor esta virtude deveria estar presente em todos os homens, especialmente os

que ocupam os níveis mais altos da sociedade, que deveriam dar aos demais membros da sociedade o exemplo de comportamento.

Em uma cidade havia um bispo que era muito avaro, e o príncipe daquela cidade era muito mal e cruel. **Todos os homens daquela cidade tinham assim um mau exemplo**, porque a caridade diminuía neles e a crueldade crescia. Naquela cidade havia um homem justo e de santa vida, filho da caridade, um homem pobre de bens temporais, mas abundante de bens espirituais. Um dia aconteceu de o príncipe e o bispo cavalgarem juntos e passarem pelo caminho onde estava o santo homem. Quando os viu, aquele santo homem gritou, e disse que a caridade estava morta neles, e a crueldade os tinha em seu poder. Aquele homem foi preso surrado, e colocado em um cárcere, onde esteve por muito tempo preso, por causa das palavras que disse aos inimigos da paciência, da humildade e da caridade (LLULL, 2009, p. 104 grifo nosso).

O ambiente do *exemplum* é a cidade, posta como local onde falta o exercício da caridade, a começar pelo príncipe e pelo bispo, figuras que gerem toda esta sociedade e que por consequência deveriam se pôr como exemplos bons a serem seguidos pelas gentes.

A caridade seria assim uma virtude essencial para vida na sociedade cidadina, pois reafirmaria as relações de “parentesco espiritual” que deveriam ser praticadas pelos homens medievais a fim de que a sociedade caminhasse harmonicamente em direção à salvação.

O autor aproxima a caridade dos homens desprovidos de bens materiais. O “homem justo e de vida santa” citado no trecho não possui bens materiais, mas em contrapartida possui em si as virtudes, entretanto, sofre com a crueldade dos homens de poder que não exercitam as virtudes e que são caracterizados como inimigos delas, especialmente da paciência, da humildade e da caridade.

A crueldade é posta em contraposição à caridade. No texto supracitado, nos homens em que não há caridade, a maldade é característica de suas funções, mesmo em relação aos homens tidos como bons, por exercerem as virtudes.

2.2.1.3 Justiça

Para Lull, “a justiça é restituir a cada um o que é seu de direito” (LLULL, 2010, p. 41). Na obra llulliana a justiça é essencialmente a justiça de Deus, que dá ao homem o que lhe é de direito, salvação ou danação, mediante suas obras.

Em uma postura bem radical sobre o exercício da justiça, Llull defende a prática extrema desta virtude. No fragmento a seguir, no qual observamos a utilização de dois *exempla* para ilustrar o uso da justiça entre os homens.

Era uma vez um usurário que tinha um filho que muito amava. Esse usurário esteve à morte e não quis devolver os dinheiros que havia ganho com injúria, porque preferia que seu filho fosse um rico-homem que a sua salvação. Quando este usurário estava no momento de sua morte, seu confessor lhe contou este exemplo: “Em uma cidade havia um cavaleiro que era magistrado e que tinha somente um filho, que muito amava. Aconteceu que aquele filho matou um homem, e seu pai mandou enforcá-lo, e disse que mais valia a justiça no homem que o amor de um pai ao seu filho contra a justiça”. Tão grande poder tinha a injúria no usurário que ele não aprendeu nada com o exemplo que seu confessor lhe disse (LLULL, 2009, p. 108).

No texto temos concomitantemente o exemplo de homens que agem pela ou contra a justiça. O primeiro homem, o usurário, nega-se à prática da virtude, que deveria ser dispor de seus bens, alcançados por meio da usura, a fim alcançar sua própria salvação, o segundo, o cavaleiro, dispõe-se do amor por seu filho, fazendo-o pagar por seus atos, condenando-o à morte e enaltecendo a superioridade da justiça frente ao amor aos filhos.

Deste modo, percebe-se, que na concepção llulliana, há maior honraria na atividade do cavaleiro que na do usurário. Tal ideia estava em consonância com o pensamento do período, pois, “o cidadão, mesmo que fosse um rico mercador, era desprezado pelos nobres e não se esperava dele nenhuma virtude cavaleiresca” (GUREVIC, 1989, p. 170). Deste modo, a visão sobre o mercador, associado costumeiramente ao usurário, seguia uma visão pessimista, em especial quanto ao exercício das virtudes.

Do mesmo modo, na mentalidade dos homens medievais, Deus, que não age em contrariedade às suas virtudes, é impiedoso com seus filhos que por justiça não são merecedores da salvação uma vez que em suas práticas em vida, não viveram em conformidade com os dogmas da Igreja, afastando dos vícios e exercitando as virtudes.

Llull aconselha que fazendo uso da justiça os homens meçam os prazeres corporais, submetendo-os aos espirituais, para que assim melhor estejam em conformidade com a primeira intenção (LLULL, 2009, p. 106).

Assim, a justiça, que é uma virtude divina, seria exercitada pelos homens por meio da contenção dos vícios, a fim de que estes, mantendo-se puros alcançassem a salvação no pós-morte.

2.2.1.4 Prudência

Assim como por meio da justiça, com o exercício da prudência o homem se mantém em equilíbrio, afastando-se dos vícios e praticando as virtudes. Por meio desta virtude que Llull

caracteriza como “obra da inteligência”, mais ainda ela “ajusta a sabedoria e a ciência”⁵ (LLULL, 2010, p. 42).

No *exemplum* a seguir temos uma mostra de como os homens são capazes de possuir o conhecimento, ou seja, terem ciência, sem no entanto pô-las em prática, agindo assim contra a prudência.

Em uma cidade, disse o eremita, havia um religioso muito sábio, e que tinha grande fama de levar uma vida santa e ser sábio. Um dia um homem louco ouviu falar daquele religioso, e sentiu prazer quando ouviu alguns homens o louvarem. Aquele louco homem disse que, se quisesse, enlouqueceria o religioso. Os homens que louvavam o religioso disseram que ele não conseguiria. O homem louco então foi até onde estava o religioso e lhe disse muitas palavras vis, com as quais o religioso ficou muito irado e, por causa dessa ira, disse também muitas palavras loucas. Muito se maravilharam os que louvaram a sabedoria do religioso, porque ele, apesar de ter mantido sua sabedoria contra a soberba e a loucura, havia errado contra a sabedoria por causa do homem louco (LLULL, 2009, p. 112).

No texto, o personagem religioso, descrito como sábio que levava uma vida santa, possui a ciência, entretanto, sua sabedoria se desvirtua contribuindo para o desequilíbrio entre a ciência e a sabedoria, cometendo assim pecado contra a prudência.

Por tratar-se de um religioso, esperava-se que ele se mantivesse no propósito do cumprimento das virtudes. Assim, o ato de maravilhar-se, no sentido de admirar-se, percebido naqueles que louvavam a sabedoria do religioso pode ser percebido como uma crítica aos clérigos que se afastam das virtudes.

2.2.1.5 Fortaleza

A fortaleza está, na obra llulliana, associada ao poder da alma em afastar do corpo o pecado. Llull assim descreve esta virtude: “fortaleza é força da coragem que reforça os poderes espirituais da alma. A fortaleza é o fortalecimento da alma, pelo qual é vivificada a força corporal” (LLULL, 2010, p. 43). Deste modo, a fortaleza seria uma forte arma dos homens contra sua fraqueza natural que tende ao pecado.

Na concepção cristã medieval, o homem é herdeiro do pecado original, inerente a toda a humanidade, herdado da queda de Adão e Eva, este era visto como o ato que produz no

⁵ Em *Doutrina para Crianças* Llull estabelece a diferença entre sabedoria e ciência, com a primeira os homens seriam “amantes do bem” e odiariam o mal, por meio da segunda, eles sabem o que é o bom e o mau (LLULL, 2010, p. 42). Sendo assim, os homens que por meio dos ensinamentos da Igreja sabem o que é bom e mau deveriam ter a vontade de praticar o bem, a fim de alcançar a salvação. A prudência seria, assim, o equilíbrio entre o possuir saber e praticá-lo.

ser humano a sua tendência natural de pecar. Graças ao pecado original, com o qual todos os homens nascem e pelo qual todos compartilham da culpa, os homens vivem continuamente a batalha entre o bem e o mal (CASAGRANDE; VECCHIO, 2002, p. 339).

A fortaleza seria, assim, a virtude, que se exercida continuamente, daria ao homem a capacidade de lutar contra os prazeres corpóreos, associados aos vícios e ao pecado, mantendo o corpo puro e conduzindo a alma humana à salvação.

Na perspectiva llulliana, não nutrir a fortaleza, ou seja, o poder corpóreo contra os vícios, era a condição para o homem estar constantemente em queda. No *exemplum* a seguir percebe-se a forma como um homem não exercita a fortaleza e por consequência está continuamente praticando os vícios:

um homem louco e pecador, disse o eremita, era **glutão, luxurioso e cheio de vícios**. Ele **queria todos os dias ver belas fêmeas e degustar saborosas comidas**. Não desejava ser casto e moderado em seu comer. Por isso, sua vontade de ser casto e moderado se enfraquecia, e seu **poder** de pecar com a degustação e a visão se multiplicava (LLULL, 2009, p. 15).

Pelo não exercício da fortaleza, o homem louco e pecador da historieta enfraquecia-se na sua capacidade de superar os vícios. Deste modo, o personagem não possuía **poder** pelo qual pudesse combater suas faltas e continuava em condição de queda.

Deste modo, percebemos a fortaleza como a capacidade do homem em superar seus desejos corpóreos, a fim de manter-se puro e por consequência alcançar a salvação. O não exercício desta virtude denotaria a incapacidade dos homens de manterem-se livre do pecado, condição que os tornariam contrários aos desígnios de Deus à humanidade.

2.2.1.5 Temperança

Na lógica llulliana, a temperança seria a virtude por meio da qual os homens ajustariam suas vontades às suas necessidades, diminuindo os excessos, associados especialmente na perspectiva do autor, ao controle da gula. Assim, segundo Ramon Llull, para o pleno exercício da temperança era necessário ao homem lembrar, entender e exercitar tal virtude, por meio da qual seria fortalecida a fé.

Entre as práticas comumente associadas à temperança e desejada por Ramon Llull está o jejum, por meio do qual os homens buscariam a purificação espiritual. Deste modo, a temperança é a virtude que traria ao homem equilíbrio no corpo e na alma, a fim de alcançar o ideal de santidade e estar em condição de salvação. Observemos o *exemplum* a seguir:

era uma vez um homem muito glutão. Após ter bebido e comido muito e ter ficado muito cheio, ele se sentiu débil por conta da digestão que não podia ser feita, de tanto que se empanurrara. Então, o calor natural não podia dar a sustentação do espírito vital aos membros o corpo, segundo o que se convinha. Muito se maravilhou aquele homem de como estava tão febril por ter comido e bebido muito, e tornou a beber e comer ainda mais, porque pensou ter comido e bebido pouco. E quanto mais comia e bebia, mais febril se sentia, e mais se maravilhava (LLULL, 2009, p. 120).

O homem glutão do texto não tem entendimento quanto ao ato pecaminoso que pratica, fato que o mantém na condição de queda. Neste fragmento percebe-se que a temperança seria a virtude capaz de promover o equilíbrio entre o corpo e a alma. O exagero no comer e beber seria a condição para a doença corpórea que refletiria na enfermidade espiritual e por consequência poria o homem em estado de danação eterna.

Em *Doutrina para Crianças* Llull explica ao seu filho a forma de manter a temperança, tida como virtude que exalta a capacidade do homem em servir a Deus:

[...] teu corpo requer temperança para que não enfraqueças tua força por pouco comer, nem a corrompas com o comer muito, tua riqueza, tua qualidade e tua idade requerem temperança no teu vestir, em teu falar e em teu dormir, em teus gastos e em todas as outras coisas necessárias para louvar e servir Nosso Senhor Deus” (LLULL, 2010, p. 44).

Deste modo, o pleno exercício da temperança seria a condição para o controle de todas as práticas necessárias aos homens em seu cotidiano. As ações que são essenciais nos homens como o comer e o vestir deveriam ser ponderadas por meio da prática da temperança, que conduziria o homem a manter seu corpo e seu espírito sãos e livres do pecado e da corrupção.

As virtudes seriam assim, a condição essencial para que os homens cogitassem a glória. A prática diária destas conduziriam os homens ao estado de santidade, que os possibilitariam no pós-morte habitar eternamente o Paraíso, no qual o maior estamento está em ver Deus. Conviria, portanto, aos homens o amor e a prática das virtudes, por meio da qual alcançariam a salvação.

2.2.2 Dos vícios que são caminho para a danação dos homens

Contrariamente às virtudes, os vícios seriam os responsáveis pelo desordenamento da sociedade medieval e por consequência à condução dos homens à danação, ou seja, a habitar no pós-morte o Inferno. Cabe ressaltar que a condução dos homens a este espaço dar-se-ia por merecimento, em cumprimento da Justiça de Deus, uma vez que, em vida, eles não foram

capazes de resistir às declinações do corpo, optando por viver em dissonância com os preceitos cristãos.

Fundamentados na *Ética* de Abelardo, Casagrande e Vecchio (2002) estabelecem as diferenças entre o vício, o ato pecaminoso e o pecado, conforme percebemos abaixo:

o vício, corrupção tornada segundo a natureza da alma em consequência do Pecado Original, e o ato pecaminoso, ação puramente exterior, que nem sempre implica a vontade, não podem, nem um nem outro, ser imputados à responsabilidade humana e nem identificados com o pecado, pois este consiste no assentimento da vontade humana às tendências viciosas. Assim, o pecado nasce, sempre e de todo modo, de um ato livre da vontade humana e já aparece completo em sua culpabilidade, antes mesmo de traduzir em ação exterior (CASAGRANDE; VECCHIO, 2002, p. 342).

Assim, o vício e o ato pecaminoso, por serem externos à vontade humana seriam inatos à natureza humana, aos homens caberiam, entretanto, por meio da prática das virtudes combater-lo a fim de purificarem o corpo e manterem a finalidade da alma. O pecado, consecutivamente, seria a queda do homem frente aos vícios, a sua não capacidade de manter-se puro e, portanto, seria fruto de uma escolha consciente de pôr-se em contradição com a intenção da criação divina, fato que garantiria ao homem a culpa e o merecimento da condição de suas almas após a morte corpórea.

Especialmente a partir do século XII, associada ao renascimento urbano, aumenta também a visão de que o mundo estava desordenado especialmente pela maior prática dos vícios. A sociedade da Baixa Idade Média é descrita como uma sociedade em queda, na qual o pecado impera, por meio da intervenção constante do Diabo possibilitada pelos homens devido ao afastamento da primeira intenção.

Em um texto florentino do século XIII, citado por Le Goff, percebe-se esta visão de uma sociedade onde todos os grupos sociais estariam submetidos aos pecados:

O Diabo tem IX filhas, que casou
 A simonia com os clérigos seculares
 A hipocrisia com os monges
 A rapina com os cavaleiros
 O sacrilégio com os camponeses
 A simulação com os guardas
 A fraude com os mercadores
 A usura com os burgueses
 A pompa mundana com as matronas
 E a luxúria, que não quis casar, mar oferece a todos como amante comum
 (Citado por LE GOFF, 2005, p. 265).

Este texto, citado por Jacques Le Goff em *O Ocidente Medieval*, extraído de um fólio de um manuscrito florentino do século XIII, ressalta uma sociedade imersa no pecado, onde cada estamento estaria mais próximo do exercício de um vício, sendo a luxúria compartilhada por todos os integrantes da sociedade.

As práticas associadas à queda da sociedade e vistas como pecaminosas demonstram uma sociedade em desordem em que cada grupo social está mais propício à um vício, responsável pela danoção de todo o corpo social. Nem mesmo os membros da Igreja estariam livres do pecado segundo o texto.

O fragmento anterior não segue o principal conjunto de vícios instituídos na Idade Média, o dos sete pecados capitais (gula, orgulho, inveja, ira, preguiça, avareza e luxúria). Segundo Baschet, estes “são capitais porque engendram um ao outro e, porque deles é o ponto de partida de ramificações que dão nascimento a numerosos pecados derivados” (BASCHET, 2006, p. 377).

Baschet defende a ideia de que a vida dos homens é o palco de uma batalha entre o bem e o mal, caracterizada pela oposição entre as virtudes e os vícios. Tal conflito estaria, deste modo, presente no cotidiano da sociedade medieval e marcaria sua existência histórica, no passado, por meio da culpa pelo pecado original, no presente, atrelado as práticas humanas pretendidas ou refutadas e, no futuro, referindo-se ao destino reservados às almas no Além.

Deste modo, os homens, na concepção medieval, são duelados entre forças malignas (satã e seus demônios) que continuamente tentavam-nos à praticar os vícios, enquanto Deus e seus anjos os incitariam a exercitar as virtudes (BASCHET, 2006).

Em *Félix, O Livro das Maravilhas* de Ramon Llull encontramos vícios e virtudes que se antagonizam, sendo cada uma das virtudes a força que conduz o homem a lutar contra um vício específico. Todavia, na obra Llull não segue ao septenário dos vícios e virtudes comumente utilizados na Idade Média. O sistema dualista llulliano contrapõe treze vícios e treze virtudes, sem, entretanto, negligenciar o sistema das virtudes cardeais e teologais e dos sete pecados capitais. Podemos observar a contraposição dos vícios e virtudes na referida obra, conforme a disposição seguinte (Quadro 1):

Quadro 1: Vícios e virtudes em *Félix, O Livro das Maravilhas*

VIRTUDE	VÍCIO
Fé	Descrença
Esperança	Desesperança
Caridade	Crueldade
Justiça	Injúria

Sabedoria	Loucura
Poder (Fortaleza)	Fraqueza
Temperança	Gula
Largueza	Avareza
Castidade	Luxúria
Diligência	Acídia
Humildade	Orgulho
Continência	Inveja
Paciência	Ira

Como podemos perceber os vícios expressos em *Félix, O Livro das Maravilhas* não seguem estritamente à lógica septenária mais adotada durante a Idade Média, no entanto, os pecados capitais fazem parte do conjunto de vícios sobre os quais Ramon Llull discorre na obra.

Os vícios e virtudes postos em contrariedade tem como função dar aos homens as virtudes a serem fortalecidas para o combate de cada vício e deste modo cumprem a um propósito expressamente educativo, uma vez que visa dar o conhecimento de como vencer cada ação que conduziria ao pecado.

Em *Doutrina para Crianças*, Llull segue estritamente a divisão septenária explicando a seu filho o que é e como ele deve evitar cada um dos vícios. Há, no entanto, poucas mudanças na nomenclatura, sendo a gula denominada gluttonia, o orgulho é a associado à soberba e a preguiça à acídia, sem, portanto, apresentar diferenças quanto aos conceitos atribuídos aos pecados capitais, sendo os vícios expressos por Llull relacionados aos prazeres corpóreos. Buscaremos nesta obra os conceitos mais didáticos expressos na obra, uma vez que ela é voltada para a educação infantil, faz-se de mais fácil compreensão.

Para tanto, nos reportaremos à lógica dualista estabelecida entre os pecados capitais e suas respectivas virtudes opositoras, para tentarmos compreender as ações tidas por Llull como ideais para a superação dos vícios e preservação da pureza do corpo e da alma dos homens medievais.

2.2.2.1 Gluttonia (Gula)

Conceituada em *Doutrina para Crianças* como “[...] desejo de destemperado de comer e beber, comendo e bebendo mais do que convém [...]” (LLULL, 2010, p. 45). Seguindo à lógica de afastamento dos vícios por meio do fortalecimento das virtudes, o autor elege a temperança como arma a ser usada na guerra contra a gula.

O comer e beber comedidos seriam para Llull condição para a saúde do corpo e do espírito, a ação dissonante diste conduziria o corpo à doença e por consequência seria a condição para a queda da alma, uma vez que por meio do exercício dos vícios os homens mostravam-se contrários à primeira intenção, amando, no caso da gula, mais o comer e o beber que a Deus.

A contraposição ente temperança e gula está presente também em *Félix, O Livro das Maravilhas*, no *exemplum* a seguir percebemos a luta, a queda e o retorno à virtude por parte de um príncipe.

Era uma vez um príncipe que amava muito fortemente a temperança. Todas as vezes que se sentava à sua mesa, aquele príncipe fazia estar à sua frente uma roda de ouro sobre um copo, onde estava escrito “temperança e gula”. E sempre que acontecia ter tentação contra a temperança, ele lia a roda do copo [...] e dizia três vezes para si mesmo que a **temperança alegrava os homens** quando eles deixavam a mesa, e a **gula os entristecia**. Um dia aconteceu que aquele príncipe, de acordo com a temperança, comeu e bebeu muito e, além disso, a gula o fez tomar para si um pedaço de carne por causa de seu apetite saboroso. Quando o príncipe tinha o pedaço de carne na mão, fez uma comparação e perguntou para si mesmo **o que valia mais na memória, no entendimento e na vontade: Deus e temperança, longa vida e sanidade, ou gula, doença, morte e a ira de Deus**. Após ter feito essa comparação, o príncipe deixou o pedaço de carne e louvou e bendisse a Deus, que lhe dera temperança para e por muito tempo O servisse (LLULL, 2009, p. 121, grifos nossos).

Um príncipe que agia em conformidade com a temperança, busca fortalecer-se nesta virtude por meio da lembrança desta, feita por meio de uma roda posta sobre o copo, na qual estava escrito “temperança e gula”. Percebemos neste texto a importância do lembrar para a educação do homem medieval, é por meio da memória que ele retém o que lhe é favorável para alcançar a salvação, e é também por meio dela que os homens lembram do pecado e caem em tentação.

Percebe-se no texto também que o exercício da virtude alegra o homem, por manter-se na esperança da salvação, enquanto a prática do vício o entristece, pois dá a ele a certeza da danação eterna.

A prática da temperança em detrimento do exercício da gula seria também condição de proximidade com Deus, saúde e longa vida. Contrariamente os glutões estariam na ira de Deus, doença e morte.

O príncipe do *exemplum* que se esqueceu da manutenção da qualidade pretendida pela alma e apresenta-se em queda, no entanto, redime-se do seu pecado por meio de uma argumentação racional, que o reconduz ao caminho de retidão, caracterizado pela prática da

virtude. Deste modo, Llull apresenta a forma pela qual os homens podem evitar o pecado e cogitar a salvação.

2.2.2.2 Luxúria

A prática da luxúria é condenada durante todo o período medieval, mas, é principalmente reprimida a partir do século XII, devido à instituição do celibato aos clérigos e ao aumento da tentativa, por parte da Igreja, de controlar as práticas sexuais entre os leigos, especialmente, com a instituição rígida destas, unicamente, para fins de procriação dos seres humanos (BASCHET, 2006; CASAGRANDE e VECCHIO, 2002).

Em *Doutrina para Crianças*, Llull conceitua luxúria como “desejo não satisfeito, contrário à ordem do matrimônio”, sendo tal desejo odioso a Deus. Para Ramon Llull, a luxúria é um pecado que não morre na velhice, pois habita a imaginação dos homens, emporcalhando “o lembrar, o entender e o amar da alma” (LLULL, 2010, p. 45) que deveriam votar-se para Deus.

Neste vício também encontramos a estreita ligação entre o lembrar e o pecar. Vale ressaltar que em *Vida Coetânea* Ramon Llull afirma estar em ato luxurioso quando tem a visão de Cristo crucificado, imagem esta que ele interpreta como um chamado ao serviço de Deus. Assim, afastando-se do lembrar dos vícios, buscando a pureza espiritual, o autor, ao referir-se à caracterização da luxúria, restringe-se a afirmar que esta emporcalha tanto a alma a ponto de não ser nomeada, escrita ou dita (LLULL, 2010).

Em *Félix, O Livro das Maravilhas*, o autor ressalta ainda que a luxúria entra no corpo humano por meio do ver, do ouvir, do imaginar e do tocar, pois por meio da beleza ou das palavras os homens seriam conduzidos aos deleites carnisais.

Contraopondo a castidade com a luxúria, Llull expressa nos *exempla* de *Félix* tanto práticas de queda no vício da luxúria, quanto atitudes que seriam condição para a fuga desta, como podemos perceber no texto a seguir:

aconteceu que a um velho luxurioso deram como mulher uma donzela virgem muito bela. Ela era muito casta e de vida muito santa; seu marido, com ela era um homem luxurioso e de má vida [...] aconteceu que um dia o demônio tentou a boa senhora com a luxúria, e seu marido com ciúme. O marido não se opôs ao demônio, e ficou ciumento; a boa senhora, ficou forte em castidade, e teve paciência com o mal comportamento do seu marido que lhe ameaçava dizendo muitas vilanias. Um dia aconteceu que o marido feriu sua esposa por causa de sal ciúme, e o demônio tentou fortemente a boa senhora com a luxúria, [...] (mas ela) lembrou-se ama a castidade e desama a luxúria [...]. A boa senhora

amou a grandeza da castidade e da paciência, e louvou e bendisse a Deus [...] e ela o venceu (o pecado) com castidade, justiça, abstinência e paciência. A senhora ficou então muito alegre e consolada com o pensamento e consideração que fizera (LLULL, 2010, p. 126-127).

Embora a luxúria seja costumeiramente associada à juventude e à beleza, neste texto encontramos-la associada atribuída à um homem velho, que contrariamente à sua mulher que se mantinha casta, aceitara as tentações do demônio e caíra em pecado, movido pela luxúria e pelo ciúme. A mulher, entretanto, mesmo bela e também sendo tentada, lembra-se do amor que Deus tem a castidade e mantém-se em santidade.

Este seria um modelo de comportamento a ser seguido, especialmente pelas mulheres, que não deveriam manter-se no propósito da castidade, tendo na prática sexual, exclusivamente o atributo da reprodução, em detrimento da satisfação corpórea.

O próprio protagonista da novela, Félix, mantém sua virgindade, embora caia em tentação no pecado da luxúria, mantém-se casto até o fim de sua vida, sendo um modelo a ser seguido pelos homens medievais.

2.2.2.3 Avareza

A avareza ocupa a partir do século XII, junto com o orgulho a primazia entre os vícios, comumente associada à burguesia, este vício que se contrapõe à caridade, tem como filha a usura, típica dos mercadores e banqueiros das cidades medievais, acusados de amar mais aos bens materiais que a Deus (BASCHET, 2006).

Segundo Llull, “a avareza é juntar coisas que são supérfluas aos homens e necessárias aos pobres” (LLULL, 2010, p. 46). Comumente, nos *exempla* llullianos, a única forma de superação e expiação deste pecado é por meio da abdicação de todos os bens materiais.

Por meio da usura, não só o usurário, mas seus descendentes estariam em danação, por herdarem uma riqueza injusta, do mesmo modo que o usurário, aos seus filhos também, a forma de purificar-se seria por meio da doação dos bens adquiridos de maneira ilícita (GUREVIC, 1989). Podemos perceber tal visão no seguinte *exemplum* llulliano:

era uma vez um homem avaro e doente que tinha em seu albergue muitas galinhas, mas ele não as desejava comer, nem confortar sua pessoa [...] aquele homem avaro morreu por falência de sua natureza, e tudo o que tinha ficou para o seu filho, **que seu pai educara com seus costumes**. Aconteceu que o filho daquele homem avaro tornou-se mercador pelo mundo afora, e foi a uma feira onde perdeu metade de seu capital. Por causa desta perda, ele ficou por muito tempo em tristeza. (LLULL, 2010, p. 126, grifo nosso).

Percebe-se no texto duas más consequências do exercício da avareza. O primeiro referente ao pai, primeiro personagem da história, que por amor aos bens materiais priva-se de alimentar-se de uma de suas galinhas e morre, segundo o autor, por falência de sua natureza, o que nos leva a crer que fora devido à falta de comida. O segundo, o filho, que não recebera de seu pai boa educação, e possuía o mesmo vício, perde parte de seus recursos, fato que nos remete à falta justiça, que deveria ter sido feita com a devolução dos bens impuros, e que, por consequência entristece-se, pois mais amava ao dinheiro que a Deus.

Assim, a avareza constitui-se como um vício hereditário, que precisa ser redimido por meio da justa devolução dos bens adquiridos impropriamente, a fim de que fosse restaurada.

Há, no entanto, entre os *exempla* llullianos a possibilidade da renegação de um filho dos bens de seus pais avaros, fato que o aliviaria do pecado de seus genitores. Em uma historieta, um homem muito rico, pai de cinco filhos ira-se por um dos seus descendentes dedicar-se à vida religiosa. Tentando recuperá-lo de um mosteiro, sem êxito, o pai expropria o referido filho de seus bens, fato que denota ainda mais fortemente o desamor do avaro para com Deus e por consequência, seu estado de danação eterna, pelo não arrependimento dos seus pecados.

2.2.2.4 Acídia (Preguiça)

Eleito por Ramon Llull, como o vício que mais leva os homens à danação, pois através dele, “os homens estão todos os dias de má vontade, e a má vontade é paixão da alma” (LLULL, 2010, p. 47), que mortifica o corpo, tornando os homens malvados e conduzindo-os precocemente à morte.

Segundo Baschet (2006), a preguiça, acídia ou tristeza, que na Alta Idade Média era atribuída especialmente aos monges, devido ao desgosto com a solidão que os levam a abandonar seus ofícios, passa a estar associada à ociosidade e, principalmente a partir do século XII é vista como a mãe de todos os outros vícios, passando a ser associados aos laicos que não cumpriam seus ofícios de *laboratores*, demonstrando a má vontade do cumprimento das funções sociais e especialmente das obrigações para com Deus.

Vejamos no trecho a seguir a forma pela qual a acídia apodera-se dos homens, desencorajando-os aos cumprimentos da intenção de sua criação:

era uma vez um homem pecador ao qual Deus dava trabalhos neste mundo por causa dos pecados que cometia. Aquele homem era impaciente com os trabalhos que tinha em doenças, e em perder seus amigos e suas riquezas,

impaciência pela qual tinha acídia. Quando ouvia que algum homem fazia algo para o seu benefício, ele sentia desgosto, e quando algum homem perdia algo seu, ou lhe acontecia algum desastre, ele tinha prazer (LLULL, 2010, p. 132).

Na primeira parte do *exemplum* temos a exposição de um mercador acidioso, que se alegra com as perdas alheias, incorrendo também no pecado da inveja. Devido às suas falhas ele é constantemente posto em trabalhos, em provas por Deus, o que lhe causava desgosto.

O texto traz uma visão típica do período, que associa ao mercador o maior exercício dos vícios e, portanto, o coloca como a nenhum outro grupo social em condição de danação. Segundo Ricardo da Costa, “a burguesia é avara, ambiciosa e preguiçosa” (COSTA, 2005, p. 428).

No entanto, na obra llulliana, o mercador é passível de remissão dos pecados, o personagem do *exemplum* é levado, por meio da reflexão racional a compreender as causas dos seus trabalhos e frente a esta visão, obtém a capacidade de superar suas falhas e pôr-se no caminho de retidão, como percebemos a seguir:

um dia aconteceu de ele perder cem libras em mercadorias e ficou muito descontente [...] muito considerou o mercador e muito se maravilhou que tivera desprazer com seu mal e prazer com o mal de outro [...] tanto considerou isso até que percebeu que era acidioso pela impaciência que tinha com os trabalhos que Deus lhe dava. Então, entendeu que Deus lhe dava trabalhos porque era pecador. Aquele mercador foi paciente, saiu do pecado, e não teve mais acídia, pelo contrário, foi diligente em amar a Deus e a seu próximo (LLULL, 2010, p. 132).

Deste modo, a obra *Félix, O Livro das Maravilhas*, embora carregada de um tom pessimista, devido ao desvio dos homens do propósito da criação, busca dar à humanidade elementos pelos quais ela se redima do pecado e possa, assim, cogitar as glórias do Paraíso.

Na obra, percebe-se, portanto, a crença de Ramon Llull na recondução dos homens ao cumprimento da primeira intenção, que seria a condição para a superação dos pecados humanos. Esta obra visa o reordenamento de um mundo que Llull caracteriza como estando em desordem, a fim de que a humanidade, por meio do projeto educacional proposto por Llull em suas obras, possam ter a ciência de como cogitar as glórias do Paraíso.

2.2.2.5 Soberba (Orgulho)

Em *Doutrina para Crianças*, Llull explica que Deus dividiu sua criação em três estados (maior, igual e menor), a soberba seria o vício por meio do qual os homens contrariam a divisão estabelecida pelo Criador, pois, por meio dela, o orgulhoso deseja estar acima do

maior e o igual e submeter ainda mais o menor. Ou seja, por meio deste vício, descumprir-se-ia a ordem da Criação, promovendo na sociedade medieval a desordem e por consequência um mundo em queda pelo pecado.

Este é também o vício cometido pelos demônios, pois por meio da soberba, os demônios desejavam ser semelhantes a Deus (LLULL, 2010). Entre os homens este pecado é exercitado especialmente pelos grupos dominantes (clero e nobreza) que ávidos por honrarias neste século, descuidam-se do outro e perdem a salvação (BASCHET, 2006).

Em *Félix* o orgulho esta contraposto à humildade, virtude que é encontrada em Deus, na visão de Llull, uma vez que Ele, isento do desejo de ser superior iguala-se aos homens, criando-os à sua imagem e semelhanças (LLULL, 2009).

O *exemplum* a seguir tem como personagens as virtudes que Llull pretende engendrar nos homens a fim de que estes possam, por meio do uso delas, livrar-se do orgulho e assim cogitarem a salvação.

Uma vez aconteceu que a Grandeza e a Pequenez se encontraram, contraíram matrimônio e tiveram uma filha chamada Humildade. Aquela filha foi engendrada da doação da Grandeza e da Pequenez, estando a Pequenez submetida humildemente à Grandeza, fazendo-a sempre reverência e honra, tendo a vontade que a grandeza fosse sempre maior que ela (LLULL, 2010, p. 138).

No texto, a temperança entre a Grandeza e a Pequenez foram a condição para o nascimento da Humildade. Esta história, revela a necessidade de ordenamento entre os grupos sociais, maiores e menores, para que a sociedade medieval se mantivesse no propósito dos estamentos criados por Deus, e não questionassem Sua criação.

Assim, evitar a prática do orgulho era, na concepção de Llull, estar em conformidade e aceitar as obras de Deus, especialmente quanto à disposição da organização social, uma vez que o autor é defensor do tradicionalismo hierárquico e rígido da sociedade em que vive.

2.2.2.6 Inveja

Se a soberba era o vício característico dos grupos dominantes, a inveja é típico dos estratos inferiores, descontentes com a superioridade tradicional atribuída especialmente à nobreza (BASCHET, 2006). Entretanto, Llull adverte “a inveja pode ser maior no homem rico que no homem pobre [...] porque em maior vício está o homem rico se tem inveja e não tem satisfação com o que Deus lhes deu” (LLULL, 2009, p. 140)

Deste modo, Ramon Llull atribui também aos níveis mais altos da sociedade medieval a possibilidade de estar no pecado da inveja, e o culpabiliza mais entre eles, pois, por meio deste vício, eles não valorizam a obra de Deus em suas vidas.

No entanto, nos *exempla* llullianos podemos encontrar posicionamentos diferentes sobre a mesma questão. Citamos anteriormente a maior falta pela prática da inveja que existe no homem rico que no pobre, mas a visão antagônica pode ser observada na história a seguir:

o eremita disse a Félix que havia um camponês pobre que tinha uma vinha perto do campo de um cavaleiro muito rico e poderoso:
 – Aquele camponês tinha inveja do campo daquele cavaleiro e o cavaleiro tinha inveja da vinha do camponês. Aconteceu que ambos foram se confessar com um frade, e cada um confessou seu pecado. O frade deu maior penitência ao camponês que ao cavaleiro, porque o cavaleiro opunha-se à inveja mais fortemente que o camponês, pois poderia tomar a vinha se assim pudesse (LLULL, 2010, p. 141).

O texto, que tem como personagens um camponês e um cavaleiro, ambos que incorrem no pecado da inveja e atribui a maior penitência ao camponês, fato que se explica pela ausência de força do neste para conquistar os bens, que deseja impropriamente, do cavaleiro, tendo este último, condição de tomar o bem do primeiro e não o fazendo devido à contenção, ou seja, a temperança de seus desejos.

Assim, percebemos que com o uso maior das virtudes, há no cavaleiro maior capacidade de redimir-se do pecado, uma vez que este habitou a sua vontade, sendo um pensamento pecaminoso, sem, no entanto, concretizar-se e materializar-se em pecado.

Mais uma vez percebemos no *exemplum* llulliano a possibilidade de retorno dos homens à condição de santidade. Aqui o arrependimento de ambos os personagens é feito por meio da confissão e do cumprimento da penitência, fatos que restaurariam do pecado estes homens.

2.2.2.7 Ira

Comumente associada à violência, a ira é, ao lado da inveja e do orgulho, o vício que desordena a sociedade, promovendo conflitos entre os homens, que podem, segundo Baschet (2006), consumir-se desde insultos até a prática de homicídios, sendo, assim, uma perturbação ao bom estamento da sociedade.

Para Llull, “a ira é a perturbação do pensamento que destrói a conveniência entre o desejar e a inteligência” (LLULL, 2010, p. 49). Deste modo, a ira promove desestabilidade

no indivíduo e no corpo social que ele integra e está associada à vaidade, ao orgulho, à inveja, à loucura e à má vontade dos homens, podendo ser combatida pelo exercício da paciência.

Dentre todos os vícios, este é o único presente em Deus. Para Llull, os desvios dos homens ao não cumprimento da primeira intenção da Criação de Deus, seria condição, de por meio da Justiça divina, o Senhor mostrar-se irado com as faltas humanas. No fragmento abaixo podemos perceber que os pecadores sofreram eternamente com a ira de Deus:

Jesus Cristo é muito paciente com muitos homens a quem deu muitas riquezas e honrarias neste mundo, os quais poderiam fazê-Lo ser honrado, amado e conhecido, mas não o fazem. E Cristo sofre a desonra que lhe fazem neste mundo, mas no outro século terão a ira de Deus, isto é, Deus os amaldiçoará ao fogo do inferno (LLULL, 2010, p. 144).

Vejamos que o princípio de Deus, na pessoa de Jesus é a paciência para com as falhas humanas, entretanto, a permanência e a morte dos homens em pecado, seriam inconvenientes à Justiça e as demais virtudes que existem em Deus, sendo os homens, que estariam na ira do divino, condenadas eternamente às penas infernais.

A manutenção da paciência deveria, segundo Llull ser primordial contra a queda da ira, especialmente entre os grupos dominantes da sociedade medieval, assim, são aos clérigos, aos nobres e ao rei que mais pesam a obrigação do afastamento deste vício, uma vez que como já falamos, ele desordena a sociedade e cabe a este grupo a manutenção do pleno estamento social. Assim, estes grupos, mesmo caindo em ira, deveriam retomar o caminho de retidão a fim de preservar a ordenação do meio social que orientam. Tal relação pode ser vista no texto a seguir:

– Era uma vez um rei que muito amava o povo de uma cidade. Aconteceu um fato: o povo daquela cidade cometeu traição contra seu rei, enganando-o. como o rei confiava muito naquele povo, e eles não deram nenhuma oportunidade de pensar que o trairiam, ele ficou muito irado com aquele povo. Estando o rei nessa ira e paixão muito grande – porque a ira dá sofrimento todas as horas ao homem que a tem –, um dia o rei cogitava na falta que aquele povo lhe havia feito. Assim que começou a lembrar e entender a falta do seu povo, ele começou a sentir ira e desgosto em seu coração, e teve sofrimento e paixão com o que cogitava [...]. Quanto mais cogitava isso, o rei multiplicava mais fortemente sua ira. Maravilhou-se o rei de ter tanto sofrimento com o que cogitava, e considerou que Deus deveria ter grande ira contra todos aqueles que Lhe fazem traição e vilania, e que O desamam por vaidade. Enquanto pensava em Deus e na falta que os homens fazem contra Ele, o rei lembrou que estava no pecado da ira e pediu que Deus o perdoasse e tivesse paciência com ele. Aquele rei relembrou a paciência e teve esperança em Deus [...] (LLULL, 2010, p. 146).

Deste modo, é a lembrança da paciência de Deus que deve existir nos homens a fim de que a ira seja por eles controlada. No *exemplum* anterior a ira do rei pela vilania de seus súditos é superada pela lembrança da paciência de Deus para com os homens que o desonram. Deste modo o rei é redimido de seu pecado, por meio da lembrança, que como já falamos possui um forte caráter educativo no Ocidente Medieval. A memória constitui-se como condição primordial para a salvação dos homens, pois por meio dela os homens lembram continuamente da glória da salvação e moldam seus hábitos a fim de serem merecedores do Paraíso.

3 ENTRE O ESCRITO E O ORAL: provérbios e *exemplum*, dois estilos a serviço da salvação em Ramon Llull

A supremacia do oral sobre o escrito na sociedade medieval é fato há muito discutido, questões como os índices de analfabetismo e a falta de acesso à cultura letrada são elementos que acompanham as explicações sobre a predominância da oralidade no medievo (VERGER, 2001).

Neste sentido, Jacques Verger destaca que o escrito no ocidente medieval assumiu função de “simples ligação ou anexo da oralidade e da memória” (VERGER, 2001, p. 10). Percebemos assim a estreita relação ente o oral e o escrito na sociedade medieval.

Ao discutir sobre a ascensão dos códigos jurídicos no medievo, Batany afirma que mesmo as leis são tornadas públicas, e, portanto, aceitas socialmente não no momento de sua aprovação como legislação, mas a partir do momento que esta é lida publicamente e sua composição seguiam o que o autor denominou “modelos de diálogos”. Ou seja, sobre sua composição repousava a ideia que esta era feita para ser publicizada oralmente, como podemos perceber nos exemplos abaixo:

um senhor que recebe uma carta, mesmo que sua instrução lhe permita inicialmente examiná-la por si próprio, faz em seguida que ela seja relida em voz alta, para melhor compreendê-la, melhor compreender a voz de seu correspondente [...] quase sempre, o escritor ditava sua obra em voz alta, às vezes após tê-la rascunhado sobre tabuinhas enceradas, logo apagadas, simples auxílio da memória (BATANY, 2002, p. 390).

Em geral, os textos medievais são construídos na perspectiva da leitura pública, assim, a esta estaria à serviço da narrativa e estava cercada de elementos populares que aproximavam o leitor/ouvinte dos textos/narrativas, estes, em geral, escritos e propagados pelos clérigos, grupo que dominava a cultura escrita no Ocidente Medieval.

Ao pensar a categoria do erudito na sociedade medieval, Verger destaca que na Alta Idade Média, esta era composta por clérigos e monges que em geral restringiam-se à leitura e escrita do “latim de maneira mais ou menos correta” e que os leigos compunham, em geral, uma massa de iletrados. Ressalta ainda que nos séculos XII e XIII embora se percebesse o aumento da quantidade de laicos que dominavam, mesmo que superficialmente, a leitura e a escrita, estes pertenciam a uma elite, fato que nos leva a entender que significativa parte da sociedade medieval continuava à margem do acesso à educação formal. (VERGER, 1999).

Compreendemos assim a preponderância do oral sobre o escrito na sociedade medieval por meio da perspectiva da limitação do acesso às camadas mais populares espaços de ensino na Idade Média.

Mesmo dentro do currículo educacional medieval, baseado no sistema das Artes Liberais, o oral assume um papel de relativa importância. Dividido em *trivium* (gramática, lógica e retórica) e *quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música), as artes liberais formavam a base do conhecimento na Idade Média, compondo o *trivium*, “as artes da palavra e do signo” e o *quadrivium* “as artes dos números e das coisas” (VERGER, 2001, p. 74).

Nos reportaremos aqui essencialmente às artes do *trivium* para destacarmos a estreita relação entre o oral e o escrito na estrutura de saber do Ocidente medieval.

Na obra *Didascalicon*, que Marchionni descreve como “um divisor de águas no saber mundial” (2001, p.9), encontramos uma “introdução aos estudos” à qual tinham acesso os estudantes do início do segundo milênio. Escrita em 1127 por Hugo de São Vítor (1096-1141), esta obra tinha como base outros expressivos pensadores da educação na Idade Média, como Santo Agostinho, Marciano Capella e Isidoro de Sevilha.

Ao discorrer sobre as artes do *trivium*, Hugo de São Vítor descreve a gramática inicialmente como a “ciência de falar sem erro” e posteriormente completa “atua gramaticalmente qualquer um que escreve e fala corretamente” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p. 129). Assim, percebemos que esta disciplina, conhecimento ou ciência como refere-se o autor, não estaria associada unicamente à escrita, mas essencialmente à oratória.

Ramon Llull, em *Doutrina para Crianças* (2010) reafirma o conceito estabelecido por Hugo de São Vítor e conceitua a gramática como “falar e escrever retamente” e afirma ser esta o “portal pelo qual se passa para saber as outras ciências”. A Retórica por sua vez seria “falar bela e ordenadamente, através das palavras que são agradavelmente ouvidas” (LLULL, 2010, p. 54-55).

Percebemos assim, que mesmo no universo da cultura letrada o falar ocupa lugar de destaque, nos séculos XII e XIII nos quais Le Goff afirma ter havido uma ascensão da escrita, chegando a defender a ideia de uma civilização do livro.

A escrita no referido período serve constantemente ao propósito da oralidade, uma vez alcançaria maior público, pois os livros ainda estavam relegados a uma pequena parcela da sociedade, em geral ricos e poderosos (LE GOFF, 2010).

Ao se reportar à questão da escrita no mundo medieval, Batany destaca que se faz necessário “encontrar a fala atrás do escrito [...], tentar escutar sua voz” (BATANY, 2002, p. 388-394). Isto serve ao propósito ao qual nos debruçamos, que é pensar como se constrói o

sistema educacional nas obras do filósofo catalão Ramon Llull a fim de compreendermos os modelos humanos que o autor pretende formar por meio de sua pedagogia.

Na obra *Didascalicon*, cuja importância no cenário medieval já ressaltamos, Hugo de São Vítor destaca como característica fundamental para pensar a educação o papel da oralidade e da escrita na sociedade Ocidental. A brevidade (concisão) dos ensinamentos transmitidos possibilitariam sua melhor memorização e fixação pelos alunos, e conseqüentemente sua boa aplicação. Para o autor o ato de ensinar deve estar amparado no poder de síntese para facilitar a aprendizagem.

Quando ensinamos, tudo deve ser resumido sinteticamente e exposto de maneira a ser facilmente compreendido, devendo bastar uma exposição quanto mais breve e rigorosa possível sobre aquilo que está sendo tratado, para evitar que, ao multiplicarmos as explicações não pertinentes, turbemos ao estudante ao invés de edifica-lo. Não deve ser dito tudo aquilo que podemos dizer, para que não seja dito de modo menos aproveitável aquilo que devemos dizer (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2001, p. 145).

Hugo de São Vítor propõe que seja ensinado aquilo que é necessário à vida do homem medieval, a fim de que este possa melhor reter o conhecimento em sua memória. Assim, o ensinamento deve reportar-se ao que é útil na vida dos homens.

Buscamos analisar, *O Livro dos Mil Provérbios* e *Félix, O Livro das Maravilhas*, a fim de identificarmos os modelos educativos propostos por Llull para a composição de uma sociedade harmônica, que seria alcançada com a efetivação da pedagogia llulliana. Esta, por sua vez, não serviria unicamente ao propósito da educação formal, mas em especial a uma educação que levaria os homens à salvação, ou seja, falamos de uma educação amparada na moralidade cristã pensada como padrão para o Ocidente medieval. Essas obras identificam-se com a proposta de ensinamento pensada por Hugo de São Vítor, amparada pela ideia da brevidade.

Esses escritos de Llull estão permeados pela relação oral-escrito através de dois gêneros, amplamente utilizados nas obras medievais, e que servem ao propósito do ensinamento breve. São eles: o *exemplum*, gênero que encontramos em *Félix, O Livro das Maravilhas* (1288-1299) e os provérbios, que encontramos na obra *O Livro dos Mil Provérbios* (1302).

Em *O Livro dos Mil Provérbios* Llull reúne adágios curtos, de fácil memorização que serviriam, por sua brevidade à apreensão do conhecimento devido à concisão. Esta obra é um breviário, uma síntese do pensamento llulliano, que nos servirá de complemento à análise dos modelos humanos propostos por Llull em *Félix, O Livro das Maravilhas*.

Ambos estilos são utilizados na obra do maiorquino com função educativa, sendo caracterizados pela síntese e fácil memorização. O objetivo era instruir os homens entre outras coisas, sobre os padrões de comportamento, os dogmas religiosos, o conhecimento das coisas, o ordenamento social e principalmente a forma como alcançar as glórias do paraíso, uma vez que o propósito maior da obra de Llull era conduzir a sociedade à salvação.

Necessitamos buscar alguns conceitos defendidos pelo filósofo em outras de suas obras, como *Doutrina para Crianças* e *O Livro da Ordem de Cavalaria*. A primeira nos serve por seu caráter essencialmente pedagógico e nos fornece os conceitos básicos da pedagogia llulliana, que são necessários para o entendimento das suas concepções educativas. A segunda nos orienta quanto à educação de um modelo social específico, o cavaleiro.

Entretanto, estas obras nos servem como auxílio para o entendimento e análise das obras que nos propomos aqui tratar a fim de identificarmos os modelos humanos propostos por Llull para o mundo em que vive.

3.1 O Livro dos Mil Provérbios (1302)

O Livro dos Mil Provérbios de Ramon Llull, escrito em 1302, é entendido como um compêndio da *Arte* llulliana. Nele o filósofo reúne, de forma breve, o pensamento desenvolvido ao longo de sua vida pós iluminação, que fora dedicada à produção e divulgação de seus escritos.

Composto por 1031 provérbios, distribuídos em 52 capítulos, esta obra que pode ser vista como um manual de comportamento do bom cristão, uma vez que traz conselhos, advertências e orientações do que deve ser evitado e exercitado pelos fiéis a fim de que se construa uma sociedade harmônica, que pelo pleno funcionamento do corpo social seria conduzida à salvação.

Situado na cultura medieval entre o erudito (letrado) e o popular (oral), o gênero proverbial servia principalmente à educação moral, uma vez que traduzia a mentalidade comportamental da época, amparada principalmente na tradição cristã.

Assim, Llull reúne nesta obra os referidos adágios com uma finalidade descrita logo no prólogo do documento:

fizemos estes mil provérbios, com os quais damos doutrina para que o homem saiba se manter na finalidade para a qual foi criado. E como o provérbio é instrumento que certifica de maneira breve a verdade de muitas coisas, e muitas e diversas são as maneiras com as quais o homem ama, honra a Deus e tem caridade a si mesmo e a seu próximo, fizemos muitos provérbios de

diversas maneiras, para que com ele o homem possa ter matéria para falar dos bons costumes, pondo-os como exemplo ao começar a falar. (LLULL, 2007, p. 35).

A princípio Llull destaca a ideia de *dar ciência* o que deixa claro sua função educativa. O propósito do autor é essencialmente pedagógico e com uma finalidade específica dar aos homens exemplos de como falar dos ‘bons costumes’ que, como perceberemos, estão associados ao cumprimento da doutrina cristã.

Ele também fala da *verdade* das coisas, característica típica das construções proverbiais, uma vez que estas traduzem a tradição de uma cultura, tida como verdadeira e inquestionável, traduzindo aquilo que é desejável como postura social para uma determinada época e sociedade.

O autor afirma no texto sua principal concepção de conhecimento, aquele que serve ao propósito de manter os homens na finalidade da primeira intenção. Assim, os adágios serviriam para ilustrar os homens sobre a maneira de manterem-se na finalidade da salvação, com conselhos que lhes serviriam como norteadores dos seus comportamentos.

Segundo Lauand, os provérbios nos revelam informações sobre “o homem em sua existência cotidiana, as condições de vida, o sensato e o ridículo, as alegrias e tristezas, as grandezas e as misérias, a realidade e os sonhos, a objetividade e os preconceitos”, assim, podemos perceber que estes, muito contribuem para a compreensão do que se pretendia ideal na mentalidade medieval, esboçada em *O Livro dos Mil Provérbios* de Ramon Llull (LAUAND, 2001, p. 54).

Ainda segundo Lauand, “mais do que qualquer outra expressão literária, os provérbios têm, freqüentemente, o dom de incidir sobre aquele núcleo permanente, atemporal da realidade do homem” (LAUAND, 2001, p. 54). Ou seja, os provérbios ressaltam atitudes, comportamentos e pensamentos que são tidos como padrões aos homens, independente do tempo ou do espaço, enaltecem práticas que são desejáveis aos indivíduos, independentemente de *status* ou crenças.

Steinberg destaca algumas características gerais dos provérbios, os quais seriam textos completos para além de sua brevidade. Eles transmitem uma ideia ‘inquestionável’, não possuem direitos autorais e por consequência são de domínio público, sendo pois um item da cultura popular, divulgando essencialmente: ensinamentos ou contestação de um fato, uma advertência ou um conselho. (STEINBERG, 1993).

Entretanto, os provérbios de Ramon Llull possuem uma característica específica e estão em conformidade com a doutrina cristã, defendendo-a como socialmente desejável, pois

serviriam como exemplo dos comportamentos pretendidos para a sociedade medieval do século XIII. Em meio às amplas transformações ocasionadas pelo fenômeno caracterizado por Le Goff como renascimento urbano, e as mudanças sociais, que de certa forma, em dados momentos, chocam-se com os dogmas cristãos (LE GOFF, 2007).

Assim, em tempos de crises dogmáticas e intensas transformações sociais, os provérbios lullianos poderiam ser usados pelos homens para ter conhecimento das práticas tidas como corretas e desejáveis que conduziriam assim a uma plena organização de um corpo social que, consciente de suas funções para com a comunidade e especialmente para com Deus (representado neste tempo pela Igreja), seria merecedor da salvação.

Baseados na ‘tradição sapiencial bíblica’, os provérbios medievais possuíam grande importância na produção cultural da época, “constituindo-se como base de exercícios gramaticais nas escolas elementares e capitulares”, contendo valores morais, tidos como “pílulas de conhecimento”. Os ditos populares conservavam a sabedoria dos antigos e dariam aos homens exemplos a serem seguidos ou evitados (BRAGANÇA JR., PASTOR, COSTA, 2007, p. 18).

Agrupando conhecimentos tidos como necessários por Llull, as sentenças que compõem *O Livro dos Mil Provérbios* advertem e aconselham as mais diversas áreas da vida humana, todas, entretanto, convergindo para a ‘primeira intenção’. Sendo a obra um manual pedagógico com a clara finalidade de conduzir a sociedade medieval à salvação, foi organizada privilegiando os homens, orientando-os quanto às práticas desejáveis aos cristãos. Dentre as práticas aconselháveis aos bons cristãos estão:

- A prática das virtudes – das virtudes teologais (fé, esperança e caridade) e das virtudes cardeais (justiça, prudência, fortaleza e temperança);
- O cumprimento dos dogmas cristãos;
- Afastamento dos vícios – gluttonia, luxúria, avareza, acídia, soberba inveja e ira.

O caminho que leva os homens à salvação passa essencialmente por estes três pontos que, além de cumprirem este propósito, também normatizavam as relações sociais.

A primeira parte de *O Livro dos Mil Provérbios* (onze primeiros capítulos) é dedicada ao que nós entendemos como ‘corpo social’ e suas relações, escolha que demonstra a preocupação primordial de Ramon Llull com os homens e a organização da sociedade.

Percebemos que o autor pode ser caracterizado como um humanista, uma vez que tem o homem como “centro da criação”, ficando evidente no decorrer de sua obra a ideia que o mundo foi criado para o homem e que os demais elementos da Criação foram concebidos para

servi-lo, conforme podemos perceber nesta passagem da obra *Doutrina para Crianças*: “Naquele mesmo dia, Deus colocou Adão e Eva no paraíso terreno, **e o fez senhor** de todas as bestas, todas as plantas, todas as aves e tudo que a terra produz e sustenta” (LLULL, 2010, p. 7, grifo nosso).

Esta visão do homem como centro da criação vigorava no século XII inspirada essencialmente nas ideias que se propagavam a partir de Chartres, “grande centro científico [...] que preferia o estudo das coisas, das *res*, que eram objeto do *quadrivium*” (LE GOFF, 2006, p. 78).

Ao caracterizar o que denominou de “espírito chartriano”, Le Goff sugere que este era determinado por um “espírito de curiosidade, de observação, de investigação”, segundo o qual vigorava uma interpretação humanista da Criação, sendo defendida a premissa que no homem “se opera essa união ativa da razão e da fé” (LE GOFF, 2006, p. 79).

Assim, identificamos em Llull traços das características forjadas em Chartres no decorrer do século XII, como sua intensa preocupação com o conhecimento. Para o filósofo, o conhecer é condição inicial de maior proximidade com Deus, estando mais próximos de Deus os homens que O conhecem.

A visão da sociedade medieval como um corpo é característica na Idade Média, os estratos sociais tinham funções bem definidas que se complementavam a fim de formar uma sociedade harmônica. Dentre as classificações da sociedade medieval a que alcançou maior destaque foi a estabelecida pelo bispo Aldebaron de Laon no século XI que definiu:

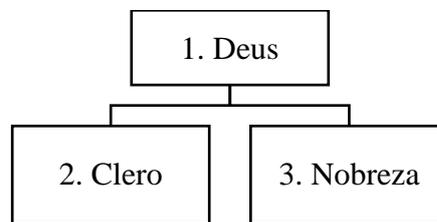
A sociedade dos fiéis forma um só corpo; mas o Estado compreende os três. Porque a outra lei, a lei humana, distingue duas outras classes: nobres e servos, com efeito, não são governados pelo mesmo estatuto... eis os guerreiros, protetores da Igreja; eles são defensores do povo, dos grandes e dos pequenos, enfim, de todos, assegurando ao mesmo tempo sua própria segurança. A outra classe é a dos servos: essa raça maldita nada possui sem penar. Quem poderia, com o ábaco na mão, contar as inquietações dos servos, suas longas caminhadas e seus duros afazeres? [...] A casa de Deus que se crê uma, está assim dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim, trabalham. Estas três partes coexistem não sofrem com sua disjunção; os serviços prestados por uma são condição das obras das outras; e cada uma, por sua vez, encarrega-se de aliviar o todo. Assim, esta tripla associação não é menos unida, e a lei tem podido triunfar e o mundo tem podido gozar de paz (ALDEBARON DE LAON apud LE GOFF, 2005, p. 257-258).

Percebemos esta organização trinária também na obra de Ramon Llull, entretanto ele não se ocupa com orientações destinadas aos servos, como no texto do bispo de Laon. Ramon viveu num período de desagregação do mundo feudal e as relações sociais que vive e às quais se dedica são, em geral, relacionadas ao ambiente cortesão e citadino, nas quais, na

visão do autor, pouco se conhece, ama e honra a Deus, pois, estão cercados de vícios. Percebemos assim que o tom moralizante das obras do filósofo possui o claro propósito de educar por meio da catequização/conversão os homens em perigo de danação.

Em *O Livro dos Mil Provérbios* Llull demonstra, pela própria organização da obra, o ordenamento da sociedade medieval, seguindo uma visão predominante entre os pensadores medievais, orientada na lógica da sociedade feudal, seguindo ao modelo descrito por Aldebaron de Laon e que predomina durante o período medieval. Na obra llulliana segue ao esquema esboçado a seguir:

Quadro 2: O *Corpus* medieval



Percebe-se que na sociedade medieval Deus orientava todas as relações humanas, deste modo, Ele faz-se uma figura continuamente presente entre os homens. Percebemo-Lo como ser integrante da organização social do período, uma vez que todas as estruturas convergiam, na sociedade medieval e em na obra llulliana, para servir ao Criador.

Deste modo os integrantes do clero e da nobreza, que estariam mais próximos de Deus, pela própria organização tripartite que vigorou na Idade Média, teriam a função de orientar as ações do restante do corpo social, convergindo para o ideal de bons cristãos, que deveriam viver em consonância com os dogmas, praticando as virtudes e afastando-se dos vícios. Estes grupos teriam, portanto, a função de, pelo exemplo, educar a sociedade medieval.

A estrutura social esboçada em *O Livro dos Mil Provérbios* organiza-se hierarquicamente; a obra se inicia com o capítulo intitulado “Deus”, que segundo Schmitt é a “noção que resume toda concepção de mundo dos homens da Idade Média” (SCHMITT, 2002, p. 301-305), Ele se faz presente nas relações e no cotidiano do homem medieval, além de configurar-se o exemplo máximo a ser seguido pelos cristãos em especial na figura do Filho.

A explicação da Trindade e Unidade de Deus é uma temática que percorre fluentemente a *Arte llulliana*, especialmente nas obras de caráter mais filosófico. Em *O Livro dos Mil Provérbios* encontramos principalmente sentenças que falam das virtudes de Deus, que são refletidas de forma imperfeita nos homens, uma vez que no mundo medieval havia a concepção que o mundo terreno seria uma cópia imperfeita do mundo divino. Assim, a ideia de

que a sociedade medieval é trina, compondo um corpo único associa-se à própria Trindade e Unidade de Deus. (LE GOFF, 2005).

Deus conduziria, assim, na concepção llulliana, todo o mundo humano, sendo figura constante entre os homens, por meio de visões, relatos, ritos, dos anjos (mensageiros constantes entre os homens e Deus).

O Igreja, enquanto instituição, ocupava papel de destaque na estrutura social, pois era, na concepção medieval, a única interlocutora entre Deus e os homens, assim, embora fosse uma ordem humana, era instituída de funções sacras e, portanto, estava separada das demais, pois detinha o poder espiritual.

Sucessivamente, a nobreza, detentora do poder temporal, assumia a função de liderança na sociedade laica. Jérôme Baschet destaca uma relação de integração entre clero e nobreza colocando-os como “cúmplices na obra de dominação, aliados perante os dominados” (BASCHET, 2009, p. 169). Nos escritos llullianos estas ordens orientam, pelo exemplo da prática dos ‘bons costumes’, o restante corpo social medieval.

3.2 O *exemplum* e sua função educativa em *Félix, O Livro das Maravilhas* (1288-1289)

A obra *Félix, O Livro das Maravilhas* de Ramon Llull foi escrito entre 1288 e 1289 durante a visita de Ramon à cúria romana e à corte de Felipe, o Belo, e marca o momento em que o autor entra no cenário político europeu para além de Maiorca. Na visita à Roma Ramon tinha por finalidade convencer o Papa Honório IV da importância da edificação de mosteiros onde fossem ensinadas a língua árabe e dos demais infiéis a clérigos que se dedicassem à conversão destes, entretanto, por ocasião do falecimento do pontífice Ramon dirige-se à corte francesa.⁶

A obra é uma novela que tem como finalidade a educação do mundo cristão. Passando uma visão pessimista da sociedade em que vive, pois, segundo o autor, os homens não estavam no cumprimento do propósito de sua criação, “conhecer, amar e seguir a Deus”. Assim, Ramon desenvolve uma narrativa que tem como protagonista Félix, que segundo Batllori seria uma “extensão metafórica e literária do próprio Llull” (BATLLORI apud COSTA, 2009, p. 13).

⁶ A intenção de convencer o papa e os reis a edificar mosteiros para formação de religiosos que trabalhassem na conversão dos infiéis é um dos três propósitos principais da obra llulliana. Ver página 13.

Toda a narrativa é construída com base nos *exempla*, que Jacques Le Goff conceitua como “conto breve dado como verídico (=histórico) e destinado a ser inserido num discurso a fim de convencer um auditório por meio de uma lição salutar” (LE GOFF, 1994, p. 123).

O autor afirma ainda ser o *exemplum*:

é uma historinha, dada como verídica e destinada a inserir-se num discurso (em geral um sermão) para convencer um auditório através de uma lição salutar. A história é curta, fácil de guardar, convence. Utiliza-se da retórica e dos efeitos da narrativa, impressiona. Engraçada ou, mais frequentemente, de dar medo, a historinha dramatiza. O que o pregador oferece é um pequeno talismã, que, bem compreendido e realmente levado a efeito na prática, deve trazer a salvação. É uma chave para o paraíso (LE GOFF, 2007, p. 16).

Fica claro, no conceito do autor, a importância do *exemplum* no discurso, ou seja, é, assim como o provérbio, este é um estilo que serve à propagação por meio da oralidade que compre à funcionalidade da educação, da padronização do comportamento humano a fim de conduzir os homens à salvação.

Le Goff afirma ainda que o *exemplum* teve no século XIII sua idade de ouro, justo o período em que Ramon viveu maior parte de sua vida (1232-1316), recebendo grande influência deste estilo, popular entre os frades mendicantes aos quais Llull tinha grande admiração e buscava seguir seus modos de vida (LE GOFF, 1994).

Segundo Mattoso, estes breves textos de caráter sapiencial são mutuamente baseados nas narrativas populares e transmissoras de “preceitos que a Igreja institucional, as ordens religiosas ou os pregadores procuram difundir a partir do fim do século XII” (MATTOSO, 2013, p. 193), inserindo-se no contexto da propagação da pregação como meio de conversão, estes textos possuem um forte caráter educativo, uma vez que são carregados dos valores morais e religiosos que se pretendiam para a época.

Quanto à do *exemplum* na funcionalidade da educação moral dos homens medievais, Mattoso afirma que na Península Ibérica as narrativas exemplares ganharam popularidade, uma vez que “vem ao encontro da tradição mediterrânica transmitidas pelos árabes, e acolhida com interesse pelos clérigos nas cortes senhoriais e régias” (MATTOSO, 2013, p. 194).

É neste contexto que Ramon Llull desenvolve a obra *Félix, O Livro das Maravilhas*, construído com ampla utilização do *exemplum*, que na obra assume a função de educar por meio das possibilidades de analogias que podem ser feitas na vida cotidiana dos homens medievais, e está sempre inserido na busca das ‘verdades’, dos ‘conhecimentos’ inquestionáveis, que na concepção dos homens do período, entre ele Llull, vem de Deus.

De origem na Antiguidade greco-romana, o *exemplum* é cristianizado, cumprindo na Idade Média uma intensa função educativa, tidos como “instrumentos de ensino e/ou edificação” do homem, dando ciência a este sobre como agir em diferentes situações, tendo os *exempla* como semelhança⁷ de qual postura tomar frente às adversidades vividas (LE GOFF, 1994, p. 123).

O *exemplum* llulliano esboça-se temporal e espacialmente em lugares não definidos, contrariando-se, pois, ao tempo histórico, no qual Le Goff afirma estar amparado os textos exemplares do século XIII, o tempo do *exemplum* llulliano é o da eternidade, que o autor visa garantir aos homens ao lado de Deus, uma vez que sua obra tem como finalidade máxima a salvação humana.

Ao caracterizar os *exempla* contidos em *Félix, O Livro das Maravilhas*, Ricardo da Costa afirma:

O *exemplum* llulliano nunca é realista e não pretende ter um valor de documento histórico. Embora o objetivo seja o mesmo, o de converter ou reformar através de histórias moralizantes, Ramon busca uma atemporalidade e uma utopicidade aplicáveis universalmente. (COSTA, 2009, p. 16).

Assim, o *exemplum* llulliano não se baseia no real, mas tenta dar aos homens modelos hipotéticos sugeridos, mas que não necessariamente seriam seguidos à risca, mas serviriam de orientação à vida cotidiana dos homens medievais. A exemplo disto temos a história citada no capítulo anterior (página 59), na qual um pai ordena a morte do filho para que fosse cumprida a justiça.

A seguir buscaremos analisar os modelos ideais propostos por Ramon Llull, ressaltando quais ações eram defendidas ou criticadas por ele em cada grupo social. Como ressaltamos a educação dos membros da Igreja e a nobreza ocupam lugar de destaque na obra llulliana, entretanto, o autor se dedica também à formação da mulher e da burguesia nascente do século XIII, grupos que também serão discutidos aqui.

3.2.1. Félix e o modelo do homem medieval

Félix é o grande modelo proposto na obra, protagonista da novela, ele percorre o mundo, encontrando diversos homens e deparando-se com perigos, tal viagem serviria de

⁷ O termo ‘semelhança’ é usado em *Félix, O Livro das Maravilhas* para nominar os *exempla*.

martírio, processo de purificação do corpo do personagem e, em consequência, elevação de sua alma a Deus, meio de atingir a salvação.

Nos caminhos que percorre Félix é acometido por dúvidas, entretanto, por meio do conhecimento que adquire, por meio das experiências que vive, ele sempre retorna para o caminho da retidão e do seguimento dos preceitos cristãos. Mantendo-se virgem e, por consequência com o corpo purificado, o protagonista é o modelo de santidade que Ramon Llull visa propagar.

Desde o prólogo, percebe-se as finalidades da obra que, em nossa ótica, visa promover a educação do mundo cristão, forjando os modelos pretendidos ou rechaçados pelo autor e pela sociedade do período. Como era comum nas obras de Llull, ele dedica *Félix, O Livro das Maravilhas* a Deus que, segundo discutimos anteriormente, era a figura central da mentalidade da época, para o qual todas as estruturas convergiam. Assim inicia-se a obra:

Deus, em virtude de Sua Bondade, Grandeza, Eternidade, Poder, Sabedoria e Vontade, começa este livro das Maravilhas.

Em tristeza em languidez estava um homem em terra estranha. Fortemente se maravilhava como as gentes deste mundo conheciam e amavam tão pouco a Deus, que criou este mundo com grande nobreza e bondade e o deu aos homens a fim de que por eles fosse amado e conhecido (LLULL, 2009, p. 30, grifo nosso).

A obra é permeada por um tom pessimista e crítico, conforme podemos observar desde o início da obra. Como destacamos anteriormente que a obra fora escrita durante a viagem de Llull à Santa Sé e à corte de Felipe, o Belo, fato que é posto na obra quando o autor destaca que o homem, personagem inicial da narrativa, encontra-se em terra estranha. Assim, tanto o homem, pai de Félix, quanto o próprio protagonista são representações literárias de Llull, percebendo-se em algumas passagens que Félix é um personagem autobiográfico do autor.

Nesta obra ocorre uma verossimilhança entre a vida de Félix, protagonista da obra, e Ramon Llull. Buscar referência na Vida Coetânea. Assim como o protagonista, Ramon Llull é um viajante, em busca de apoio para o cumprimento dos seus propósitos, para tanto vai à diversos reinos cristãos, como Paris, Montpellier, Roma e Gênova. O filósofo também se põe ao propósito da conversão, indo a regiões mouras, como Chipre e Túnis, a fim de tentar provar a verdade da fé cristã (LLULL, 2009).

Deste modo, Félix é construído como a representação do modelo perfeito a ser seguido pelos homens medievais e também é a personificação do próprio Ramon Llull. O personagem é um homem que ao receber uma missão de seu pai sai errante pelo mundo em busca de conhecer a verdade das coisas. Do mesmo modo, Llull, após a conversão dedica-se a

uma vida itinerante, viajando por diversos locais, pregando a fé cristã como a verdadeira e única capaz de conduzir os homens à salvação.

Ao enfatizar que as virtudes estão em desuso e que precisam ser retomadas, tendo como ideal o tempo dos apóstolos e mártires. O ideal de santidade não é único durante toda a medievalidade, no decorrer do período, os modelos se transformam, com a valorização de padrões diferentes ou ainda a coexistência de modelos diversos.

E que, a falta de homens que conhecessem e amassem a Deus no mundo configura-se como o elemento inicial para a composição da obra, feita a fim de que fossem conhecidas pelos homens as formas de retornar-se ao cumprimento da ‘primeira intenção’ da Criação.

Neste contexto, Vauchez (1989) destaca alguns destes modelos que se configuraram como padrões de santidade no decorrer do período. Em geral estes indivíduos, que são vistos exemplos de seguidores e imitadores de Deus, em especial na pessoa do Filho, que buscavam em vida aproximar-se da perfeição cristã. Félix representa esta concepção de cristão perfeito. Ele dedica sua vida à busca do conhecimento de Deus.

O primeiro modelo de santo, exposto por Vauchez, vigorou essencialmente na Alta Idade Média, e que era um padrão reminescente da Antiguidade, foram os mártires, que se assemelhavam com a figura de Cristo, seguindo o Seu exemplo sofreram, assim como Jesus sofrera na Paixão, tendo morrido em nome da Sua mensagem, típicos principalmente do período de perseguição dos cristãos (VAUCHEZ, 1989).

Principalmente a partir do século IV o eremita passa a coexistir entre os modelos de seguidores perfeitos de Deus, retirando-se essencialmente no deserto, estes homens caracterizam-se pela “recusa dos valores dominantes da época para refugiar-se na solidão e levar uma vida totalmente religiosa, isto é, consagrada à penitência e à mortificação” (VAUCHEZ, 1989, p. 213), este padrão fora desenvolvido no Oriente, no deserto do Egito, e ganhou intensa notoriedade no mundo ocidente.

Após o alcance da liberdade de culto dos cristãos, Vauchez destaca os bispos como modelo de santidade perfeita, essencialmente chefes religiosos que se dedicavam à formulação das bases dos dogmas da Igreja e defensor dos fiéis, “o santo prelado daquele tempo era, acima de tudo, homem da caridade activa e eficaz” (VAUCHEZ, 1989, p. 214).

Nos séculos X e XI os modelos ideais de santidade eram majoritariamente dos ‘reis santos’, que por meio da “[...] sagração distinguia-se da aristocracia leiga e colocava-se ao lado dos *oratores* [...]”, dentre os quais se destacam os reis taumaturgos, aos quais foram atribuídos poderes miraculosos, objeto de estudo de Marc Bloch. Concomitante aos reis neste período

também se valorizou o monge, que viviam no claustro, sob o jugo das regras, mantendo a virgindade e em oração pela salvação da humanidade. (VAUCHEZ, 1989, p. 216-217).

Os séculos XII e XIII viveram um retorno à valorização do eremitério, entretanto, o eremita deste período, vive em contemplação e adota uma postura de seguidor do exemplo de Cristo, é essencialmente um peregrino e um pregador (VAUCHEZ, 1989, p. 219-220).

Filho de seu tempo, é justamente neste ideal de santidade que Ramon Llull irá seguir, e é este padrão que irá propagar como exemplo a ser seguido. Ao colocar Félix como um homem que anda pelo mundo em busca da ‘verdade’, que será encontrada, no decorrer da obra, a partir do momento que este personagem se encontra com outros diversos homens que seguem também este modelo.

Estes andarilhos, que seguem ao propósito de ensinar e aprender, inspiram-se no exemplo de Cristo, que podemos encontrar no Evangelho de Mateus quando assim fala Jesus: “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando em suas sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda e qualquer enfermidade do povo” (BÍBLIA, Mateus 4, 23).

Antes de adentrarmos no modelo humano representado por Félix na obra, retornamos ao prólogo da novela a fim de percebermos o propósito dado ao protagonista por seu pai e que será seguido e defendido como ideal de comportamento do bom cristão no decorrer da narrativa.

A missão dada a Félix é a seguinte: convém que vás maravilhar-te onde a caridade e a devoção se foram. Vai pelo mundo e maravilha-te porque os homens cessam de amar e conhecer a Deus. Que toda tua vida seja em amar e conhecer a Deus, e chora pelas faltas dos homens que ignoram e desamam a Deus (LLULL, 2009, p. 30).

Como dissemos anteriormente, Ramon Llull, usa um tom depressivo na obra, por considerar que os homens já não cumprem ao propósito da Criação, assim, propõe que Félix maravilhe-se com o fato dos homens não mais conhecerem e amarem a Deus.

Na viagem Félix encontra ou tem conhecimento de diversos modelos humanos – reis, cavaleiros, peregrinos, clérigos, mulheres, sábios, burgueses – exaltados e/ou condenados por Llull, a fim de que os homens percebessem os padrões a serem seguidos ou negados para que o projeto universalista da sociedade proposto por Llull fosse efetivado.

Num caminho criteriosamente pensado por Ramon Llull, a busca por conhecimento empreendida por Félix segue a seguinte ordem: De Deus, Dos Anjos, Do Céu, Dos Elementos, Das Plantas, Dos Metais, Das Betas, Do Homem, Do Paraíso, Do Inferno. Os dois primeiros livros referem-se aos seres celestiais (Deus e os Anjos), os seis livros seguintes alude-se à

Criação de Deus (céu, elementos, plantas, metais, bestas e homens) e os dois últimos referem-se ao destino das almas após a morte (paraíso ou inferno).

Seguindo à lógica da Criação, Félix segue conhecendo o mundo partindo de Deus e dos anjos, adquirindo ciência sobre a ‘verdade’ de Suas existências, em seguida parte a conhecer o mundo que, assim como na Criação, principia com a criação do céu e da terra, no primeiro dia, e encerra com o homem, no sexto dia, e, finalmente, parte para rumo desfecho da obra, o destino da humanidade ao fim de sua viagem, o paraíso ou o inferno.

O termo ‘maravilha’ que é central na obra, a começar pelo subtítulo ‘o livro das maravilhas’, é usado no sentido de ver, observar. Diferente da concepção de ‘maravilhoso’ discutida por Jacques Le Goff, posta como herança da tradição pagã é cristianizada no decorrer da Idade Média referindo-se ao sobrenatural e ao milagroso, relacionado diretamente às ações de Deus, mas, visto por vezes como ilusões ou magia diabólica, associadas à engodos produzidos por Satã. (LE GOFF, 1990; 2002).

Ricardo da Costa destaca que o maravilhar-se em Ramon Llull com ato de admiração, de experimentar, refere-se à uma curiosidade intelectual, assim o maravilhar-se na obra llulliana: “[...] é a forma llulliana de contemplação do mundo, ao lado da meditação solitária tipicamente medieval, uma ‘evasão metafísica e transcendental do mundo real’. O maravilhoso em Ramon Llull é, sobretudo, pura admiração, um ato de experimentar sentimentos de admiração” (COSTA, 2009, p. 15).

Na obra as atitudes de Félix são postas em um ato tipicamente clerical. Para cumprir o propósito ao qual é destinado por seu pai, Félix é obediente e sai a andar pelo mundo maravilhando-se com as ações dos homens em busca do conhecimento da ‘verdade’, ou seja, de Deus.

Félix foi obediente ao seu pai, do qual se despediu com a graça e a bênção de Deus. E, com a doutrina que seu pai lhe deu, andou pelos bosques montes e planícies, pelos lugares ermos e povoados, encontrou com príncipes e cavaleiros pelos castelos e pelas cidades e se maravilhava com as maravilhas que existem no mundo. Perguntava o que não entendia, explicava o que sabia e metia-se em trabalhos e perigos a fim que a Deus fizesse reverência e honra. (LLULL, 2009, p. 29-30).

Destacamos, neste fragmento, da obra que Félix se dispõe a cumprir o propósito de ser um andarilho, um viajante, em busca essencialmente de conhecimento. Para tanto, ele percorre diversos espaços, encontra com inúmeros personagens e passa por diversas provações, expondo-se ao perigo. Félix pode assim ser então caracterizado como um peregrino, que se

expõe aos perigos do mundo em busca de observar o comportamento humano e pondo-se à uma prova física e espiritual.

Para os homens medievais, dedicar-se à peregrinação estava relacionado à purificação do corpo, à expiação dos pecados, por meio da qual se purificaria a alma conduzindo os homens à proximidade com Deus e conseqüentemente à salvação (SOT, 2002).

Assim, o exemplo que Félix passa aos homens medievais é o do penitente, o peregrino que mortifica o corpo, purificando-o, a fim de cogitarem as glórias do Paraíso, pois segundo Costa, “o objetivo da obra é salvar almas perdidas, pois à medida que o leitor caminhar com o protagonista da novela conhecerá Deus e suas obras” (COSTA, 2009, p. 15)

Em *O Livro dos Mil Provérbios* Ramon enumera vinte adágios sobre a obediência, característica tida como desejável em todos os modelos humanos aqui estudados e princípio fundamental da mentalidade cristã. O autor afirma: “a obediência é a pobreza da vontade” (LLULL, 2007, p. 102).

Félix não cogita sua vontade em cumprir ou não o desígnio proposto por seu pai, o que mostra claramente aos homens que estes devem cumprir os desígnios de Deus. Ao sair errante pelo mundo, seu primeiro objeto de busca é o conhecimento, dado ao homem por meio do entendimento⁸, dado a Deus aos homens, por meio da pessoa do Espírito Santo.

Assim, o autor afirma, “porque a vontade deseja subitamente e o entendimento entende com deliberação, torna tua vontade obediente ao teu entendimento” (LLULL, 2007, p. 1). O comportamento de Félix é condizente com o entendimento e submete a sua vontade para o pleno cumprimento de sua missão. O segundo objetivo da missão do protagonista é o martírio, a peregrinação.

Estes dois elementos, conhecimento e peregrinação, são as bases do comportamento de Félix, o que o aproxima dos eremitas, sem dúvida o modelo humano mais recorrente na obra, na qual estes homens são corriqueiramente como os que mais se aproximam do conhecimento da verdade de Deus, por viverem uma vida contemplativa de distanciamento do pecado

Os eremitas descritos na obra, a exemplo do próprio Félix, fazem dos lugares ermos em que vivem os seus claustros, seguindo uma vida próxima à monástica, vivem a preservação da virgindade e em estado de oração, somando-se a estas práticas o estado de contemplação, a busca do conhecimento, a mortificação do corpo por meio do martírio e a dedicação à pregação,

⁸ O entendimento forma o septenário dos dons do Espírito Santo, os demais são: sabedoria, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor. Em *Doutrina para Crianças* Ramon conceitua o entendimento da seguinte forma: “O entendimento é o poder da alma que entende o bem e o mal [...] pelo entendimento, o homem conhece as coisas que são verdade e as coisas que são falsas”. Ainda na referida obra o autor afirma que o entendimento são os olhos da alma (LLULL, *Doutrina para Crianças*, p. 26).

por meio da propagação das ‘verdades da fé’ adquiridas pela observação do comportamento humano, da contemplação da obra de Deus e do estudos da Filosofia e da Teologia.

Em *Félix, O Livro das Maravilhas* Llull explicita sua intensa preocupação com a necessidade de que os homens conheçam a Deus. Para Llull, os homens que mais conhecem a Deus são os que mais possuem a capacidade de amá-Lo. Assim, nutrido de conhecimento os homens estariam mais aptos a valorizar a Deus e Sua criação. Como percebemos no fragmento a seguir, no qual Félix mostra seu desejo em saber o que é Deus.

-Senhor eremita, disse Félix, sabereis me dizer o que é Deus? Desejo muito sabe-lo, porque com o conhecimento que teria ao saber o que é Deus, minha vontade exaltar-se-ia para amar a Deus mais fortemente do que O amo, **pois é natural que graças ao entendimento iluminado a vontade tenha mais força para amar aquilo que o entendimento conhece** (LLULL, 2009, p. 37, grifo nosso).

Da mesma forma que conhecer Deus é caminho para mais fortemente amá-Lo. Llull defende que o conhecimento de Deus auxilia os homens a afastarem-se do pecado e dos deleites do mundo. Assim, o conhecimento é posto como luz que orienta o amor dos homens a Deus.

O ordenamento do conceito de Primeira Intenção segue sempre a mesma ordem na obra llulliana – conhecer, amar, servir – denotando a importância do conhecimento para melhor amar e servir a Deus, uma vez que enaltece a fortaleza e o entendimento humano em glorificar a Deus.

No fragmento a seguir percebemos a importância do conhecimento para melhor servir a Deus, afastando-se dos vícios, caracterizados como ‘deleites temporais’ antagonicamente aos do Criador.

Quando os homens deste mundo têm prazeres nos deleites temporais, mas não amam estes deleites pelo Criador para que com eles e neles saibam amá-lo e conhecê-Lo, Deus se distancia daqueles homens, e por este distanciamento, os homens não podem ter conhecimento de Deus, nem em Deus podem ter deleite que teriam se O conhecessem. Porém, quando deixam de amar os deleites deste mundo, usando dos deleites e do mundo para amar a Deus, então os deleites do mundo e o mundo interrogam o homem, e lhe ensinam o modo de amar e de ter conhecimento de Deus. Por isso belo filho, disse o eremita, podereis ter neste mundo o conhecimento do que é Deus. Se amardes o mundo por ele mesmo, Deus fará que o mundo o afaste do amor a Ele; se amardes o mundo para conheceres a Deus, ele fará que o mundo vos signifique Deus (LLULL, 2009, p. 39).

Destacamos que na viagem de Félix são os mestres que seguem à vida eremita, costumeiramente caracterizados como santos homens que transmitem ao personagem o conhecimento do mundo e que vivem a mortificação do corpo por meio da fome, do sofrimento,

das doenças e da morte, havendo assim uma íntima relação entre a santidade, almejada pelos homens, o sofrimento e a salvação.

Em *Félix* também percebemos a importância do conhecimento de Deus para a salvação dos homens, o protagonista por duas vezes cai em pecado, a primeira por questionar a existência de Deus, nesta ocasião, exposta logo no início da obra, ele encontra com uma pastora temente a Deus e que é morta por uma raposa ao defender seu rebanho.

Assim, Félix vive em busca de uma vida de conhecimento e santidade, para tanto, passa por perigos reais e espirituais, aos quais deve superar a fim de ser merecedor, ao fim de sua vida, da salvação.

No primeiro momento de queda, dá-se quando Félix cogita que Deus havia abandonado uma mulher que Lhe era fiel. Na narrativa uma pastora havia confiado seu rebanho ao Senhor, entretanto, fora atacada por uma raposa e acabara morrendo ao defender suas ovelhas.

Félix maravilha-se com o ocorrido e questiona o amor de Deus para com os que Lhe seguem. Tal indagação só será superada pelo protagonista quando, ao encontrar um ‘santo homem’, do qual recebe ensinamentos sobre o conhecimento da existência de Deus, o que é Deus, a Unidade e a Trindade, de onde Ele existe, da Encarnação e por fim da Paixão.

O conhecimento é posto, assim, como caminho para recondução de Félix à uma vida reta, a partir do fortalecimento de sua fé por meio da ação educativa do referido ‘santo homem’ que segue uma vida de contemplação.

O segundo momento em que Félix cai em pecado se dá por meio da dúvida da fé. Ao presenciar como o mundo está corrompido da intenção de sua Criação, pois em seu caminho encontra com um clérigo na companhia de uma “louca fêmea” a quem estava conduzindo até um prelado com que ‘cometeria pecado’. Uma falta tida como tão grande por um alto membro da Igreja, leva Félix a questionar da fé como percebemos no fragmento a seguir:

Félix considerou muito a respeito do prelado que andava com a louca fêmea. Depois considerou a pobreza na qual Jesus Cristo e os apóstolos estiveram no mundo. Enquanto Félix assim cogitava teve a opinião que o prelado não acreditava em Jesus Cristo, nem na fé católica, porque se acreditasse, veria que por causa da louca fêmea ele estava contra Deus e contra sua ordem. Enquanto Félix assim cogitava, teve a tentação de pensar que a vida de Jesus Cristo foi em vão, e começou a duvidar de sua fé, dúvida que o fez cair em grande meditação (LLULL, 2009, p. 68).

Como citamos anteriormente, para Llull o maior pecado é aquele cometido pelo membro da Igreja, pois este deveria mais fortemente cumprir o propósito da Criação e manter-se fiel à Primeira Intenção, a fim de dar exemplo à sociedade.

O questionamento pecaminoso de Félix dá-se efetivamente devido ao mau exemplo do prelado, que acompanhado por uma ‘louca fêmea’ que agia contra a fé católica e que por consequência estava em estado de danação.

Ramon Llull descreve em *Vida Coetânea* um momento de queda, ao questionar uma vontade, que acreditara ser de inspiração divina, de ir ao mundo mouro pregar a fé cristã. O autor afirma ter temido por sua vida e por não obedecer prontamente tal desejo, acreditou estar em danação (LLULL, *Vida Coetânea*)

Na sequência da obra fica claro que todos os elementos da Criação possuem as virtudes originárias de Deus, como criaturas de Deus, perfeito em virtudes; toda a Criação recebe e reflete exemplo da perfeição divina. Assim, a busca de Félix em conhecer o mundo mostra aqui seu sentido, conhecer a Deus por meio de Sua criação.

Outra característica comum aos homens medievais expressa na obra é a do *homo viator*. O homem medieval vê a vida como uma passagem, uma viagem, na qual caberia a cada um tornar-se merecedor de ao fim da jornada de desfrutar das glórias do paraíso. A morte seria assim, para os homens medievais, o momento em que todas as suas ações, em vida, seriam medidas e os seus destinos, salvação ou danação eterna, seriam definidos mediante seus merecimentos (PAYEN, 1996)

O próprio Félix, no decorrer da narrativa, mostra-se como um seguidor da vida eremítica, virgem, em busca do conhecimento, viajante, o protagonista, em sua jornada, no cumprimento da missão proposta por seu pai, percorre diversos espaços, que tanto podem ser relacionados com o real – bosques, vilas, cidades, cortes – quanto podem estar relacionados ao imaginário maravilhoso.

Como dissemos anteriormente, o principal modelo expresso na obra é o de eremita – homem que se retira da vida em sociedade para viver em contemplação, expiando pelos pecados da humanidade e desenvolvendo por meio da Filosofia e da Teologia o conhecimento de Deus, aproximando-se Dele e cogitando as glórias da Salvação – percebemos isto por meio da recorrência deste padrão na obra, sem sombra de dúvidas ele é o mais citado.

Mas, principalmente, nota-se a importância destas figuras na obra por ser representado pelo protagonista. Félix é um eremita e se põe como modelo a ser seguido. No desfecho da obra – ao chegar a uma abadia, onde após contar sobre suas experiências, encontra a morte, fim de todos os homens – é enaltecida a necessidade de que mais homens como ele se

dediquem à vida eremita em busca das ‘maravilhas’ da Criação, por meio das quais se conhece Deus.

O ato de contar as experiências vividas é comum na Idade Média, constitui-se como um elemento educativo, uma vez que, pelo exemplo, insita os homens a tomarem uma postura semelhante à do narrador, e busca dar testemunho das obras e das ‘verdades’ de Deus. Em *Félix, O Livro das Maravilhas* Ramon assim afirma:

Félix contava todos os exemplos e as maravilhas ao abade e aos monges e, em recontar, o abade e todos os monges se deleitavam, porque eram palavras muito prazerosas de se ouvir, e existiam muitas coisas de sabedoria e de doutrina, e muitas coisas o homem sabe a respeito do estado deste mundo e do outro (LLULL, 2009, p. 346).

É por meio do recontar, enquanto ato de doutrinar, de educar que ao fim da vida Félix encontra, na abadia onde morre, monges que continuam a sua missão. No leito de morte, desolado por não poder continuar no propósito de andar pelo mundo ‘maravilhando-se’ Félix pede a Deus: -“Senhor Deus, se te agrada que eu falhe em cumprir este ofício, que Tu o dê a outro que seja mais digno que eu, e que aquele complete, por mérito, o que falhei por ter a vida abreviada” (LLULL, 2009, p. 347).

Segue-se a narrativa do sepultamento de Félix, enterrado na dita abadia diante do altar, momento no qual durante a pregação do abade um monge descrito como “homem santo, de boa vida” (LLULL, 2009, p. 347) se dispõe a seguir a missão de Félix.

O monge [...] clamou misericórdia ao abade, ajoelhou-se diante dele e de todo o convento e, em lágrimas e com grande devoção, pediu que recebesse o ofício que Félix tinha, e que andasse pelo mundo conforme o que fora concebido a Félix. O abade e todo o convento consentiram, colocaram-lhe o nome de “segundo Félix”.

O abade deu sua bênção a Félix, e Félix andou pelo mundo recontando o *Livro das Maravilhas*, e multiplicando-o conforme as maravilhas que, por todos os tempos, tivessem naquele monastério um monge que recebesse aquele ofício, e que tivesse o nome de Félix (LLULL, 2009, p. 347-348).

Assim, Félix configura-se como o modelo ideal de homem em busca da santidade e da salvação. Suas atividades em vida serviriam para orientar a sociedade a forma como cogitar a o gozo das glórias do Paraíso, todos os personagens com que Félix encontra ou de quem ouve falar são elementos para sua construção enquanto homem que alcança a sabedoria da Criação e principalmente a ciência de Deus, que na obra é tida como caminho para que os homens alcançassem a salvação.

A obra revela-se assim como um manual educativo, que visa por meio das semelhanças expostas dar conhecimento aos homens de como comportarem-se em vida a fim de alcançar no pós-morte a salvação, objetivo maior dos homens medievais, que se daria, como discutido, por meio da prática das virtudes, do afastamento dos vícios e do cumprimento dos dogmas estabelecidos pela Igreja.

3.2.2 Do Prelado: a função educativa do clérigo na obra llulliana

Como citado anteriormente, o clero assumia o topo da estrutura social na Idade Média, assim sendo, seus membros deveriam orientar os demais grupos, visando especialmente a coesão e a manutenção do ordenamento.

Deste modo, este grupo recebe na pedagogia llulliana relevante atenção, uma vez que suas ações seriam exemplos de conduta a serem assumidos pelos homens medievais. Seria, portanto, necessário regulamentar as práticas do clero, afim de que este, por meio de sua vida pudesse orientar a sociedade no caminho da busca pela salvação.

Para Llull, enquanto maior o estrato social, maior a importância do grupo em educar a sociedade pelo auto exemplo. Assim, os clérigos, os reis e os cavaleiros recebem maior atenção na doutrina llulliana. Percebemos a preocupação com a educação dos referidos grupos nas obras que nos propomos analisar.

Em *O livro dos mil provérbios*, o capítulo II, intitulado é intitulado “Do Prelado”, composto por vinte provérbios, neles Llull propõe sentenças para orientar os membros da Igreja. O clero, na classificação da sociedade das três ordens de Aldebaron de Laon, está separado das outras duas.

Tendo como principal função, a oração, por meio da qual os religiosos alcançariam a própria salvação e interferiria no alcance da glória pela sociedade cristã medieval. Não podemos negligenciar a função do clérigo de remissão dos pecados; por meio de atribuições de penitências, exclusivamente impostos pelos membros da Igreja, o pecador obtinha o perdão por suas falhas (BASCHET, 2006)

Os clérigos eram separados dos demais estamentos sociais pelo sacramento da ordem, recebido exclusivamente pelos ingressos nas funções religiosas, enquanto o matrimônio era destinado aos leigos. Em *Doutrina para Crianças* Ramon explica a seu filho sobre cada um

dos sacramentos da Igreja (Batismo⁹, Confirmação¹⁰, Sacrifício¹¹, Penitência¹², Ordem¹³, Matrimônio¹⁴ e Unção¹⁵).

Os sacramentos são condição essencial para a reprodução da sociedade cristã, funcionam como elemento de coesão social e constituíam-se bases indispensáveis para o alcance da salvação. Assumiam, portanto, além da função religiosa, uma intensa função social, marcando toda a vida humana. Segundo Baschet, o batismo “de uma só vez, abre a promessa de salvação e dá acesso à comunidade cristã, enquanto a “eucaristia reafirma a coesão da sociedade medieval” (BASCHET, 2006, p. 175).

O exercício dos sacramentos também coaduna as relações entre clérigos e leigos, sendo também atribuição dos primeiros “transmitir o ensinamento e a palavra de Deus e conferir os sacramentos” (BASCHET, 2006, p. 174). Tal relação era marcada essencialmente pelas dependências construídas no decorrer do tempo pela sociedade medieval, Baschet afirma:

A relação que existe entre clérigos e leigos explica-se, em primeiro lugar, pela complementaridade de suas funções na sociedade cristã. Trata-se, antes de mais nada, de uma relação de intercâmbio entre os bens espirituais que só os clérigos podem dispensar, e os bens materiais que os leigos tem o dever de produzir. Os primeiros são, por “profissão”, os mediadores obrigatórios entre os homens e Deus; por meio de preces, missas, liturgias, eles são indispensáveis aos leigos. Estes últimos os sustentam materialmente por meio dos frutos do seu trabalho (sobre os quais a Igreja recolhe o dízimo, em teoria a décima parte da colheita), das esmolas que eles dão aos padres, das doações fundiárias e monetárias inscritas nos testamentos, da encomenda de missas *post mortem* rezadas pelo repouso da alma do testador e de seus parentes defuntos cuja memória é conservada pelos clérigos. (BASCHET, 2006, p. 238).

Percebe-se assim, que a primeira grande divisão que ocorre na sociedade medieval é entre clérigos e leigos, entretanto, tal divisão não interfere na unidade da referida sociedade, uma vez que as funções de cada grupo formariam um todo coeso. Assim, ressalta-se o caráter

⁹ “Filho, o primeiro sacramento da Santa Igreja é o batismo, que é a purificação da culpa original na qual toda a linhagem humana caiu por obra do pecado original” (LLULL, 2010, p. 21).

¹⁰ “O sacramento da confirmação é a imagem e o consentimento do batismo que recebeste (LLULL, 2010, p. 21).

¹¹ Eucaristia – “o santo sacrificio do corpo de Jesus Cristo é uma graça invisível feita de forma visível, isto é, a hóstia sagrada, que é a transubstanciada na verdadeira carne de Nosso Senhor Deus Jesus Cristo” (LLULL, 2010, p. 22).

¹² “A penitência é a contrição do coração e a amargura da alma pelos pecados que fazes, dos quais se arrependes ou propões nunca mais fazê-los” (LLULL, 2010, p. 23).

¹³ “São os sacramentos que são dados aos oficiais da Santa Igreja” (LLULL, 2010, p. 23)

¹⁴ “É o ajustamento corporal e espiritual para teres filhos que sejam servidores de Nosso Senhor Deus e que Dele recebam graças e bênçãos” (LLULL, 2010, p. 24)

¹⁵ “Unção é o derradeiro sacramento da Santa Igreja Romana, que reafirma e confirma todos os outros sacramentos (LLULL, 2010, p. 25)

unificador próprio da Igreja medieval, aglutinando a sociedade, uma vez que laços de dependência são estabelecidos entre os estratos sociais e orientados pela instituição.

Em uma sociedade predominantemente marcada pela religiosidade como é o caso da medieval, o clero era visto como representante de Deus entre os homens. A Igreja é detentora do poder espiritual e legitimadora do poder temporal, no universo do Ocidente medieval ela “ordena e dirige a sociedade, em seu sentido comunitário, ela é a própria sociedade” (BASCHET, 2006, p. 168).

Assim, a Igreja exercia a função de liderança e especialmente de aglutinadora da sociedade medieval, em torno de seus dogmas unificava os homens sob a mesma organização mental, refletida em todas as outras estruturas da vida humana.

Como dissemos, na obra *Ilulliana* as práticas e ações dos clérigos e dos nobres teriam também uma forte função educativa, estas doutrinarium as gentes pelos seus exemplos, uma vez que os primeiros eram responsáveis pela orientação espiritual e temporal dos homens.

No provérbio II.1¹⁶ Ramon Llull adverte: “O pecado no prelado é muito maior pelo seu mau exemplo” (LLULL, 2007, p. 39). Percebe-se, portanto, que assim como o ofício dos clérigos é tido como superior, sua falta também seria mais duramente sofrida. Esta visão é ressaltada na sentença II.6, “de nenhum homem Deus tem tão grande vingança quanto do mau prelado” (LLULL, 2007, p. 39). Assim, os clérigos que agissem em dissonância com os dogmas da Igreja sofreriam mais fortemente a danação perdurável.

Percebemos que os conselhos e advertências contidas nos provérbios. No capítulo “Do Prelado” dirigem-se tanto aos membros do alto quanto ao baixo clero. No provérbio II.4 Llull adverte, “não queiras menosprezar o prelado pela linhagem, mas pelos maus costumes” (LLULL, 2007, p. 39) ou seja, independente da origem social do clérigo, na concepção do autor, o que mais merecia destaque eram as boas práticas, concernentes com os dogmas cristãos, e não necessariamente o nascimento.

Adepto da vida eremítica e admirador das ordens mendicantes, destacam-se nos provérbios *Ilullianos* dirigidos ao clero o desprezo ao apego dos bens materiais pelos clérigos. Em três dos provérbios deste capítulo encontramos críticas à prática da avareza entre os membros da Igreja, a exemplo da sentença II.13 – “os bens que o prelado armazena, tira-os dos pobres de Deus” (LLULL, 2007, p. 40).

¹⁶ Usaremos a numeração estabelecida na obra, sendo o algarismo romano relativo ao capítulo e o arábico relativo à ordem estabelecida na fonte para o provérbio.

A ideia de ajuda mútua por meio do exercício da caridade aplica-se a toda a sociedade e também aos clérigos, a ajuda aos pobres é percebida assim como base nas relações de ordenamento da sociedade e também condição para o alcance da salvação.

Em *Félix, o livro das maravilhas*, temos no protagonista, Félix, o modelo de homem ligado à religião. Este modelo criado por Llull é inspirado em sua própria vida, Félix é um personagem que reflete a própria imagem e concepção de vida de Ramon Llull.

Ao receber o seu pai a missão de percorrer o mundo conhecendo as verdades das coisas, Félix se propõe a, por meio da busca do conhecimento, aproximar-se de Deus e conhecer os motivos que levam os homens a afastarem-se do propósito de sua criação. Tendo o entendimento exaltado, Félix propaga aos homens, por meio do seu exemplo a maneira de manterem-se no caminho de retidão que os levariam à salvação, como podemos perceber na citação a seguir:

Este homem tinha um filho que muito amava e tinha por nome Félix, ao qual disse estas palavras:

-Amável filho, quase mortas estão a sabedoria, a caridade e a devoção, e poucos são os homens que estão na finalidade para qual Nosso Senhor os criou. Não existem mais o fervor e a devoção que costumavam existir nos tempos dos apóstolos e dos mártires que, por conhecerem e amarem a Deus, definhavam e morriam (LLULL, 2009, p. 30).

Eis que neste fragmento Llull explicita o modelo social perfeito a ser seguido pelos religiosos: aquele que segue o exemplo dos apóstolos e dos mártires. O próprio Ramon Llull busca seguir tal modelo, ele se propõe a pregar a fé cristã entre os muçulmanos, chegando a ser preso e apedrejado. É este pois o modelo de clérigo que o autor defende e transformará no padrão de perfeição de santidade em sua obra.

Percebe-se ainda o enaltecimento das virtudes frente aos símbolos caracteristicamente utilizados pelo alto clero, como na sentença II.10 – “Báculo, anel e mitra não possuem tanta beleza quanto piedade, caridade e castidade” (LLULL, 2007, p. 39). A visão pessimista de Llull sobre a sociedade, aplica-se também aos clérigos, para o autor, estes também estavam distantes das práticas concernentes à sua função e conseqüentemente à primeira intenção.

Entre as práticas mais recomendadas ao prelado por Llull, na obra *O livro dos mil provérbios*, destacam-se piedade, caridade, castidade, sabedoria, bondade e entre as atitudes mais criticadas a falsidade, riso, maldade, injúria e avareza, além destas em *Félix, O Livro das Maravilhas*, diversos *exempla* tem como temática, relacionada à prática dos clérigos, a crítica à luxúria, tendo em vista o voto de castidade feito pelos religiosos ao ingressarem em uma

ordem, este seria além de um pecado contra Deus, que levaria à danação, um descumprimento dos dogmas cristãos.

Algumas destas práticas não estão inseridas na organização dos vícios e virtudes, mas relacionam-se diretamente a estes, seguindo de modelo de conduta para os clérigos, que mais que qualquer outra ordem, deveria cumprir o propósito da Criação, pois, por meio de suas ações, educavam e conduziam a sociedade.

3.2.3 O cavaleiro e a manutenção da Ordem da Cavalaria

Distante de tentarmos estabelecer aqui uma discussão sobre a origem da nobreza/cavalaria – uma vez que estudiosos da temática estabelecem tal associação, principalmente a partir do século XII, caracterizando as atividades bélicas atribuídas à cavalaria como atributos restritos ao membro da nobreza – nossa intenção repousa em esboçar os comportamentos tidos como ideais para esta ordem social que, como dito anteriormente, é a detentora do poder temporal e aliada da Igreja no controle e orientação da sociedade medieval.

Em *O livro dos mil provérbios*, o capítulo destinado ao aconselhamento dos cavaleiros reporta-se aos escudeiros, na tentativa de nortear o comportamento dos ingressores das ordens. Faz-se necessário destacar que o escudeiro é um aprendiz de cavaleiro e, portanto, membro da nobreza.

Fruto das transformações ocorridas ao longo da Idade Média, a nobreza enquanto estrato social é posta por Baschet como grupo surgido da fusão da aristocracia romano-germânica – “caracterizada pela conjunção do comando dos homens, do poder sobre a terra e da atividade guerreira” (BASCHET, 2006, p. 109) – com os *milites* – guerreiros que adquirem prestígio, principalmente a partir do século XI, por “receberem terras em recompensa de seus serviços” (BASCHET, 2009, 110-111).

As atividades nobiliárquicas se transformam ao longo da Idade Média, adquirindo para além das funções militares, atribuições sociais, religiosas e educativas. Falar-se de cavaleiro/escudeiro é, entretanto, falar dos membros da nobreza, principalmente a partir do século XI, pois até então podia-se encontrar não-nobres no ofício da cavalaria, entretanto, a partir de então torna-se indiscutível a associação entre nobreza e cavalaria.

Gradativamente, o ser cavaleiro passou a representar muito mais do exercer a função de guerrear, uma vez que o cristianismo legitima tal função e a justifica em torno da missão de proteção da Igreja e dos fiéis¹⁷ (FLORI, 2002).

O cavaleiro pode ser entendido, assim, como um nobre de nascimento que assumiu a função de protetor da cristandade, este processo, no entanto, foi longo e contou com forte atuação da Igreja como formadora e legitimadora da mentalidade medieval.

Devido ao processo de cristianização da cavalaria, e à sua própria função dentro da organização social medieval, como já sinalizamos anteriormente, há uma série de fontes sobre a temática, o que possibilitou nos últimos anos uma vasta produção historiográfica.

Dentre as obras medievais que tratam da questão da cavalaria temos como exemplo *O livro da ordem de cavalaria*, escrito por Ramon Llull entre 1279 e 1283, a obra tem um forte caráter educativo que visava nortear o comportamento dos ingressantes da ordem de cavalaria, “iluminando o caminho dos noviços com valores espirituais, morais e éticos” amparados nos preceitos cristãos (COSTA, 2000, p.25).

Embora em *O livro dos mil provérbios* e em *Félix, O Livro das Maravilhas* encontremos ensinamentos aos cavaleiros, é em *O livro da ordem de cavalaria* que encontramos um manual de comportamento dos cavaleiros. Na obra fica clara a relação entre cavalaria e nobres, a função primordial da nobreza seria servir às ordens de cavalaria.

O autor defende uma rígida hierarquia das ordens de cavalaria, a qual o rei também deveria compor exercendo função de liderança: “para significar que um só Deus é senhor de todas as coisas, o imperador deve ser cavaleiro, e senhor de todos os cavaleiros” (LLULL, 2000, p. 27). Como integrante e expressão máxima da nobreza, o rei deveria assim participar e seguir os regimentos das ordens de cavalaria, sendo senhor dos demais nobres.

Outra questão importante na obra é a associação entre o poder espiritual, exercido pela Igreja, e o poder temporal, controlado pela nobreza. Llull afirma:

Muitos são os ofícios que Deus tem dado neste mundo para ser servido pelos homens; mas todos os mais nobres, os mais honrados, os mais próximos dos ofícios que existem neste mundo são ofício de clérigo e ofício de cavaleiro; por isso, a maior amizade que deveria existir neste mundo deveria ser entre clérigo e cavaleiro (LLULL, 2000, p. 25).

¹⁷ A função de defensora da cristandade foi atribuída pela Igreja à cavalaria por meio da instituição da “paz de Deus” (FLORI, 2002, p. 192). Relacionado à tal questão Ramon Llull afirma como função do cavaleiro: “manter viúvas, órfãos, homens despossuídos” (LLULL, 2000, p. 37).

Pondo os ofícios dos cavaleiros e dos clérigos como superiores entre os demais, Llull propõe que haja uma aliança entre os membros destas ordens. Tal associação também está permeada de funções pedagógicas, uma vez que as ordens educariam pelos seus exemplos de bons costumes.

As funções de clérigos e cavaleiros, por si só, eram vistas como condição para o alcance da salvação, desde que servissem aos seus propósitos. Llull afirma, “se faltas não houvesse em clérigos nem em cavaleiros, apenas existiriam faltas nas outras gentes; porque, pelos clérigos ter-se-ia amor e devoção a Deus, e pelos cavaleiros todos deveriam injuriar seu próximo” (LLULL, 2000, p. 21). Assim, a falta de pecado entre os religiosos e os cavaleiros incentivariam os demais homens a não cometer pecados, contribuindo para o pleno ordenamento da sociedade.

Sobre as faltas que desonrariam a cavalaria e o destino a ser dado ao cavaleiro que não cumpre à ordem Llull afirma:

Se cavaleiro é salteador, ladrão, traidor, e os salteadores, traidores e ladrões devem ser mortos e presos pelos cavaleiros, se o cavaleiro que é ladrão ou salteador quer usar de seu ofício e usa em outro de seu ofício, mate e prenda a si mesmo [...] e como não é coisa lícita que nenhum homem mate a si mesmo, por isso cavaleiro que seja ladrão, traidor e salteador deve ser destruído e morto por outro cavaleiro. (LLULL, 2000, p. 41).

Para que seja mantida a ordem da cavalaria, que é proteger a Igreja e aos pobres, os cavaleiros que a desonram devem, em último caso, ser mortos. Pois não convém à ordem o roubo, a traição e outras vilanias.

No prólogo da obra Llull narra o encontro de “sábio cavaleiro que longamente havia mantido a Ordem de Cavalaria” e que na velhice resolve adotar a vida eremita e um escudeiro “dirigia-se à corte para ser armado um novo cavaleiro”. A referida corte é descrita como de “um grande rei muito nobre e de bom e bens abundantes costumes”. Na ocasião do encontro o velho cavaleiro o velho cavaleiro “relembrou a Ordem de Cavalaria e o que é pertencente ao cavaleiro” e entrega ao escudeiro um livro que continha “a regra e a Ordem da Cavalaria” (LLULL, 2000, p. 3-9) dando ao aprendiz uma missão:

Como este livro foi feito para retornar a devoção e a lealdade o ordenamento que o cavaleiro deve ter para manter sua Ordem, por isso, belo filho, levai este livro à corte aonde ides e **mostrai-o a todos aqueles que desejam se novos cavaleiros. Guardai-o e apreciái-o se amas a Ordem de Cavalaria.** E quando fordes armado cavaleiro, retornai a este lugar e dizei-me quais foram aqueles que foram feitos novos cavaleiros e não foram obedientes à doutrina da Cavalaria (LLULL, 2000, p. 11 grifo nosso).

A função educativa da obra mostra-se nesse fragmento, Llull defende o que o exemplo dos cavaleiros mais velhos seja orientação para a conduta dos ingressos na ordem. Mais uma vez se faz a relação escudeiro/cavaleiro, necessária para a perpetuação e manutenção da ordem da cavalaria.

A missão de levar o livro citado na obra às cortes, é para que o maior número de cavaleiros tenha contato com o que Ramon Llull determina como ofícios da cavalaria. Assim a obra visa cumprir o doutrinamento dos cavaleiros.

O uso do termo ‘ordem’ está permeado por um significado cristão, relacionando-se à ideia de que os cavaleiros devem estar associados à grupos que estivessem submetidos à ética e moral propostas pela Igreja, atrelados à uma ordem, que nortearia suas ações, assim como os religiosos que estão enquadrados nas rígidas regras que estabelecem o comportamento a ser seguido pelos monges, integrantes do clero regular, ou seja, monges que estão submetidos às regras.

A ideia de retorno à um passado onde Deus era mais “conhecido, honrado e glorificado” pelos homens, independente dos seus estratos sociais de origem, permeia a obra de Llull, que se põe na missão de reavivar a intenção da Criação, ideia que está direcionada também os membros da cavalaria.

No fragmento anterior, fica clara o propósito de retorno ao cumprimento das funções das ordens cavaleirescas. Os cavaleiros teriam a função de guardar e transmitir os preceitos da cavalaria durante a formação dos escudeiros – ressaltamos que tais preceitos deveriam ser orientados pelos dogmas cristãos – que por sua vez eram incumbidos da missão de preservá-los, a fim de cumprir sua função no interior da tessitura social medieval mantendo sua coesão e harmonia.

Percebe-se a aproximação entre os ofícios cavaleirescos e religiosos também pela escolha do sábio cavaleiro em seguir uma vida eremítica ao fim de sua vida, quando este não mais pode cumprir as atividades da cavalaria. Isto denota também um ideal a ser seguido, o cavaleiro, que durante sua vida afasta-se do pecado, ao fim desta dedica-se à vida eremita.

Em *O livro da Ordem de Cavalaria* Llull retrata o cavaleiro como o melhor em cada grupo de 1000 homens, e resalta as características que este deve ter: “mais amável, mais sábio, mais leal e mais forte, e com maior coragem, com mais ensinamentos e de bons modos que todos os outros” (LLULL, 2000, p. 13). Percebemos, pois, que assim como para os clérigos, o conhecimento é posto por Llull como necessário aos cavaleiros.

A ascensão do escudeiro à cavaleiro era feita por meio da cerimônia de adubamento, que segundo Baschet “é uma criação tardia, sem dúvida do fim do século XI” (BASCHET,

2009, p. 112). Vista como rito de passagem ou de iniciação esta cerimônia era cercada de conotações religiosas.

Assumindo forma ritualística de sacramento, mas sem efetivamente ser designado como tal, o adubamento ou sagração do cavaleiro acontecia geralmente no fim da adolescência, quando o aprendiz demonstrava estar preparado para cumprir os ofícios da cavalaria.

Em *O livro da Ordem de Cavalaria*, Llull descreve os passos do ritual de sagração, que deve seguir tal ordem:

No primeiro dia:

Confessar as faltas que fez contra Deus e se estiver sem pecados deve receber o corpo de Jesus Cristo (LLULL, 2000, p. 67). Assim, a prática da confissão, pela qual o escudeiro teria suas penas perdoadas por meio da prática da penitência atribuída por um religioso. Este seria um meio de purificação do corpo, expiação dos pecados e entrada em condição de pureza espiritual, para que então iniciasse o ritual que se conclui com o adubamento do cavaleiro.

Paralela à parte religiosa acontece também a festa de adubamento, na qual todos devem orar pelo escudeiro, pedindo “que Deus lhe dê a graça e a benção pela qual seja leal à Ordem de Cavalaria” (LLULL, 2000, p. 67). É necessário que o futuro cavaleiro se lembre das bênçãos pedidas e dos juramentos feitos, para que assim, mantenha a ordem que cabe à cavalaria.

“O escudeiro deve jejuar na vigília da festa [...] deve velar e estar em preces e em contemplação e ouvir as palavras de Deus” (LLULL, 2000, p. 67), sendo o jejum parte da mortificação do corpo por meio do qual o escudeiro redime-se dos pecados.

No segundo dia:

Durante a missa o escudeiro “deve se oferecer ao presbítero”. Llull destaca que o conteúdo do sermão do presbítero deve contemplar: “os catorze artigos nos quais é fundada a fé, os dez mandamentos e os sete sacramentos da santa Igreja, e as outras coisas que pertencem à fé” (LLULL, 2000, p. 69), aos quais o escudeiro deve relembrar continuamente para manter a ordem da cavalaria e praticar a fim de, na morte corpórea, alcançar a salvação

Neste dia o escudeiro deve honrado cavaleiro por um “príncipe ou barão [...] que possua virtude e Ordem de Cavalaria em si mesmo” (LLULL, 2000, p. 71), assim, faz-se necessário que, além do clérigo, um homem da alta nobreza e que também possua virtudes o ordene cavaleiro.

O ritual característico da cerimônia é descrito por Llull:

o escudeiro, diante do altar, deve ajoelhar-se e levantar seus olhos, corporais e espirituais, a Deus e suas mãos a Deus. E o cavaleiro deve cingir-lhe a espada, para significar a **castidade** e a **justiça**; e em significação de **caridade** deve beijar seu escudeiro e dar-lhe uma bofetada para que se lembre disso que prometeu e do grande cargo a que se obriga e da grande honra que recebe pela Ordem de Cavalaria [...] o cavaleiro novo deve cavalgar e mostrar-se às gentes [...] naquele dia deve ser feito uma grande festa e oferecimento, convites e justas (LLULL, 2000, p. 73-75).

Eis as principais virtudes pretendidas para o cavaleiro, a manutenção da castidade, afastando-se da luxúria, vício mais atribuídos (ZIERER, 2013), a justiça, que deveria orientar todos os seus atos, é conveniente ao cavaleiro agir para a manutenção da justiça e a caridade, por meio da qual ele presta auxílio aos demais membros da sociedade.

Em *Félix, O Livro das Maravilhas* encontramos um *exemplum* bastante esclarecedor sobre a manutenção da virtude da justiça nos membros da cavalaria. O texto descreve uma batalha entre um cavaleiro experiente, mas cheio de vícios e um jovem escudeiro que mantinha a justiça, como podemos observar a seguir:

[...] Assim, estando em combate e jogando com seus companheiros, ele viu aproximar-se um grande número de cavaleiros. Entre eles havia um cavaleiro acusado de traição, falsidade e mentira por um escudeiro. Aquele cavaleiro era **muito orgulhoso, muito forte e bem habituado às armas**, e o escudeiro era um homem de **pouca força e não era tão vencedor** quanto o cavaleiro, mas **tinha justiça** e confiava nela [...]. O cavaleiro e o escudeiro foram para o campo. No princípio da luta, o cavaleiro deu muitos golpes no escudeiro, e, no final, o escudeiro, **com sua força e virtude**, venceu e matou o cavaleiro [...] (LLULL, 2009, p. 144, grifo nosso).

No embate entre o experiente e forte cavaleiro pecador e o fraco e virtuoso escudeiro, a vitória inesperada deste último demonstra o ideal de cavaleiro que Lull pretende formar, induzindo o leitor/ouvinte a valorizar as virtudes espirituais em detrimento da força e da satisfação corpórea.

Este é o modelo de cavaleiro pretendido por Ramon Lull, aquele que mantém as virtudes e afasta-se dos vícios, condição primordial para o alcance das vitórias em vida e especialmente no pós-morte com o alcance da salvação.

Assim como para os demais grupos sociais, a vida dos cavaleiros deveria amparar-se no exercício das virtudes. Em *O livro da Ordem de Cavalaria*, Lull dedica um capítulo à orientação sobre os costumes que pertencem aos cavaleiros, para que estes mantenham-se no propósito da ordem.

Tais costumes descritos pelo autor são a forma como o cavaleiro deve enaltecer a prática das virtudes, afirmando: “Todo cavaleiro deve conhecer as sete virtudes que são raiz e

princípio de todos os bons costumes e são vias e carreiras da celestial glória perdurável” (LLULL, 2000, p. 89). Deste modo, o exercício das virtudes e o afastamento do pecado seria a condição ideal para que o cavaleiro pudesse cogitar sua salvação.

Embora destaque na obra a importância da prática de todas as virtudes, entretanto, Ramon Llull destaca que a principal para o exercício da cavalaria é a fortaleza, sem a qual “o cavaleiro não possui coração de cavaleiro, nem tem as armas com as quais cavaleiro deve combater”, pois esta seria a arma com a qual o cavaleiro faria o bem e se afastaria dos vícios, dentre os quais, como dito anteriormente, o visto com mais desprezo na ordem era a luxúria. Llull afirma:

Luxúria e fortaleza combatem uma contra a outra; ora, as armas com que a luxúria combate a fortaleza são juventude, belas feições, muito comer e beber, ornadas vestimentas, ocasião propícia, falsidade, traição, injúria, menosprezo de Deus e do Paraíso, e pouco temor das infernais penas e as outras armas semelhantes a estas. (LLULL, 2000, p. 97)

Assim, a luxúria seria, na perspectiva llulliana, a porta de entrada para os demais vícios que conduziriam o cavaleiro à danação eterna. Deste modo, fazia-se necessário no cavaleiro o maior exercício da fortaleza, por meio da qual eles fortaleceriam seus poderes espirituais e por consequência manteriam seu corpo distante dos pecados.

No *exemplum* a seguir percebemos mais uma referência à prática da luxúria entre os membros da cavalaria:

Um cavaleiro pediu a uma boa senhora, **filha da castidade**, que lhe fizesse amor com seu corpo, e a mulher perguntou-lhe o que era amor. O cavaleiro disse que o amor é o que ajusta vontades diversas a um fim. A senhora perguntou ao cavaleiro se aquele amor que lhe pedia a ajustaria com Deus na glória quando traspassasse da vida deste século (LLULL, 2009, p. 40).

Percebemos que o cavaleiro se refere à senhora – caracterizada por Llull como filha da castidade, ou seja, uma virgem que adotara tal postura para manter-se ajustada com Deus e assim alcançar a salvação – a fim de cometer o pecado da luxúria. No texto, a pergunta feita pela mulher ao cavaleiro luxurioso é a condição para que ele reflita sobre o seu conceito de amor e redima-se do pecado.

[...] O cavaleiro ficou confuso com a pergunta que a senhora lhe fizera, e disse estas palavras: “Por muito tempo estive submetido ao **falso amor** e tive ignorância do **amor verdadeiro**”. E disse à mulher que bem conhecia que o verdadeiro amor fazia ajustar o homem a Deus, e fazia-o distanciar-se da traição, da luxúria, da covardia e de todo o engano e falta [...] (LLULL, 2009, p. 40).

Por meio da indagação feita pela senhora do *exemplum* o cavaleiro é levado a contrastar o falso amor, ou seja, aquele que se refere exclusivamente aos prazeres carnis e a cogitar o verdadeiro amor, aquele que elevaria o homem à condição da salvação, por meio do afastamento dos vícios com a vicissitude das virtudes, caminho essencial para a condução dos homens ao paraíso no pós-morte.

Percebemos também a função educativa exercida pela mulher, da qual o *exemplum* não nos fornece muitas informações, mas que é posta como modelo do feminino pretendido por Llull, pois, ceder aos prazeres corpóreos seria condição de queda do corpo e por consequência de não merecimento da salvação.

Embora em *O Livro dos Mil Provérbios* o capítulo VII seja intitulado **Do escudeiro** nele estão conselhos a serem seguidos pelos cavaleiros em sua escolha e em suas relações para com os aprendizes.

São enaltecidas na obra a bondade, o amor, o temor, a humildade, a verdade e a lealdade, em contrapartida são depreciadas ações relacionadas à maldade, às belas vestimentas ou beleza física, ao riso e à desobediência.

Em todos os integrantes do corpo social expostos na obra percebemos que Llull tenta traçar os modelos perfeitos de homens, de acordo com sua concepção e com a mentalidade da época, todos amparados na ideia de seguimento das virtudes e atitudes que se correlacionem com estas, afastamento dos vícios, a fim de manter a purificação do corpo, e cumprimento das doutrinas cristãs, que seriam o caminho de condução para o gozo das glórias do Paraíso no pós-morte.

3.2.4 O príncipe e a orientação para a salvação dos seus súditos

No ápice da nobreza estava o rei/príncipe, em *O Livro dos Mil Provérbios*. De linhagem nobre o príncipe assume na obra de Llull a função de levar o seu reino à salvação. Para tanto, este deveria possuir bons costumes, ou seja, virtudes, entre as quais são destacadas a justiça, a verdade e o amor.

Percebe-se especialmente a partir do século XIII a aproximação entre o poder temporal, exercido pelos príncipes e o poder espiritual, de controle da Igreja. A coroação dos monarcas passa por um ritual cristão, a unção, que passa a ser legitimadora do poder real desde a coroação de Pepino em 754 pelo pontífice romano. Por meio dela estabelece-se entre o príncipe e Deus uma ligação, que o coloca como escolhido para as funções temporais e investido de funções sacras. Muito embora este não fosse membro do clero, por meio da unção este

assumia uma função primordial entre os leigos, de conduziria o reino à prosperidade e especialmente seus súditos à salvação (LE GOFF, 2002).

Em *O Livro dos Mil Provérbios* as sentenças são caracterizadas pelas virtudes que devem conduzir as ações do príncipe, para manter a unidade e durabilidade do poder em seu reino e a lealdade e obediência do povo, expressos nos provérbios abaixo:

III.1 – “A justiça do príncipe nutre o povo no amor e no temor” (LLULL, 2007, p. 41).

III.17 – “O príncipe que faz mal ao povo faz por si grande injúria a Deus” (LLULL, 2007, p. 42).

Percebemos que as ações do príncipe norteariam as reações dos súditos, estes, doravante, deveriam a ele lealdade e obediência. No exercício de uma função ‘maior’, que deve ter orientação divina, o príncipe deveria primar pela bondade e as boas ações para com seus subordinados. Deste modo, ao príncipe é necessário ter as virtudes, especialmente a justiça, como norteadora de seus atos, uma vez que Llull adverte aos súditos quanto ao não seguimento aos príncipes cujas ações seriam contrárias a Deus.

IV.8 – “Não queiras ser obediente ao teu senhor contra Deus” (LLULL, 2007, p. 43).

IV.16 – “Quem serve ao mal senhor acostuma-se ao mal e **perde seu tempo**” (LLULL, 2007, p. 44, grifo nosso)

O príncipe não estaria, portanto, livre dos cumprimentos dos dogmas cristãos, ao contrário, deveria melhor mantê-lo a fim de perpetuar-se no poder e conduzir seus súditos no caminho da salvação.

Ao referir-se à perda do tempo, entendemos que Ramon Llull está fazendo uma clara alusão à perda da eternidade no paraíso, ou seja, da salvação. As práticas contrárias à fé cristã, exercidas pelos príncipes, provocariam maus costumes entre os homens, afastando-os da primeira intenção e conduzindo-os à danação.

Centro de toda a *Arte llulliana*, a condução dos homens ao paraíso, por meio da educação, assume função primordial na mentalidade medieval e é representada na obra do autor. Deste modo, o modelo de príncipe pretendido é daquele que dá exemplo aos súditos do seguimento dos preceitos cristãos e cujas práticas são orientadas pelos desígnios divinos, expostos por meio de uma vida de santidade do rei, por meio do exercício das virtudes e do afastamento dos vícios.

Segundo Le Goff (2002), o rei medieval assume uma função religiosa, pois entre suas funções destaca-se o da obrigação de defensor da fé, da Igreja e dos cristãos. Especialmente

na obra de Ramon Llull, o rei tem a função de propagador do cristianismo, ele seria o responsável pela edificação dos mosteiros onde seriam ensinadas a língua moura a clérigos que trabalhariam na conversão dos infiéis.

Percebemos que os grupos integrantes do corpo social medieval dispostos por Ramon Llull em *O Livro dos Mil Provérbios* são, em geral, identificados com os altos estratos sociais – prelados, príncipes e cavaleiros – tal característica dá-se pelo fato destes terem a incumbência de orientação social, são eles os responsáveis maiores pela condução da sociedade medieval, ao propósito maior do período, a salvação.

Independente do estrato social de origem dos homens medievais, os pensadores da época, entre eles Ramon Llull, defendiam o pleno exercício das virtudes e dos dogmas da igreja, que seriam a base para o desenvolvimento de uma vida de santidade, caracterizada também pela renúncia dos prazeres e do afastamento dos vícios. Entretanto, vigorava a ideia de preponderância das ordens superiores (clero e nobreza) sobre os grupos subalternos, acreditava-se que “a perfeição moral e espiritual dificilmente se podia desenvolver fora de uma linhagem ilustre” (VAUCHEZ, 1989, p. 215), deste modo, os grupos mais próximos dos modelos pretendidos por Llull, são os clérigos e nobre que baseiam suas vidas no segmento dos dogmas cristãos.

Os reis assumem na sociedade medieval a função de liderança, nas palavras de Le Goff (2002), na visão da sociedade medieval como um corpo humano, “o rei está à testa deste corpo social” (LE GOFF, 2002, p. 397), assumindo assim as mais altas funções dentro desta sociedade.

Tal importância é percebida na fábula que compõe o sétimo livro de *Félix, O Livro das Maravilhas*, na qual os personagens são animais que compõem um reino, aos moldes dos reinos humanos e que serviriam de orientação, de maneira lúdica, ao comportamento dos homens.

O enredo do livro é sobre a eleição de um rei, em um reino maravilhoso, dentre os animais o escolhido foi o Leão, entretanto, discordâncias surgem entre as bestas sobre a soberania do Leão frente aos demais animais.

A escolha do rei é conduzida na fábula em meio a um jogo de interesses dos animais, em busca de um rei que concordasse com as particularidades de cada um, e cada personagem defende a realeza de um animal diferente, enaltecendo as virtudes de cada candidato à realeza, dentre elas destacam-se grandeza, humildade, beleza, ligeireza e especialmente força, característica que acaba por conduzir definitivamente o Leão ao posto.

Deste modo, os pretendentes à realeza na fábula possuem as virtudes que deveriam ser cogitadas nos príncipes dos reinos concretos, do mesmo modo as ações dos animais, deveriam nortear as condutas das cortes.

A seguir, dá-se a escolha dos conselheiros do rei, ponto primordial da obra uma vez eu a intencionalidade da obra repousa justo no aconselhamento ao rei da “maneira sobre a qual deve reinar e como deve se proteger dos maus conselhos e dos homens falsos” (LLULL, 2009, p. 235). Portanto, a fábula é voltada para a educação régia, dando aos príncipes conselhos sobre a forma como exercer o poder temporal.

Na obra o mal conselheiro do rei é a personagem Dona Raposa, que insufla outros integrantes da fábula contra o Leão, chagando mesmo a tramar sua morte. Entretanto, seguindo às virtudes divinas, que devem ser exercitadas pelos reis a fim de conduzir seus súditos à salvação, em especial à justiça, o Leão mantém a finalidade de sua função, mata a Dona Raposa e restitui o ordenamento no reino.

Segundo Ricardo da Costa, *O Livro das bestas* fora dedicado a Felipe IV, o Belo (1268-1314) rei da França. Em *Vida Coetânea* Llull afirma ter visitado a referida corte em busca de apoio para a execução de um de seus propósitos, edificar mosteiros onde fossem ensinada a língua moura, a fim de que, com tal instrução, os religiosos cristãos pudessem se dedicar à conversão dos infiéis.

Como afirmamos anteriormente, *Félix, O Livro das Maravilhas* foi composto durante a visita de Ramon à corte francesa. Ao caracterizar o reinado de Felipe IV, Jacques Krynen afirma:

Com Felipe, o Belo, a França experimenta de súbito, em todos os campos, um absolutismo monárquico exasperado. Isso é incontestável. Entretanto, parece que esta maneira de governar se quer absolutamente pura, não somente consolidada por princípios e procedimentos extraídos do direito romano, mas plenamente justificada na missão religiosa da realeza capetiana (KRYNEN, 2013, p. 297).

Felipe, o Belo converge com as características de um bom administrador e de rei temente a Deus que busca exercer a função de conduzir seu povo à salvação. No *exemplum* a seguir Llull deixa muito claro quais seriam as atribuições encontradas em um bom rei e em um mau rei:

Um **louco rei** desejava ser rei e senhor do reino de outro **rei que era muito sábio, tinha bons costumes e mantinha seu reino em paz e justiça**. Este rei que era sábio desejava ser rei do reino do louco rei, porque lhe parecia má coisa um rei reinar onde não existissem sabedoria, justiça e regimento.

Aconteceu que ambos os reis combateram, aquele rei que tinha sabedoria e justiça foi vencido e o louco rei foi senhor do reino do rei vencido. O louco rei manteve os dois reinos que possuía em grande sofrimento, porque não era sábio em possuir a terra, e, por sua ignorância e mau costume as gentes tiveram em guerras e na pobreza, e muito mal se seguiu (LLULL, 2009, p. 44).

Na história, são contrapostos dois tipos de reis, um caracterizado por suas virtudes, entre elas a sabedoria, responsável por desenvolver em seu reino a paz e a justiça, outro identificado como louco rei e que, pela própria adjetivação utilizada pelo autor, estava em descumprimento dos preceitos relativos aos reis. O conflito entre os governantes, vencido pelo louco rei leva seus domínios ao sofrimento, que remete às penas sofridas após a morte no inferno, como sofrimento, guerra e pobreza.

As mesmas características contidas no *exemplum* anterior são encontradas em diversos outros, como percebemos no texto a seguir:

- Em uma terra havia um rei que era muito **belo** e tinha **muito bons costumes nas virtudes**. Aquele rei **tinha grande poder sobre as gentes e riquezas**, era forte e tinha **coragem muito nobre**. Um cavaleiro seu tinha grande desejo de que existissem no mundo muitos reis semelhantes a ele, para que no mundo houvesse amor e concórdia entre um rei e o outro, e que ao mesmo tempo o mundo estivesse em tal disposição que Deus fosse conhecido e amado pelas gentes (LLULL, 2009, p. 44 grifo nosso).

Características como beleza, coragem, nobreza e sabedoria são nos *exempla* atribuídas aos bons reis, que, a julgar pelo uso da expressão ‘bons costumes’, faz referência a governantes que seguem aos preceitos cristãos.

O desejo do cavaleiro do *exemplum* de que muitos reis de bons costumes existissem é associada à ideia de um mundo em harmonia e ordenamento. Para Llull, reis com tais características levariam os homens a terem maior conhecimento e amor por Deus. Isto demonstra o caráter universalista da obra llulliana, uma vez que ele propõe que toda a sociedade, inclusive os que ele denomina de infiéis, estejam unidos sob a mesma fé, adotando um discurso baseado no diálogo inter-religioso, que seria a medida inicial a ser tomada para pôr a humanidade sob a mesma fé.

A submissão de todos os homens à fé cristã é posta como uma missão aos príncipes, a eles cabem a execução de tal propósito. Como senhores do tempo, caberia estes pelo exercício do diálogo ou do conflito a liderança no processo de conversão dos infiéis, como percebe-se no propósito pretendido por Llull.

Assim, percebemos que as características de um rei eram tidas como responsáveis pela condição do seu reino e que as características dos reis citados são opostas, como sistematizamos no quadro a seguir:

Quadro 3: Bom Rei x Louco Rei

Características régias	
Bom rei	Louco Rei
Sábio, justo e de bons costumes nas virtudes e poder	Ignorância e maus costumes.
Condição do reino	
Paz, justiça, regimento, amor, riqueza e concórdia.	Guerra, pobreza e mal.

Como observamos, há um forte antagonismo entre as condições dos reinos do bom e do louco rei, bem como nas características que os diferenciam. As dicotomias sabedoria X ignorância, bons X maus costumes, paz X guerra, riqueza X pobreza expressam que o bom rei, ou seja, aquele que exercita cotidianamente as virtudes, levaria seu reino à salvação, enquanto o louco rei, habitaria junto com seus súditos o inferno.

Segundo Le Goff (2002), ao rei medieval eram atribuídas três funções essenciais, a primeira, que o autor denomina jurídico-sagrada, tange à obediência a Deus e aos serviços a serem prestados à Igreja; a segunda, guerreira, refere-se à necessidade do príncipe garantir a justiça e a paz; e, a terceira, associada à garantia de prosperidade ao reino, provendo as necessidades dos súditos.

O modelo de bom rei na obra llulliana converge para o modelo medieval definido por Le Goff. Como podemos perceber no quadro disposto anteriormente, as características atribuídas ou pretendidas no rei medieval, são também encontradas na perspectiva de atribuições reais segundo Ramon Llull.

3.2.5 A mulher: a escolhida para a salvação dos homens

No século XIII, a visão que se sobressai sobre a mulher é essencialmente negativa. Posta em uma posição secundária, a ela cabe a tutela masculina, nas palavras de Boccaccio (1313-1375), “[...] os homens são chefes das mulheres e sem a autoridade deles raramente algo que fazemos chega a um fim louvável” (BOCCACCIO apud KLAPISCH-ZUBER, 2002, p. 137). Assim, no referido período, à mulher cabia a submissão ao homem.

Segundo Jacques Le Goff (2005), a sociedade medieval era caracteristicamente militar e viril, fato que contribuía para a depreciação da imagem do feminino no período, assumindo de maneira geral a função procriadora, a mulher, embora participasse da vida econômica no medievo, estava submetida ao mando masculino, que deveria orientá-la, a fim de que esta não conduzisse, a exemplo de Eva, o homem ao pecado.

Seguindo a visão característica do período em que viveu, em seus provérbios, Ramon Llull reúne, no capítulo intitulado **Da mulher**, conselhos e advertências direcionados aos homens¹⁸ dos estratos sociais mais elevados, transparecendo, deste modo uma visão elitista da sociedade medieval.

Neste capítulo de *O Livro dos Mil Provérbios*, o filósofo sugere orientações ao homem de como escolher suas esposas e portarem-se diante delas, como podemos perceber no provérbio a seguir: VI.1 – “Ama mais em tua mulher a finalidade do matrimônio que o prazer”. (LLULL, 2007, p. 47)

Portanto, na perspectiva llulliana, a tutela masculina dar-se-ia por meio do matrimônio. Este deveria, entretanto, servir às suas finalidades, na concepção cristã tal atribuição é de procriação e reprodução humana, em detrimento ao prazer, associado aqui aos atos sexuais, que como já citamos, na obra llulliana, é carregado de uma ideia negativa, pois, associados ao pecado da luxúria, seria a condição de entrada dos demais vícios no corpo humano.

No provérbio “Ama mais em tua mulher a bondade que a beleza” (LLULL, 2007, p. 47), percebemos uma clara alusão às características pretendidas por Ramon Llull para as mulheres medievais, antagonizando beleza e bondade, o filósofo

Comumente associada à Eva, a mulher no período medieval era a culpada pelo pecado original, vista como a que incita o homem ao ato pecaminoso, sendo a beleza um caminho de perdição, uma vez que os levava a descumprir a finalidade do casamento, direcionando as práticas sexuais ao desejo e, conseqüentemente, ao pecado.

Deste modo, são desejáveis nas mulheres medievais, assim como para o demais membros da sociedade, a prática das virtudes, que seriam caminho para a manutenção da preservação da pureza corpórea, e conseqüentemente da limpeza da alma, fato que as conduziria à salvação.

O capítulo em questão é composto por dezenove sentenças nas quais são ressaltadas as características aceitáveis ou recriminadas nas mulheres. Entre as práticas desejáveis

¹⁸ Aqui nos referimos ao gênero masculino.

destacam-se a bondade e a castidade, esta última advertindo principalmente à prática da fornicção, condenada pelos dogmas cristãos.

A castidade deveria ser buscada tanto pelo homem, quanto pela mulher, no provérbio VI.7 Ramon adverte “sê casto para que tua mulher seja casta”. Ou seja, caberia ao homem (ao marido) a manutenção da castidade na mulher.

O apreço à castidade desenvolvido e idealizado na Idade Média, quando não almejado, poderia ter sua pena amenizada pelo matrimônio¹⁹, sacramento que regulamentava as práticas sexuais, desde que estas servissem unicamente à finalidade da reprodução.

Entretanto, embora a castidade e a fidelidade fossem desejáveis para homens e mulheres, o desvio destas, embora não recomendado, é aceitável. Na sentença VI.19, “Diante de tua mulher não fales das circunstâncias da amante”, percebe-se que, embora os dogmas cristão proibissem a prática do adultério entre os homens, esta era relevada na conduta masculina, sendo necessário o freio desta entre as mulheres.

Em *Doutrina para Crianças* Llull ressalta as virtudes a serem cultivadas no matrimônio e o que deve ser evitado: “A ordem do matrimônio deve ter caridade, temor, humildade, verdade, justiça e outras virtudes semelhantes a essas, e a superfluidade das vestimentas ornadas e feições harmoniosas desordenam o pensamento e fazem o homem quebrar o sacramento do matrimônio” (LLULL, 2010, p. 24).

Deste modo, contrapõem-se as virtudes à beleza e suntuosidade das vestimentas femininas, uma vez que estas contribuiriam para o descumprimento, entre os homens, do seguimento aos propósitos do casamento, por desordenarem seus pensamentos, conduzindo-os ao pecado.

A beleza feminina é tida como um instrumento de condução ao pecado, a julgar pelos provérbios anteriormente citados, o filósofo defendia a rejeição à beleza e a valorização das virtudes nas mulheres, para que estas rompessem com sua condição naturalmente pecadora e fossem merecedoras das glórias do Paraíso.

Em *Félix, O Livro das Maravilhas*, a mulheres cujo comportamento são associados à práticas dissonantes dos dogmas cristãos e das virtudes são comumente chamadas de ‘louca fêmea’, associando-o à um contra modelo de mulher, negado na concepção do autor, associada à vaidade e à luxúria, este era o comportamento a ser evitado pelas mulheres medievais.

¹⁹ Para conceito do matrimônio nos escritos llullianos ver nota 9.

Tal postura pode ser percebida na repreensão de Félix a mulher, advertindo-a quanto ao seu estado de danação, devido às más palavras proferidas por esta após cair de um cavalo e sujar suas vestes, como podemos ver a seguir:

- Oh, louca fêmea! Como me fazes muito maravilhar! Choraste quando caíste do palafrém na água e molhaste tuas vestimentas, ornadas para **poder usá-las na sujeira da luxúria**. Louca fêmea, por que não choras por cair da celestial glória para a qual foste criada? Tu mesmo te enterraste no caminho pelo qual cairás no abismo infernal, pois tem destruído e sujado teu lembrar, teu entender e teu amar no fedor da luxúria. Chora louca fêmea, porque perdeste Deus e porque sujaste tua alma em tal vil obra (LLULL, 2009, p. 68, grifo nosso).

As belas vestimentas utilizadas pela mulher do *exemplum* serviriam ao propósito da prática da luxúria, pois seriam utilizadas para provocar desejos carnisais entre os homens. Félix admira-se pelo fato da mulher não compreender que seu ato de valorização do ornamento das roupas a colocava em estado de danação. Devido à vaidade e à luxúria da ‘louca fêmea’, ela mesma seria responsável por sua condenação perdurável, devido à negligência com a primeira intenção da criação humana.

Antagonicamente ao modelo de mulher anteriormente exposto, Félix depara-se com uma ‘mulher santa’, característica a ela imputada pela manutenção das virtudes, em especial a fé.

Ao seguir maravilhando-se com o mundo e os homens Félix cai em pecado por questionar a fé. Tal condição torna-se a porta de entrada para outros vícios no protagonista. Félix, pela descrença, pela dúvida na encarnação de Jesus, incorre no pecado da luxúria.

Ao sofrer o que caracteriza como tentação muito grande de pecar com uma mulher que perdera seu filho e que estava a caminho de um eremitério, no qual pretendia encontrar Blaquerna, caracterizado como santo homem que tinha muito conhecimento de Teologia e Filosofia.

Félix admira-se como a dúvida da fé o levou ao pensamento pecaminoso, contrário à sua virgindade, estando, portanto, no que caracteriza como vil estado e enquanto tinha tal pensamento chorava e lamentava ao Senhor por seu pecado (LLULL, 2009, p. 70)

Esta mulher, que é descrita na obra como devota e sábia, estava a caminho de um eremitério no qual buscava consolo pela grande ira e sofrimento em que se encontrava devido à morte de seu filho.

Félix é reconduzido ao estado de santidade devido às palavras ditas pela mulher a quem acompanha em direção ao eremitério e de quem escuta o seguinte clamor:

- Altíssimo Senhor, que com justiça faz todas as coisas, minha vontade está contra a Justiça quando desama a morte do meu filho que tu fizeste morrer com justiça, e Tua Justiça está em tudo o que deseja a Tua Vontade. Louca é minha vontade, que desama o que deseja Tua vontade com a morte de meu filho; desobediente é a minha vontade à Tua Justiça. Assim, como a minha vontade foi criada para desejar tudo o que deseja a Tua vontade, muito me maravilho com a impaciência da minha vontade, que atenta contra as obras da Tua Vontade e da Tua Justiça.

Mesmo frente à dor pela morte do filho, a referida mulher clama ao Senhor para que sua vontade esteja em ordenamento com as Dele, a fim de que nela sejam mantidas as virtudes criadas por Deus e necessárias aos homens para que estes estejam em condição de salvação.

Tais palavras produzem em Félix admiração, por ter desejado pecar com uma mulher tão sábia e devota a Deus. Percebe-se assim, que a sabedoria e a santidade da mulher, na concepção llulliana, seria condição para a manutenção da santidade entre os homens.

Nesta passagem encontramos o que para Llull era um dos padrões de comportamento feminino, caracterizada pela devoção, pela grande sabedoria e pelas santas palavras. Mesmo diante da morte do amado filho e envolta em ira, tal mulher não corrompeu sua fé, e partiu em busca de conhecimento, com o sábio Blaquerna, para que assim pudesse retomar sua vontade e aceitar os desígnios de Deus.

3.2.6 O mercador: um modelo a ser educado na obra llulliana

Félix, O Livro das Maravilhas tem uma variedade de modelos educativos maior que *O Livro dos Mil Provérbios*, o modelo de comerciante, grupo que ganha notoriedade principalmente a partir do século XII, período do renascimento urbano e do florescimento comercial', expresso na primeira obra, não chega a ser citado na segunda.

Como discorrido no capítulo anterior, o florescimento das cidades medievais a partir do século XII, promove o surgimento desta nova categoria humana, o burguês, que associado ao pecado da usura – que Jacques Le Goff afirma ser “um dos grandes problemas do século XIII”, especialmente pelo fato do tradicional antagonismo entre o cristianismo e o apego aos bens materiais, em especial ao dinheiro (LE GOFF, 2007, p. 12) – precisava ser educado, orientado ao exercício de práticas que os conduziram à salvação.

O apego ao dinheiro e aos bens materiais, avareza, elevado à condição de pecado, seria a responsável pela condução dos usurários ao inferno era negado pela Igreja que, amparada na tradição bíblica, o coloca como não pertencente às coisas de Deus²⁰.

No *exemplum* a seguir Llull discorre sobre como os bens materiais são incapazes de satisfazer os homens:

Um mercador tinha mil besantes²¹ e desejou poder ter outros mil. Quando teve dois mil, imediatamente desejou ter mais, e assim ganhou cem mil besantes, mas ainda não obteve a satisfação em sua alma. Por isso, o mercador ficou muito maravilhado e cogitou que a satisfação de seu desejo não estava nos dinheiros, e teve opinião que seu desejo ficaria satisfeito em ter castelos, vilas e posses, os quais desejou ter e teve, mas ainda não encontrou satisfação, pois quanto mais comprava e tinha, mais crescia sua vontade de ter vilas e castelos. Enquanto o mercador multiplicava suas riquezas vendo que não podia saciar-se, pensou em sua alma que podia saciar-se tendo mulher e filhos. E teve mulher e filhos, e ainda não satisfeito, desejou ter honraria e muitas outras coisas. E quanto mais tinha, mais sua alma desejava ter. muito fortemente se maravilhou o mercador por não poder saciar sua alma com nada deste mundo, e no fim considerou ter Deus em sua alma. E então quando amou e serviu a Deus com o que Deus lhe tinha dado, ficou satisfeito e pleno, e não quis ter mais nada (LLULL, 2009, p. 40).

Na história anterior, o ganho de dinheiro, castelos, vilas, posses e tudo mais que pudesse ser adquirido materialmente, ou mesmo a composição de uma família, seriam elementos que mostrar-se-iam incapaz de satisfazer a alma humana. O mercador do *exempla* não o traz alegria nenhum bem adquirido no mundo. Assim, Ramon Llull apresenta o que realmente é capaz de saciar os desejos e dar contentamento aos homens, em especial aos mercadores, a entrega de suas vidas ao serviço de Deus.

Deste modo, fica claro que o autor critica o nascente grupo social ávido por riquezas, inserindo-os na lógica llulliana de que os homens deveriam viver o pleno cumprimento dos dogmas cristãos, o exercício das virtudes e o afastamento dos vícios, meio pelo qual este, e os demais homens medievais, alcançariam a salvação.

Na Idade Média havia uma visão pessimista sobre o mercador, o comércio, costumeiramente associado ao judeu e sua prática inevitavelmente conduziria à danação eterna. Entretanto, Llull propõe que por meio da fé, do desamor ao dinheiro e especialmente da caridade, estes homens poderiam cogitar a salvação.

²⁰ Sobre contrariedade entre dinheiro e Deus, encontramos exemplos no Evangelho de Mateus: “Então Jesus disse-lhes: “O que é de César, dai a César: o que é de Deus, a Deus”. E ficaram muito admirados a respeito dele” (Mateus, 12, 17); “Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis seguir a Deus e ao Dinheiro” (Mateus, 6, 24).

²¹ Besante, originalmente a versão bizantina do *solidus* romano e, durante séculos, uma das moedas básicas do comércio no Mediterrâneo – Ricardo da Costa.

Isso nos mostra, que o burguês, embora em um contexto geral apresente-se na Idade Média como um homem em estado de danação, devido às suas práticas geralmente associadas aos pecados, para Llull é parte integrante do projeto educativo que visa levar a sociedade à salvação.

Assim, nos *exempla* llullianos, o autor visa dar alternativas para que este grupo social cogite alcançar as glórias do paraíso, uma vez que o projeto pedagógico de Ramon Llull se pretende universalista, uma vez que visava a educação dos cristãos e a conversão de todos os infiéis ao Cristianismo, vista como verdadeira fé.

Para Llull, o conhecimento de Deus não pode ser alcançado por todos os homens, a exemplo desta questão, o autor afirma que os burgueses não seriam capazes de ter a ciência de Deus, e que, suprindo tal impossibilidade, os homens que não possuíssem conhecimento de Deus fossem movidos pela fé. Como podemos perceber no *exemplum* a seguir:

- Numa cidade, um mercador, que tinha muitos dinheiros e com ele trabalhado por muito tempo, **ficou muito doente, tanto corporal como espiritualmente**. Ele estava doente espiritualmente porque duvidava da Santa Trindade de Nosso Senhor Deus, já que não podia entender que Deus pode ser Um em essência e em Trindade de pessoas. E como não entendia, e crer não sabia, duvidava da fé, pela qual dúvida estava em estado de danação [...] enquanto aquele mercador estava nesse grande perigo, desejou ter trabalhado tanto para amar e conhecer a Deus da mesma forma que tinha juntado as riquezas deste mundo, as quais sabia que não poderiam ajudá-lo [...] Assim, pelo grande desejo que o mercador tinha de servir a Deus, Ele lhe espirou a luz da fé em sua alma, com a qual entendeu o que não entendia da Santa Trindade de Deus não devia descrer, pois Deus ordenou a fé nos homens para que com a fé eles acreditem no que não entendem, já que a Trindade é coisa tão elevada para se saber que os homens que são mercadores e negociantes de coisas mundanas não podem entende-La. (LLULL, 2009, p. 51).

No fragmento anterior o mercador é posto como incapaz de entender a Trindade, uma vez que este seria um conhecimento demasiadamente complexo para o entendimento de um comerciante. Tal ausência de conhecimento teria provocado neste homem doença corporal e espiritual. Deste modo, o personagem do *exempla* é iluminado pela fé, por meio da qual tornou-se passível de salvação.

Segundo Gurevic (1989), em uma sociedade caracterizada pela rígida hierarquia, como a medieval, era em primeiro lugar à nobreza que estavam associadas as virtudes, deste modo, os mercadores, comumente desprezados pelos nobres, estariam relegados à uma condição inferior, mesmo quando possuidores de riquezas.

O conhecimento de Deus estava assim relegado aos homens que por meio do sacrifício corporal, da contemplação, da purificação, do seguimento dos preceitos cristão, do exercício das virtudes e do afastamento do mundo e dos vícios aproximavam-se de Deus.

Deste modo, o modelo do homem que conhece a Deus e por consequência mais O ama e O serve, percebido no arquétipo de Félix, não se aplica ao burguês, que precisaria por meio da fé e não do conhecimento aproximar-se de Deus e por consequência alcançar a salvação.

Entretanto, é especialmente o modelo de mercador que abre mão de toda riqueza em favor de uma maior proximidade com o sagrado, textos estes comentados no capítulo anterior, que Llull pretende instituir. Vários *exempla* de Félix, *O Livro das Maravilhas* expõem tal modelo, a fim de educar e conduzir estes homens à salvação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória, essencialmente a memória cristã, é constituída na educação llulliana como um conceito central, por meio dela o homem deveria lembrar cotidianamente a finalidade maior de sua vida, conhecer, amar e servir a Deus. Assim, o homem que Ramon Llull, por meio de seus escritos, tentava formar era o cristão que seguisse fielmente os dogmas da Igreja Católica.

A *Arte llulliana* possui uma concepção religiosa universalista, que pretendia por meio da educação orientar os cristãos e, por meio da conversão, arregimentar todos os homens que estavam para além do Cristianismo, a quem Llull chama de infiéis, submetendo-os à mesma fé, a cristã, a qual o pensador tenta de maneira lógica, provar a superioridade da verdade. Assim, toda a sociedade deveria convergir para a finalidade da primeira intenção, caminho pelo qual alcançaria a salvação.

As obras de Ramon Llull, produzidas entre a segunda metade do século XIII e início do século XIV, período de intensas mudanças no Ocidente Medieval, de maneira geral associadas ao renascimento urbano, denotam um mundo em crise moral que precisa retomar um caminho de santidade. Para tanto, os grupos que compunham essa sociedade precisavam ser orientados a fim de manterem-se no propósito da intenção da Criação de Deus.

O projeto educacional catequético empreendido por Ramon Llull baseia-se em três pontos essenciais: o cumprimento dos dogmas cristãos, a prática cotidiana das virtudes (fé, esperança, caridade, justiça, prudência, fortaleza e temperança) e o afastamento dos vícios (gula, luxúria, avareza, preguiça, soberba, inveja e ira). A exercício pleno destes propósitos seriam a condição para uma vivência harmônica entre os homens medievais e tal convívio pleno, conduziria a humanidade à salvação.

Os homens medievais viviam uma intensa relação entre o real e o imaginário, em meio a esta está a concepção de eternidade da alma. No medievo prevalecia a ideia que a vida (real) era uma provação por meio da qual os homens deveriam passar, mantendo-se no caminho de retidão, para após a morte suas almas fossem conduzidas ao espaço que mereciam, por meio dos atos humanos em vida.

Assim, a perspectiva de eternidade, associada à glorificação ou punição dos homens no pós-morte era um dos elementos de suma relevância no sistema pedagógico medieval e em especial no de Ramon Llull, que visava por meio das suas obras dar ensinamentos sobre os comportamentos a serem adotados pelos homens a fim de que fossem merecedores da glória do paraíso.

Para tanto, percebemos nas obras que nos propomos analisar, *Félix, O Livro das Maravilhas* e *O Livro dos Mil Provérbios*, como manuais educativos que visavam dar ao homem medieval os conhecimentos que o levassem a salvação.

Reconhecendo a multiplicidade da sociedade medieval do século XIII, mas, arraigado no tradicionalismo da estrutura social feudal, baseada na concepção de sociedade tripartite, Ramon Llull demonstra um conflito a ser superado – frente às mudanças, como o surgimento e/ou ascensão de um novo grupo social, a burguesia, com atividades comumente associadas ao comércio –, este novo mundo, cada vez mais urbano, precisa ser reconduzido à condição de salvação, por meio da educação.

Frente a estas mudanças estão as obras escritas por Llull e nas quais nos propusemos a analisar os modelos humanos pretendidos pelo autor para o tempo em que viveu. Nas obras analisadas, os grupos sociais aos quais são atribuídos ideais de conduta para a formação de uma sociedade harmônica voltada para a primeira intenção, são essencialmente os clérigos, a nobreza, os reis, as mulheres e os burgueses.

Por meio de críticas às práticas comuns a estes grupos, ou descrevendo condutas que deveriam ser seguidas, Llull cria modelos humanos pretensamente perfeitos, todos amparados na prática das virtudes, afastamento dos vícios e cumprimento dos dogmas cristãos.

Entre estes arquétipos sociais o modelo de eremita é o que possui maior destaque, modelo este baseado na própria vida de Ramon Llull e personificado em *Félix, O Livro das Maravilhas* no protagonista e nos sábios que, ao sair pelo mundo maravilhando-se das coisas, ele encontra. Nesta obra e para este modelo social ressaltam-se características como a busca incessante pelo conhecimento, a manutenção da virgindade e o cumprimento dos desígnios de Deus.

O modelo de nobre e de rei pretendido por Llull é do que se põe a serviço de Deus e da Igreja. A estes grupos cabem a orientação do restante da sociedade, já que ocupam nela os estratos mais altos, os seus atos deveriam dar exemplo a todos os homens da forma como agir enquanto cristão perfeito. Ao rei cabe também a propagação da fé cristã e a orientação dos súditos no caminho da salvação.

O modelo de mulher, que serviria ao propósito de ser uma boa esposa e manter-se em castidade é pensado em função de sua submissão aos homens, assim, os conselhos e advertências sobre as mulheres eram direcionados aos homens, para que tivessem elementos para a escola de uma boa esposa.

O burguês, comumente descrito como grupo em queda, pelo exercício dos vícios, especialmente da avareza e da usura, na obra *Ilulliana* encontra alternativas de remissão, possibilitadas pela renúncia aos bens materiais, a conquista destes de modo honesto.

Todos os modelos são por excelência descritos como seguidores da doutrina, que vivem em dedicação à primeira intenção, afastando-se dos vícios que seriam caminho da danação e exercitando as virtudes que conduziriam a humanidade à um convívio eterno com Deus no Paraíso, no pós-morte.

REFERÊNCIA

Fonte primárias

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

BÍBLIA DE JESURALÉM. São Paulo: Paulus, 2016.

LLULL, Ramon. Doutrina para Crianças. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/doutrina.pdf>>, **2010. Acesso em 17/09/2014.**

LLULL, Ramon. **Félix, O Livro das Maravilhas**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Ed. Escala, 2009.

LLULL, Ramon. **O Livro da Ordem da Cavalaria**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000.

LLULL, Ramon. **O Livro dos Mil Provérbios**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

LLULL, Ramon. **Vida Coetânea**. (Trad. Ricardo da Costa) publicado na Internet: <<http://www.ricardocosta.com/vita.htm>>. Trad. Da edição de Gret Schib. Barcelona: Editorial Barcino, 1972. Acesso em 29/03/2009.

SÃO VÍTOR, Hugo de. **Didascálicon. Da arte de ler**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Bibliografia

AMALVI, Christian. **Idade Média**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 537-552.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BATANY, Jean. **Escrito/oral**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p.383-395.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRAGANÇA JR., Álvaro A., PASTOR, Jordi P. e COSTA, Ricardo da. **O Livro dos Mil Provérbios de Ramon Llull: Texto e contexto**. In. LLULL, Ramon. *O Livro dos Mil Provérbios*. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

CASADEI, Eliza Bacheга. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. In. **Revista Espaço Acadêmico – N° 108**. ADUEM: 2010.

CASAGRANDE, Carla e VECCHIO, Silvana. **Pecado**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 337-350.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Ricardo da. **A ética e a polaridade de Ramon Llull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e das virtudes para o bom cumprimento do corpo social**. In.

COSTA, Marcos Roberto e DE BONI, Luís A. (orgs.). **A ética Medieval face aos novos desafios da contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 487-502.

COSTA, Ricardo da. **Apresentação**. In. LLULL, Ramon. **O Livro da Ordem da Cavalaria**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000.

COSTA, Ricardo da. A novela da Idade Média: *O Livro das Maravilhas* (1288-1289) de Ramon Llull. In. LLULL, Ramon. **Félix, O Livro das Maravilhas**. Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Ed. Escala, 2009, p. 9-26.

COSTA, Ricardo da. **Las Definiciones de las Siete Artes Liberales e Mecánicas en la Obra de Ramon Llull**. Editora Mandruvá: São Paulo, 2006.

COSTA, Ricardo da. **Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300)**. *Mirabilia, INTERNET*, v. 1, n.0, p. 0-0, 2001.

COSTA, Ricardo da. **Reordenando o conhecimento: a Educação na Idade Média e o conceito de Ciência expresso na obra Doutrina para Crianças (c. 1274-1276) de Ramon Llull**. Publicado na Internet: www.ricardocosta.com/vita.htm. Acesso em 13/01/2016.

COSTA, Ricardo da. **Um espelho de príncipes artístico e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c.1290-1348?)** - análise iconográfica. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Venezuela, v. 8, n.23, p. 55-71, 2003.

DUVIGANAUD, Jean. Prefácio. In. HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990, p. 9-17.

FLORI, Jean. Cavaleiro. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p.185-201.

FRANCO JR. Hilário. **Idade Média. O nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GAJANO, Sofia Boesch. **Santidade**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 449-463.

GAYÁ, Jordi. **Biografia de Ramon Llull (con una cronología)**. <http://space.virgilio.it/jorgeg@tin.it>

GÉNICOT, Léopold. **Nobreza**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p.279-290.

GOMES, Flávia Santos. **A Educação nas obras de Ramon Llull (1232-1316): uma proposta para a salvação das almas**. São Luís: UEMA, 2007.

GUREVIC, Aron Ja., **Mercador**. In. LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Editora Estampa, 1989, p. 165-189.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990, p. 9-17.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

JAULENT, Esteve. Introdução. In. LLULL, Ramon. **O Livro dos Gentios e dos Três Sábios (1274-1276)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. **Masculino/Feminino**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 137-150.

KRYNEN, Jacques. **Felipe IV, o Belo**. In. LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013, p. 294-298.

KRYNEN, Jacques. Felipe IV, o Belo. LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Edição Liberdade, 2013, p.194-198.

LAUAND, Jean. **500 provérbios portugueses antigos**. Educação moral, mentalidade e linguagem. In. <http://www.hottopos.com/vdlettras4/jeans2.htm>. Acesso em 11/06/2015.

LAUAND, Jean. **Cultura e Educação na Idade Média: textos do século V ao XIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAUWERS, Michel. **Morte e mortos**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 243-259.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida. Economia e religião na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Maravilhoso**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 105-120.

LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Editora Estampa, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Para um Novo Conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Editora Estampa: Lisboa, 1979.

LE GOFF, Jacques. **Rei**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 395-414.

LITTLE, Lester K., **Monges e religiosos**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 225-241.

MACHADO, Maria Cristina Gomes & OLIVEIRA, Terezinha. **Educação na História (Introdução)**. In. MACHADO, Maria Cristina Gomes & OLIVEIRA, Terezinha. Educação na História. São Luís: Editora UEMA, 2008, p. 7-14.

MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis: o Imaginário Medieval**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

MELO, Joaquim Pereira. **Homero e a formação do herói**. In. MELO, José Joaquim P. Pesquisa em Antiguidade e Idade Média: Olhares interdisciplinares. São Luís: Ed. UEMA, 2008, p. 177-186.

MONNET, Pierre. **Mercadores**. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 183-195.

MOREIRA, Raimundo N. P.. **História e Memória: algumas observações. Praxis (Salvador), Salvador, Bahia, v. 2, p. 01-04, 2005.**

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **HISTÓRIA E MEMÓRIA: algumas observações**. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2015.

NAGEL, Lízia Helena. **Paganismo e Cristianismo: Concepção de Homem e Educação**. In. OLIVEIRA, Terezinha (org.) Luzes sobre a Idade Média. Maringá: Eduem, 2002, p. 35-45.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto Histórico**. São Paulo: PUC, 1981.

OLIVEIRA, Terezinha. **Conhecimento, intelecto e memória na universidade parisiense: uma leitura tomasiana.** Educação e Filosofia (UFU. Impresso), v. 24, p. 73-90, 2010.

OLIVEIRA, Terezinha. **Considerações sobre o trabalho na Idade: intelectuais medievais e historiografia.** Revista de História (USP), v. 166, p. 109-128, 2012.

PAYEN, Jean Charles. **O Homo Viator e o Cruzado.** In. BREAT, Herman & VERBEKE, Werner. A morte na Idade Média. São Paulo: USP, 1996, p. 211-232.

ROSSIAUD, Jacques. **O cidadão e a vida na cidade.** LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval.** Lisboa: Editora Estampa, 1989, p. 99-121.

SCHMITT, Jean-Claude. Deus. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2002, p. 301-318.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2009.

SOT, Michel. **Peregrinação.** In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 353-366.

STEINBERG, Martha. Provérbios e Tradução. In. **TradTerm 2**, p. 59-63, 1995.

TÉTRART, Philippe. **Pequena História dos historiadores.** São Paulo: EDUSC, 2000.

VAUCHEZ, André. O santo. In. LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval.** Lisboa: Editora Estampa, 1989, p. 210-230.

VERGER, Jacques. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII.** São Paulo: EDUSC, 2001.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média.** São Paulo: EDUSC, 1999.

ZIERER, Adriana. **Paraíso versus Inferno: A Visão de Túndalo e a viagem medieval em busca da Salvação da Alma.** In. Da ilha dos bem-aventurados à busca do Santo Graal. São Luís: UEMA, 2013.